JORNALISMO & JORNALISTAS

JJ é uma edição do Clube de Jornalistas >> nº 56 Out/Dez 2013 >> 2,50 Euros

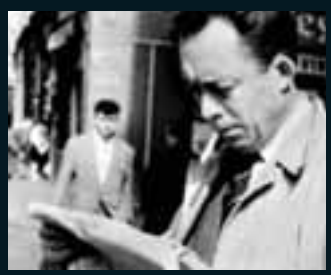
TEMA

O Rádio Clube Português em 1963

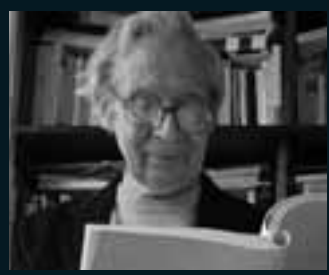
"SEMPRE NO AR. SEMPRE CONSIGO"

Há cinquenta anos, o Rádio Clube Português surpreendia pelas transformações introduzidas: a emissão contínua 24 horas por dia no seu emissor da Parede e a programação autónoma da sua rede de FM.

ENTREVISTA
PAULO MARTINS
"Conselhos de redação podem ter uma intervenção mais ativa em matéria deontológica"



EFEMÉRIDE
ALBERT CAMUS
O jornalista revoltado



HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
URBANO TAVARES RODRIGUES
Recordação de uma série memorável de reportagens na crise do Suez em 1956

MEMÓRIA
RODRIGUES SAMPAIO NO LÁPIS DE BORDALO PINHEIRO...

A cerimónia dos Prémios Gazeta 2012

MALTA
Semana Santa

RNAVT. 2281

EXCLUSIVO
HALCON

Saída de Lisboa com a Air Malta a 17 Abril | 5 dias/4 noites em hotel de 4*

HOTEL MELLIEHA BAY 4****
Preço base por pessoa Quarto duplo vista mar em MP

399€

Taxas: 70€ / Total: 469€

HOTEL SAN ANTÓNIO 4****
Preço base por pessoa Quarto duplo standard em APA
Hotel totalmente renovado em 2013

429€

Taxas: 70€ / Total: 499€

Suplemento Meia Pensão (3 jantares sem bebidas nos dias 18, 19 e 20 de Abril): 40,50€, por pessoa

HORÁRIOS PREVISTOS:

17.04 Lisboa/Malta saída de Lisboa às 23h00
21.04 Malta/Lisboa saída de Malta às 20h40

SUPLEMENTO QUARTO INDIVIDUAL:

Hotel Mellieha Bay – 55€
Hotel San António – 90€

Condições 3ª pessoa;
3ª pessoa/adulto: 10% de redução sobre a base + taxas
3ª pessoa/ criança (2-11 anos): 25% de redução sobre a base + taxas
Bebé (0-2 anos incompletos): 30€

O preço Total inclui:
Avião Lisboa/Malta/Lisboa; transferes; taxas de aeroporto (70€); 4 noites no hotel e regime seleccionado.

Não inclui:
Despesas de reserva (30€, por processo). Seguro de viagem (consulte-nos).

HALCON VIAGENS

www.halcon.pt 707 200 201

N.º 56 OUTUBRO/DEZEMBRO 2013

Director Mário Zambujal

Direcção Editorial Eugénio Alves
Fernando Correia

Conselho Editorial Fernando Cascais
Francisco Mangas
José Carlos de Vasconcelos
Manuel Pinto
Mário Mesquita
Oscar Mascarenhas

Grafismo José Souto

Secretária de Redacção Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Álvaro de Matos	HEMER. MUNIC. LISBOA, CIMJ
Carla Martins	FREELANCER, U. LUS., ERC, CIMJ
Félix Ribeiro	MEST. COM. E JORN. DA U. COIM.
Fernando Correia	JJ, U. LUS., CIMJ
Francisco Belard	FREELANCER
Gonçalo Pereira Rosa	NAT. GEOGR., CECC DA U. CATÓL.
José Frade	FREELANCER
Mário Rui Cardoso	RTP - ANTENA 1
Martins Morin	A BOLA
Rogério Santos	U. CATÓLICA, CIMJ

Propriedade CLUBE DE JORNALISTAS
A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios:
- Caixa Geral de Depósitos
- Lisgráfica
- Fundação Inatel
- Vodafone

Tratamento de imagem Alves & Albuquerque
Campo Raso, 2710-139 Sintra

Impressão Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, SA
Casal Sta. Leopoldina,
2745 QUELUZ DE BAIXO

Dep. Legal: 146320/00
ISSN: 0874 7741
Preço: 2,49 Euros

Tiragem deste número 2.000 ex.

Redacção, Distribuição, Venda e Assinaturas Clube de Jornalistas
R. das Trinas, 127
1200 Lisboa
Telef. - 213965774
Fax- 213965752
e-mail:
cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

SUMÁRIO

6 CURTAS E DIRECTAS
JOSÉ ANTÓNIO CEREJO
Prémio Gazeta de imprensa 2012

ANABELA FINO
Membro da direcção do Sindicato dos Jornalistas

10 TEMA
"SEMPRE NO AR. SEMPRE CONSIGO"
O RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS EM 1963
Há cinquenta anos, o Rádio Clube Português surpreendia pelas transformações introduzidas: a emissão contínua 24 horas por dia no seu emissor da Parede e a programação autónoma da sua rede de FM. Um slogan era lançado: Sempre no Ar, Sempre Consigo, a dar conta da continuidade da emissão.
Por Rogério Santos

18 ENTREVISTA
PAULO MARTINS À JJ
"Conselhos de redação podem ter uma intervenção mais ativa em matéria deontológica"
Por Carla Martins

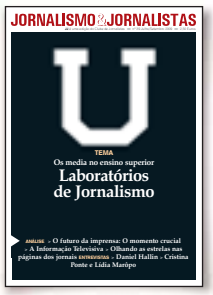
JORNAL
[24] Opinião | Novos costumes (II)
Por Francisco Belard
[25] Efeméride | Albert Camus o jornalista revoltado **Por Félix Ribeiro**
[28] Livros **Por Fernando Correia**
[30] Sites **Por Mário Rui Cardoso**
[34] Cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2012

40 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
URBANO, NASSER E O CAIRO EM 1956
Recordação de uma série memorável de reportagens de Urbano Tavares Rodrigues na crise do Suez
Por Gonçalo Pereira Rosa

46 MEMÓRIA
RODRIGUES SAMPAIO no lápis de Bordalo Pinheiro...
Por Álvaro Costa de Matos

66 CRÓNICA
Por Martins Morim

Assine a JJ



JJ – *Jornalismo e Jornalistas*
A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os quatro números que editamos por ano, num total de 256 páginas, por apenas 10 euros, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● recensões ● crónicas ● comentários ● memórias
Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital ● Fotojornalismo ● Cartoon

Ao longo de mais de dez anos, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO&JORNALISTAS

Assinatura anual > 4 números: > 10 Euros

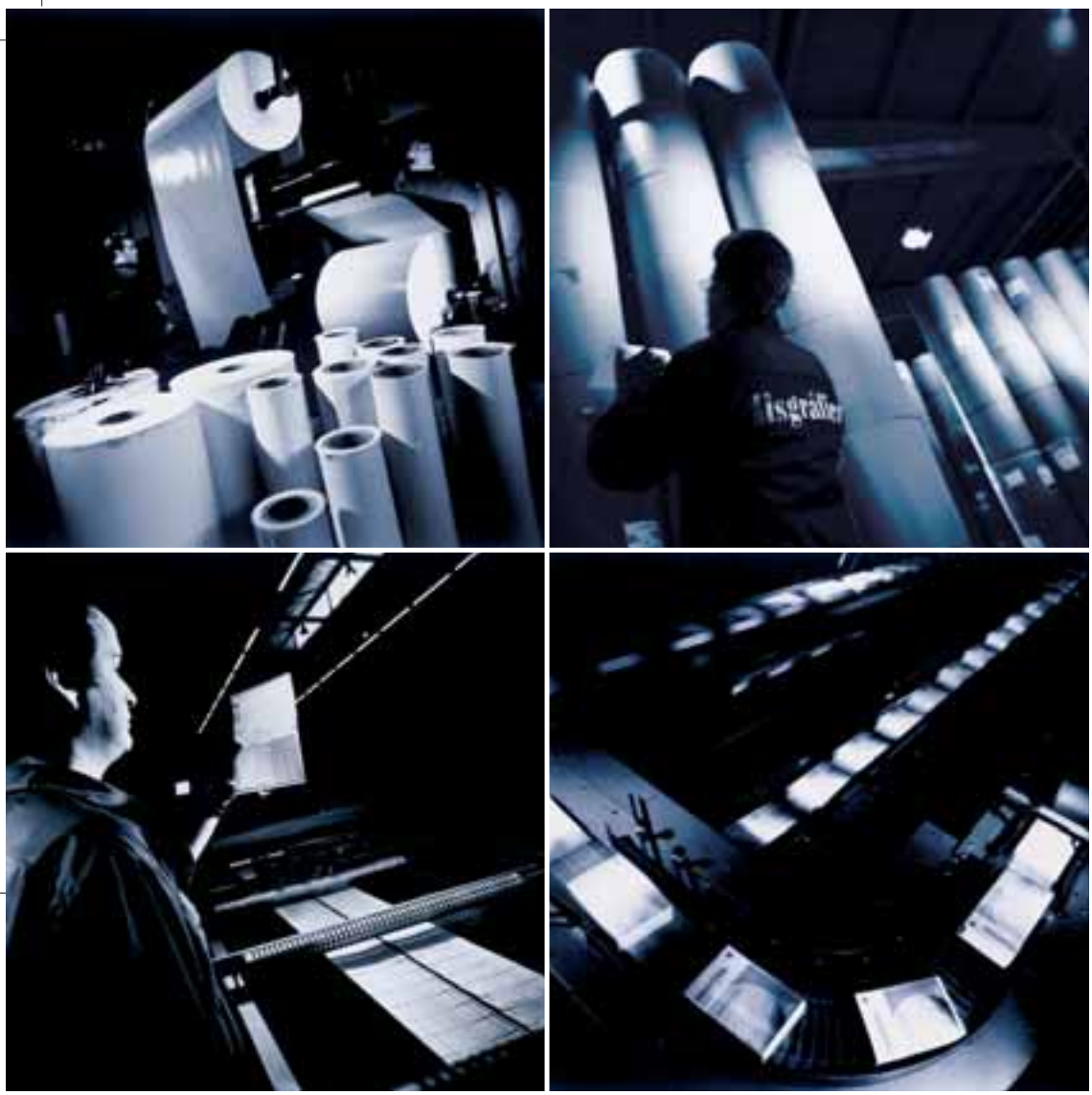
(INCLUI PORTES DE CORREIO)

Nome.....
Número de Contribuinte.....
Morada.....
Código postal.....Localidade.....
Contactos...../.....
Profissão (fac.).....Idade (fac.).....
Desejo assinar a **JJ** com início no nº .....
Para o respectivo pagamento envio cheque nº.....
Banco.....
Data..... Assinatura.....

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do
Clube de Jornalistas

Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857
Lisboa
Telef. 213965774
e-mail: cj@clubedejornalistas.pt



A Lisgráfica imprime mais de 15 milhões de exemplares por semana de revistas, jornais, listas telefónicas e boletins.

A Lisgráfica é a maior indústria gráfica da Península Ibérica. Apenas na área de publicações, é responsável pela impressão de mais de 100 títulos diferentes. O que significa dizer que todos os dias a maioria dos portugueses tem contacto com os nossos produtos.

lisgráfica

JOSÉ ANTÓNIO CEREJO
PRÉMIO GAZETA DE IMPRENSA 2012

O jornalismo de investigação custa caro e sobretudo acarreta chatices

"Nunca tive a ideia de que esse género de jornalismo, mais aprofundado e incómodo, tenha tido grande saída nos meios de comunicação cá da terra. Mas reconheço que a situação actual não tem favorecido o seu desenvolvimento, nem espero que isso venha a acontecer: custa caro, como toda a gente sabe, e sobretudo acarreta chatices".

JJ - Que significado tem para ti este Prémio Gazeta?

JAC - Um incentivo. O que vejo neste prémio é sobretudo isso, uma espécie de "apoio moral" a um género de jornalismo em que não é costume fazerem-se amigos. O facto de ser um prémio atribuído por uma organização formada por jornalistas, e ser o mais prestigiado no que respeita à informação generalista, reforça naturalmente a satisfação com que o recebi.

JJ - Como nasceu e se desenvolveu a investigação? Que tipo de obstáculos enfrentaste?

JAC - A necessidade de perceber aquilo que à partida parecia ser um caso típico de tráfico de influências surgiu-me quando ouvi, na SIC, a arquitecta Helena Roseta dizer que Miguel Relvas tinha proposto à Ordem dos Arquitectos, dez anos antes, um apoio público que estava condicionado à posterior contratação, pela Ordem, de uma empresa ligada a Passos Coelho.

Dado que Helena Roseta não se recordava de mais nada, além daquilo que afirmara publicamente, o que resolvi fazer foi ir às fontes. **Durante três meses, com muito tempo gasto, grande parte dele tirado ao meu descanso, andei a consultar milhares de papéis e a falar com dezenas de pessoas** para chegar à conclusão de que Relvas favoreceu de facto a Tecnoforma, a empresa de que Passos Coelho foi

consultor e administrador.

Muito desse trabalho foi feito durante o Verão e num período em que a redacção do PÚBLICO vivia um período mais conturbado do que de costume - com a ressaca das ameaças de Miguel Relvas contra a Maria José Oliveira (a propósito do caso das secretas) e com um despedimento colectivo em preparação no jornal.

Este contexto e a solidão que normalmente caracteriza os trabalhos deste género, pelo menos na fase da recolha de informação, não ajudou. Mas não posso dizer, ao contrário do que poderia fazer em relação a situações anteriores, que tenha encontrado obstáculos internos, por parte da hierarquia do jornal. Também é verdade que se vivia na altura, por todo o lado, uma espécie de "caça ao Relvas" que de algum modo me facilitava a vida e que, a nível da redacção, eu trabalhava, como sucede normalmente nestes casos, um pouco como franco atirador, mantendo a minha actividade habitual na área da informação local.

Quanto a obstáculos propriamente ditos, não posso dizer que os tenha encontrado, embora algumas entidades públicas como o INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil) ou Câmara de Aveiro nunca tenham respondido a algumas perguntas importantes. Houve também entidades que demoraram demasiado tempo a responder ou a facultar-me o acesso a documentos,

mas nalguns casos isso até se compreendia devido a férias de responsáveis.

JJ - Qual a tua opinião sobre a actual situação dos jornalistas e do jornalismo no nosso país?

JAC - Sobre os jornalistas, acho que estão numa caminhada lenta, mas sustentada, e se calhar irreversível, de funcionalização e proletarização. **O jornalista é cada vez mais um "faz tudo" mal pago, a quem é imposto um ritmo de trabalho e uma multiplicidade de funções, num ambiente de concorrência feroz**, que são incompatíveis com o rigor e a qualidade muitas vezes apregoados, mas poucas vezes atingidos. Sobre o jornalismo, julgo que perde com esta perda de autonomia e de condições de trabalho dos jornalistas, embora a tecnologia, que é um pau de dois bicos, esteja a dar um imenso contributo para minorar o que seriam os resultados devastadores da subalternização dos jornalistas.

JJ - E, em particular, no que se refere ao jornalismo de investigação? A que atribuis a sua menor presença e importância, nos últimos anos?

JAC - Nunca tive a ideia de que esse género de jornalismo, mais aprofundado e incómodo, tenha tido grande saída no meios de comunicação cá da terra. Mas reconheço que a situação actual não tem favorecido o seu desenvolvimento, nem espero que isso venha a acontecer: custa caro, como toda a gente sabe, e sobretudo acarreta chatices.

Não só para os patrões, mas também para as hierarquias. Há sempre alguém que conhece alguém. O país é pequeno e a tradição é a que é - a da troca de favores. A coisa vem de longe e o 25 de Abril não ajudou a mudar uma cultura de clientelismo que até recebeu uma enorme ajuda por parte de alguns dos chamados pais fundadores da democracia. Nestas condições verifica-se que **na hora dos discursos toda a gente fala na importância do chamado jornalismo de investigação, enquanto que na prática nada se faz para que ele exista**, ou até se faz tudo para que ele não exista.

JJ - A imprensa escrita diária revela crescentes dificuldades, com quebras de tiragem e de audiência.

JAC - Esse é um problema bem conhecido para o qual julgo não haver nenhuma solução milagrosa. O que julgo também é que a saída não passa pela tentativa vã de competir, nomeadamente em velocidade nas edições online, com as mil e uma outras fontes de notícias mais ou menos credíveis que actualmente existem. Nunca seremos tão rápidos, se quisermos respeitar a deontologia jornalística e ser rigorosos e profundos. Em todo o caso, seja no suporte papel, seja no online, estou convencido de que a aposta tem de ser cada vez mais dirigida para aquilo que distingue o jornalismo da mera distribuição de dados: coisas como o rigor da informação, o enquadramento dos factos, a sua interpretação, e a busca da objectividade.

JJ - Podes adiantar algo sobre os teus projectos profissionais, a curto e médio prazo?

JAC - Vou continuar a fazer o que sempre fiz, tratando de pequenas coisas, e de coisas maiores, que ajudem a descascar os pés de barro dos monstros que nos rodeiam. Para os próximos meses gostaria, falando em coisas maiores, de poder, preto no branco, mostrar o que **falta mostrar sobre um conjunto de procedimentos administrativos e fiscais que chamaram a minha atenção no processo de aquisição da residência de férias do cidadão Aníbal Cavaco Silva**, em Albufeira. Na verdade tenho pouca esperança de o conseguir fazer já que, nos últimos dois anos, os tribunais subscreveram uma interpretação esdrúxula da administração fiscal que me impede de consultar alguns documentos referentes a esse processo. E infelizmente, o dono da casa parece não partilhar a ideia de que os políticos não devem esconder atrás do sigilo as suas relações com o fisco, nomeadamente quando há fortes indícios de que tenha tido comportamentos não conformes com as suas responsabilidades.

ANABELA FINO
MEMBRO DA DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS

"A minha precariedade é a tua desinformação"

"Ao longo de 2013, jornalistas que trabalhavam em diversos órgãos de comunicação social ficaram no desemprego – caso do Público, RDP, RTP, Rádio Renascença, Expresso, Automotor, Diário de Coimbra, entre outros – mas a contabilidade não pode ser feita apenas pelos dados do Sindicato."

JJ - Qual a recente evolução e actual dimensão do desemprego entre os jornalistas?

AF - Os últimos dados disponíveis reportam-se ao período de 2007-2011 e ao primeiro trimestre de 2012 e constam de um estudo feito pelo Sindicato dos Jornalistas a partir de informação recolhida junto da entretanto extinta Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ). Com a extinção da Caixa deixou de ser possível acompanhar essa evolução, uma vez que o registo do desemprego nos centros regionais de Segurança Social não especifica a profissão dos desempregados.

No estudo então feito pelo SJ (http://jornalistas.eu/?n=8905) conclui-se que no período 2007-2011 deram entrada na CPAFJ 566 novos pedidos de subsídio de desemprego, num total de 694 processos. Em 2012 entraram na CPAFJ 168 novos processos, dos quais 134 diziam respeito a subsídio de desemprego, o que representou um aumento de 16,5% em relação a 2010, e 25 pedidos de subsídio social de desemprego. **No primeiro trimestre do ano passado, o número de processos atingiu quase quatro dezenas.** Em média, no decénio 2002-2011, a Caixa pagou mais de 2,7 milhões de euros por ano em subsídios. Importa ter presente que este estudo tem em conta apenas os processos tratados na Caixa dos Jornalistas, desconhecendo-se dados sobre profissionais

que estavam inscritos nos centros regionais de Segurança Social e não na CPAFJ.

O mesmo estudo permitiu ainda concluir ser considerável o peso das grandes empresas e grupos no volume desemprego de jornalistas, destacando dez empresas ou grupos que, no triénio 2009-2011, geraram cinco ou mais processos num ou mais anos.

O grupo Cofina respondeu por mais de um quarto dos 118 novos processos gerados em 2011 pelo conjunto de dez empresas/grupos que mais têm despedido. Segue-se a Controlinveste, com 18,6%, e a Impresa (17%).

No triénio 2009-2011, o grupo Controlinveste liderou, com 29,5%, o ranking das empresas responsáveis por 342 pedidos de subsídio nesse período, sendo seguido pela Cofina (16,7%) e a Impala (14%).

Vale ainda a pena lembrar que o último semestre de 2012 ficou marcado pelos despedimentos colectivos registados no Público e no Grupo Média Capital, que atingiram cerca de oito dezenas de trabalhadores.

JJ - Este ano, quais os casos mais significativos até agora verificados?

AF - Como já referi, com a extinção da Caixa deixou de ser possível acompanhar a evolução do desemprego entre os jornalistas. Julgo no entanto que podemos referir o caso do Diário de Notícias da Madeira (28 trabalhadores) como o mais significativo. Ao longo de 2013, jornalistas que trabalhavam em diversos órgãos de comunicação social ficaram no desemprego – caso do Público, RDP, RTP, Rádio Renascença, Expresso, Automotor, Diário de Coimbra, entre outros – mas a contabilidade não pode ser feita apenas pelos dados do Sindicato dos Jornalistas. Ainda assim, o SJ contabilizou cerca de meia centena, o que é muito significativo num universo reduzido como o nosso.

Acresce que em muitos casos a figura «despedimento» nem sequer existe, sendo substituída por «rescisão amigável». É o caso da RTP/RDP, por exemplo, em que as rescisões já ultrapassam as duas centenas no universo total dos trabalhadores da empresa. Embora neste caso os jornalistas sejam uma minoria, é sabido que não será fácil voltar ao mercado de trabalho, pelo que quem é compelido a sair tem como alternativa o desemprego ou a passagem à reforma.

No sector é também cada vez mais frequente que à extinção do posto de trabalho ou rescisão se suceda uma prestação de serviço em regime de frelance, o que torna ainda mais complexa toda esta contabilidade.

JJ - Quais os argumentos invocados pela empresas para a decisão de despedir?

AF - A **«crise» do mercado, extinção do posto de trabalho, «necessidade» de reestruturar as empresas controlando custos, de «modernizar» e «potenciar sinergias» são os «argumentos» mais usados,** mesmo quando os resultados operacionais são positivos – se não da empresa, pelo menos do grupo em que se insere – e quando eventuais problemas num órgão de comunicação específico poderiam ser ultrapassados se no que toca aos postos de trabalho fosse aplicada uma lógica de grupo, essa mesma lógica que cada vez mais se aplica quando se trata da apropriação, pelo grupo, do trabalho produzido pelos jornalistas para um determinado órgão.

JJ - Será possível falar de algum padrão que permita compreender quais e porquê são os jornalistas que prioritariamente são despedidos?

AF - Acho que se pode afirmar, sem margem para dúvidas, que **os primeiros a serem despedidos ou pressionados para aderirem a «rescisões voluntárias» são os jornalistas seniores, os mais «velhos»,** sendo que hoje se é «velho» cada vez mais cedo... Como em regra estes jornalistas têm salários mais elevados e melhores condições contratuais, o seu despedimento permite a sua substituição por jovens com salários baixos e em condições de precariedade, o que também os torna mais facilmente descartáveis. Ao mesmo tempo, é uma forma de afastar quem tem mais memória e capacidade reivindicativa.

JJ - Para além dos despedimentos, quais são os principais problemas de natureza laboral que afectam os jornalistas?

AF - Desde logo, a precariedade, acrescida da crescente desregulação das condições de trabalho com a violação do estatuído nas convenções colectivas e no próprio Código do Trabalho. É comum os jornalistas trabalharem para além do seu horário sem qualquer acréscimo de retribuição, bem como não serem devidamente ressarcidos do trabalho suplementar prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado; têm ritmos de trabalho cada vez mais intensos; são forçados a cobrir uma crescente panóplia de assuntos sem terem a adequada formação; são obrigados a trabalhar em simultâneo para diferentes plataformas; os seus direitos de autor não são respeitados; embora trabalhem cada vez mais e com crescente responsabilidade, tal não se traduz em progressão na carreira... E há situações mais extremas de salários em atraso, cortes de salários e redução de outras componentes remuneratórias.

JJ - Em que medida esta situação afecta a qualidade do jornalismo?

AF - O jornalismo «na hora» é sinónimo de impossibilidade de contextualização dos factos e do distanciamento necessário à reflexão; como é tudo «para ontem», os jornalistas correm o risco de mais não serem do que «pés de microfone», para usar a expressão comum, ou seja, de se transformarem em correias de transmissão de acontecimentos sem qualquer mediação e de opiniões que nem sequer têm possibilidade de contraditar. **Quanto mais os jornalistas são usados como «pau para toda a obra» ou compelidos a serem «especialistas de generalidades» mais a qualidade da informação se ressente.** Se não há tempo para estudar, aprofundar, contextualizar, o resultado só pode ser um produto pobre, uma espécie de *fast food* da informação... Se a isto acrescentarmos a precariedade e a degradação das condições de vida dos jornalistas, que tal como outros trabalhadores não se podem dar ao «luxo» de perder o (magro) sustento, temos o caminho aberto para a auto censura... *A minha precariedade é a tua desinformação* – eis um alerta que todos devemos ter presente. JJ

"Sempre no ar. Sempre consigo" O Rádio Clube Português em 1963

Há cinquenta anos, o Rádio Clube Português surpreendia pelas transformações introduzidas: a emissão contínua 24 horas por dia no seu emissor da Parede e a programação autónoma da sua rede de FM. Um slogan era lançado: *Sempre no Ar, Sempre Consigo*, a dar conta da continuidade da emissão.

Texto **Rogério Santos**

1. INTRODUÇÃO

No começo de 1960, a passagem dos estúdios do Rádio Clube Português da Parede (Cascais) para Lisboa[1] trouxe uma profunda alteração na vida da estação. A decisão coube a Alberto Lima Bastos, um fundador da rádio. Razões: Lisboa era o centro dos negócios do país e o aumento urbano da Parede, a pouco mais de vinte quilómetros da capital, ameaçava a qualidade das emissões[2]. De início, a opção pareceu errada: trocava-se uma moradia por uma garagem. Mas esta, pela sua configuração, permitiria instalar estúdios com qualidade: seis cabinas de gravação, um estúdio de concertos, uma cabina de palestras, uma cabina de noticiários, três cabinas de locução e quatro estúdios de gravação[3].

Com a mudança geográfica, emergiram novos responsáveis, como Júlio Botelho Moniz. Representante da segunda geração, filho do fundador Jorge Botelho Moniz, vice-presidente da direção em 1960[4] e diretor comercial na assembleia-geral de Rádio Clube Português em março de 1963[5], ele impulsionou a transformação da estação em empresa, dentro da lógica que se estrutura e organiza atividades, está na frente da inovação tecnológica e vende espaços de frequência a produtores que põem publicidade nos programas. Ainda em agosto de 1963, há cinquenta anos, o Rádio Clube Português surpreendia pelas transformações introduzidas: a emissão contínua 24 horas por dia no seu emissor da Parede e a programação autónoma da sua rede de FM. Um slogan era lançado: *Sempre no Ar, Sempre Consigo*, a dar conta da continuidade da emissão.

É a partir da constituição deste slogan que se desenvolve o presente texto, cujo objetivo principal é situar-nos nas grandes novidades do ano de 1963, nas ações e percursos dos agentes principais (locutores, produtores) e nos seus programas, e com contextualização das transformações.

2. VOZES E PROGRAMAS

Ao longo da história da rádio portuguesa ficaram conhecidas muitas vozes da rádio, caso de Mary Guilhermina Sylvia Tarrant Rodrigues, espécie de marca do Rádio Clube Português durante décadas. Filha de ingleses, Mary, assim conhecida popularmente[6], fez quase tudo que era possível dentro de uma estação de rádio, incluindo a montagem de programas[7]. A sua atividade iniciou-se em fevereiro de 1936. Um dos programas em que colaborou como locutora foi o da APA (ver à frente). Outra voz feminina presente na memória dos ouvintes do Rádio Clube Português foi Clarisse Guerra, locutora do programa *Talismã*[8]. Em 1961, um ano antes de entrar como locutora deste programa, Clarisse Guerra candidatou-se ao concurso para locutora do SNI (serviço de propaganda do regime). Em carta, o diretor da PIDE (polícia política do regime) colocara a seguinte informação na sua ficha: "Não oferece garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado"[9]. Curiosamente, a locutora daria voz a alguns dos primeiros comunicados do movimento militar que derrubou o regime do Estado Novo (1974).

O programa *Talismã*, de Armando Marques Ferreira e Gilberto Cotta, nascera em 1 de dezembro de 1952 inaugurando o horário matinal das 7:00[10]. Nele, criou-se a figura do Sr. Messias (voz do técnico Armando Grilo)[11], personagem

Rádio e Televisão

ANO VII
N.º 365
SÁBADO
11 DE AGOSTO
DE 1962
2$50

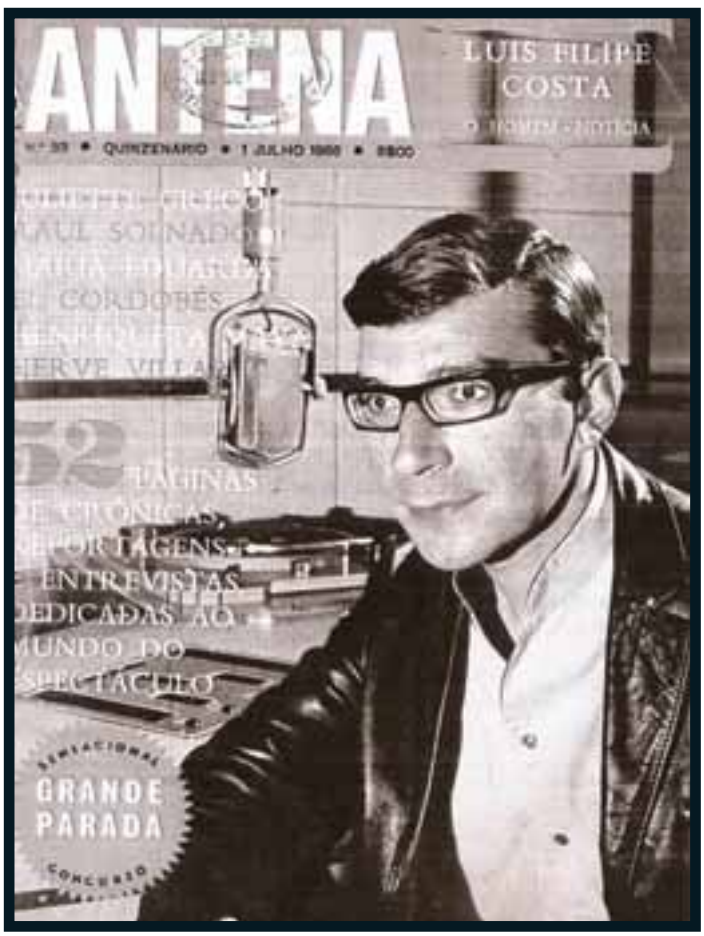
ACONTECIMENTO HISTÓRICO

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

24 HORAS NO AR

IGREJAS CAEIRO

PERFIL DO ARTISTA



ANTENA

LUIS FILIPE COSTA

O HOMEM-NOTÍCIA

QUINZENÁRIO • 1 JULHO 1960 • 2$00

52 PÁGINAS DE CRÓNICAS, REPORTAGENS, ENTREVISTAS DEDICADAS AO MUNDO DO ESPECTÁCULO

SENSACIONAL GRANDE PARADA

CONCURSO

FERNANDO CURADO RIBEIRO

O RETRATO

Onde se fala de nomes como Júlio Botelho Moniz, Mary, Clarisse Guerra, Armando Marques Ferreira, Gilberto Cotta, Sr. Messias, Artur Agostinho, Fernando Pessa, Etelvina Lopes de Almeida, Henrique Mendes, Maria Adalgisa, Igrejas Caeiro, Vasco Santana, Irene Velez, Domingos Lança Moreira, António Miguel, Fernando Curado Ribeiro, Matos Maia, Duarte Ferreira, Luís Filipe Costa, Paulo Fernando, Edite Maria, Manuel Seleiro, Álvaro Jorge, Odyr Odillon e outros mais….

que falava aos domingos com o sotaque particular de uma região do país. Além de música portuguesa, o *Talismã* teve uma rubrica ("Banco dos Réus"), com atores do Teatro Nacional, e folhetins de uma única intérprete, Manuela Reis, responsável pelas diversas vozes das histórias[12]. Segundo Armando Marques Ferreira (1915-1995), sobre o aparecimento do *Talismã*:

"Eu estava no Brasil na Rádio Cultura de São Paulo. Estive lá cerca de dois anos. Pedi a demissão da Emissora [Nacional, de Lisboa] exatamente para ir para a Rádio Cultura de São Paulo, que fui convidado. Na Rádio Cultura, fazia ao meio-dia um programa chamado Talismã. O programa nasceu no Brasil. Depois, quando fiz cá o Talismã com o Gilberto Cotta, utilizei um título que eu tinha inventado e que fiz no Brasil. Aliás, eu tinha feito na Rádio Peninsular, ainda estava aqui na Emissora [Nacional] em 1950. Fiz durante dois meses um programa ao sábado ao meio-dia chamado Talismã. [...] No Brasil, aprendi muito, porque a rádio descontraída que eu trouxe para Portugal, quando foi o Talismã, e que foi um dos êxitos do programa, o sistema de diálogo direto com o locutor e a locutora, não se fazia em Portugal. Posso dizer e gabar-me, modéstia à parte, que sou pioneiro"[13].

Outro programa que marcou o Rádio Clube Português naquela altura foi *Onda do Optimismo* (8:30-10:00), uma produção da Sonarte. Para Fernando Conde, um dos produtores:

"O Artur [Agostinho] levava os discos, levava as fitas, fazia-se um grande programa. Foi um grande êxito. Depois, o Artur Agostinho foi proibido de falar ao microfone pela exclusividade da Emissora. [...] Entretanto, tínhamos mudado para outros estúdios, estúdios esses que tinham um certo rigor técnico e de qualidade. Já era gravado. Esteve uma equipa com o [Fernando] Pessa, com a Etelvina [Lopes de Almeida], muito tempo, o Henrique Mendes, e depois esteve a Maria Adalgisa, que foi uma novidade aparecer como locutora, ela que era uma cantora sobretudo de opereta, notável. [A Adalgisa] tinha uma voz linda e lia muito bem"[14].

As colaborações de Francisco Igrejas Caeiro na programação do Rádio Clube Português merecem ser também aqui recordadas. Em 1951, no final da volta a Portugal em bicicleta, os organizadores desta convidariam Igrejas Caeiro para montar espetáculos no concelho onde acabava cada etapa. Era o começo de *Os Companheiros da Alegria*, também notabilizados pelos diálogos do Zequinha e da Lélé, com Vasco Santana e Irene Velez, textos escritos por Aníbal Nazaré e Nelson de Barros. Para Caeiro:

"A volta a Portugal durava três semanas. Estruturei tudo para um mês, contactar os artistas. Fui a França buscar uma carrinha de dez lugares: "compro-a e vendo-a ao final do mês". Fazíamos espetáculos no final da etapa. Vinham de motocicleta ou de comboio bobinas para dar no dia seguinte no Rádio Clube Português. Introduzi concursos novos. Havia *À Procura de uma Estrela* em cada espetáculo. Apurávamos em cada etapa uma pessoa que ia à final. A final era em Vila do Conde"[15].

Depois, o programa *Os Companheiros da Alegria* tornou-se uma tournée regular à volta do país. Seria suspenso em 1954 quando Igrejas Caeiro tomou uma posição política favorável face à União Indiana, que ocupara dois enclaves que Portugal reclamava como seus naquele país. Já antes, em 1948, Francisco Igrejas Caeiro fora expulso da Emissora Nacional porque participara na campanha eleitoral do oposicionista Norton de Matos à presidência da República. O homem de teatro, organizador de espetáculos e locutor teve de reformular a sua vida profissional, ao produzir radionovelas e programas como *O Casal Caeiro Conversa com o Companheiro Ouvinte Acerca de Literatura, O Casal Caeiro Dá-lhe uma Ajuda e Perfil do Artista.* Este último atingiu 300 entrevistas a gente das artes e das letras, em especial ligada à oposição política, numa ilustração de grande coragem e verticalidade política, trabalho que incomodou muito e acabou por ser proibido[16].

Por outro lado, as transmissões de futebol tornavam-se muito populares. Seriam os anos de Artur Agostinho na Emissora Nacional e das Produções Lança Moreira no Rádio Clube Português e nas estações minhocas (estações locais) de Lisboa e Porto. Durante anos, estabeleceu-se um diferendo entre os clubes de futebol e a Emissora Nacional, com aqueles a temer perder espectadores se houvesse transmissão direta pela rádio. Assim, fazia-se uma gravação em disco, depois transmitida às seis da tarde, quando acabava o futebol[17]. A Sonarte para a Rádio Renascença e as Produções Lança Moreira para o Rádio Clube Português começaram a fazer transmissões em direto e simultâneo de dois ou mais campos. Lança Moreira introduziu os relatos de futebol com dois locutores, comentários desportivos no intervalo dos jogos e publicidade[18]. Contudo, ainda estávamos longe do dinamismo das transmissões dos relatos à brasileira, com metáforas e linguagem divertida, o que marcou a segunda metade da década de 1970 e anos seguintes.

3. PROGRAMAS NOTURNOS: O PAPEL DE ANTÓNIO MIGUEL (MEIA-NOITE, SINTONIA 63)

Diariamente, a emissão do Rádio Clube Português inter-

rompia-se entre as três e as seis da manhã. Considerava-se não haver ouvintes para tal horário. Mas a sociedade estava em mudança: algumas atividades prolongavam-se pela noite, caso de hospitais, padarias, indústrias de laboração contínua, serviços de táxi e de transporte de camiões, segurança, portos e aeroportos. Muitas das pessoas que trabalhavam à noite passavam a ter a rádio como companhia.

Uma das medidas tomadas de imediato pela direção comercial de Júlio Botelho Moniz foi preencher esse período, de modo a haver uma emissão permanente. Esse responsável preconizara o seguinte: o emissor da Parede fecharia o ciclo de horas de emissão, enquanto o emissor de Miramar (Porto) aumentava as horas de emissão, a começar às sete da manhã e encerrar às três da manhã[19]. O programa das três às seis da manhã começou em 24 de agosto de 1963[20], um sábado. Conforme se leu no jornal *O Século* desse dia, "A partir de hoje, o Rádio Clube Português passa a trabalhar sem interrupção, através dos seus emissores de onda média e onda curta, da Parede, o que constitui caso único no nosso País, e pouco vulgar no estrangeiro"[21]. A inclusão de um serviço noticiário às 4:45 foi outra nota de dinamismo na estação[22]. Notícias aquela hora constituiam a preparação dos temas a abordar durante a emissão diurna.

António Miguel e Fernando Curado Ribeiro estruturaram o programa na perspetiva de porta aberta na cabina, em que se ouvia o telefone e se tinha a ideia de público ativo[23], embora ainda longe do conceito de interatividade, familiar com a internet. Em conversa com o autor, António Miguel recordaria:

"eu disse ao [Júlio] Botelho Moniz: "oh, patrão, olhe que isto parece que eles [Emissora Nacional] vão fechar". "Então fechamos já hoje". "Hoje não pode ser. Espere aí que isto leva um bocado de tempo a acertar. Amanhã talvez". E assim foi. De um dia para o outro, avisam-se os emissores porque isto obrigava a uma certa engenharia. E no outro dia estávamos a transmitir com uma coisa chamada *Sintonia 63*. Isto foi no ano de 63. Que bateu toda a gente. Quer dizer, de repente a rádio fechou o ciclo das 24 horas. "Mas que nome é que se põe, que nome é que não se põe"? Eu e o Curado Ribeiro "que nome é vamos pôr"? *Sintonia 63*"[24].

Os produtores e locutores experimentaram novos modelos de emissão de rádio, como discos pedidos, de que resultou terem recebido, logo nos primeiros dias, muitas cartas e telefonemas de apoio ao programa (25 mil telefonemas no primeiro ano). Matos Maia (1995: 282) consideraria que este seria talvez o único programa em que os locutores não eram vedetas mas sim os assistentes de serviço ao telefone 682075, para onde se pedia um disco, se dava uma informação geral e se faziam apelos.

Os objetivos e valores da rádio de *Sintonia 63* (1963-1967) eram a continuação dos projetados no programa noturno até às 3 horas, o *Meia-Noite* (1959-1967). António Miguel fora um dos realizadores e produtores deste último programa, conjuntamente com Armando Marques Ferreira. O programa *Meia-Noite* começara a emitir até às duas da manhã, depois alargado até às três horas da manhã, tendo recebido um prémio, o Óscar da Imprensa, em 1962, para os seus dois produtores[25]. O Rádio Clube Português posicionava-se face à concorrência, com o forte programa *23ª Hora*, da Rádio Renascença, nascido também em 1959. Em dias especiais, como o Natal e o Carnaval, o *Meia-Noite* levava a emissão até às sete horas. *Sintonia 63* seria a ocupação definitiva desse horário ainda disponível.

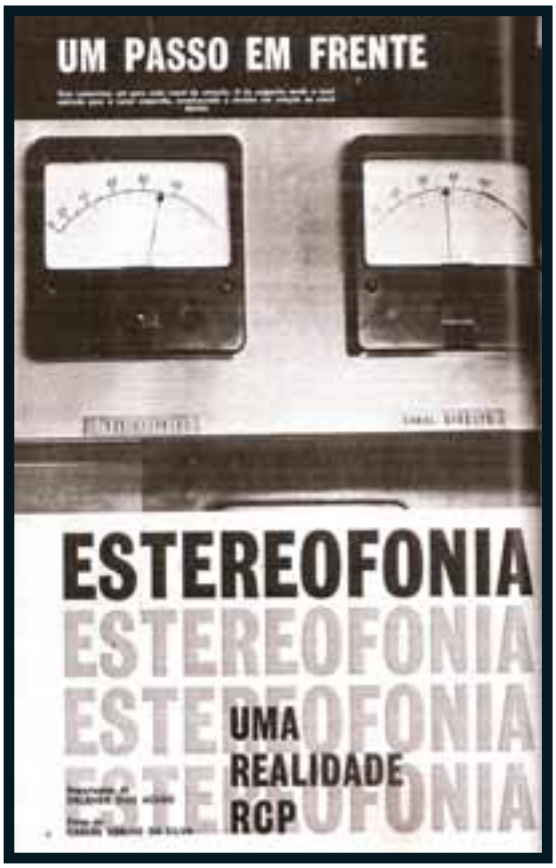
4. FM

Além da emissão contínua em ondas médias na área de Lisboa, o Rádio Clube Português apostou na FM (frequência modulada), de maior qualidade sonora na propagação. Por outro lado, separou a programação desta face às ondas médias, aceitando produtores e locutores jovens para a sua programação, uma nova geração. O surgimento da programação independente de FM permitiu a discussão técnica sobre emissões de rádio e a entrada de novas estéticas. A rádio de FM privilegiaria a música em detrimento dos diálogos dos locutores. Ao mesmo tempo, a música portuguesa e de expressão latina e da América do Sul perdia terreno face às músicas oriundas do mundo anglo-americano.

Joel Nelson, Fernando Curado Ribeiro, Produções Lança Moreira, Paulo Fernando, José Nascimento, Teixeira Mota e Duarte Ferreira foram nomes da rádio convidados por Júlio Botelho Moniz a abrir a FM do Rádio Clube Português[26]. A programação de FM alterou muito nos anos seguintes, mas vale a pena revisitarmos a primeira grelha no começo de agosto de 1963: Fernando Curado Ribeiro das oito às dez, *Estúdio 9*, uma produção de António Miguel e Paulo Fernando, com a colaboração de Edite Maria e Manuel Seleiro, das dez às onze, Produções Lança Moreira, das onze às treze, programa de Ribas Martins e Fernando Santos, das treze às 15:15, RPO (Rádio Press Office), das 15:15 às 17:30, *Alta Fidelidade*, de Duarte Ferreira, da meia-noite até à uma da manhã[27]. Outros programas seriam *Música sem Fronteiras*, transmissão de sucessos internacionais em versões portuguesas, *Momento para os Jovens*, com os ritmos que então despontavam, e *Ritmo da Semana*[28].

Estabeleceu-se um diferendo entre os clubes de futebol e a Emissora Nacional, com aqueles a temer perder espectadores se houvesse transmissão direta pela rádio. Solução: fazia-se uma gravação em disco, depois transmitida às seis da tarde, depois de os jogos terem acabado

A FM do Rádio Clube Português era ainda um propósito em busca de afirmação, como se depreenderia de uma entrevista de Júlio Botelho Moniz, diretor comercial da



estação, que preconizava uma rede de doze emissores em todo o país, com possibilidade de desdobramentos para atender às necessidades das diversas regiões, permitindo a publicidade local[29]. Parecia antecipar o fluxo e a descentralização das rádios locais na década de 1980.

Claro que o dinheiro ganho em ondas médias permitia o luxo de ter uma emissão própria em FM[30]. Um dos principais autores do programa *Em Órbita*, Jorge Gil, comentaria assim: "Quando saiu o FM, no seu início nós não pagávamos nada ao Rádio Clube Português. [...] o FM era considerado uma extensão inútil"[31]. Poucos anos depois é que a estação começaria a cobrar pelo aluguer de espaços de antena, o que permitiu aos produtores durante esse tempo montar estruturas rentáveis. Iniciado em 1 de abril de 1965, o *Em Órbita* ganharia o prémio internacional Onda 67, atribuído pela revista catalã com aquele nome[32]. Para Jorge Gil, "um responsável da estação virou-se para o grupo que formou o programa e disse: "vocês estão sempre em órbita"... Foi na altura em que foi lançado o Sputnick"[33]. Pedro Albergaria, outro dos criadores do programa, corroboraria esta ideia:

"O que é que ia fazer o programa? Tocar só discos? Tínhamos de escrever textos? Acho que fomos apanhando pouco a pouco a fórmula. [...] A escolha do nome foi do antigo diretor do Rádio Clube Português, o Álvaro Jorge. Ele saiu-se com este *Em Órbita*. E, pronto, naquela altura, estava muito na moda. Todos os dias, havia coisas que era a grande novidade quando se punha uma coisa em órbita. No dia 1 de abril de 1965, com este indicativo. [...] O único instrumental que eles [Kinks] gravaram [*Revenge*]"[34].

Joel Nelson, um dos pioneiros da FM do Rádio Clube Português, mais tarde notabilizado pelas produções Espaço 3P, com muitas horas diárias de emissão, criou o programa *Boa Noite em FM*, cujo indicativo era um instrumental de música portuguesa, *Boa Noite Lisboa*. Através desse programa, Joel Nelson queria despertar o

"interesse dos ouvintes para a rádio através da música. Sempre pensei e continuo a pensar que o FM é por excelência para transmissão musical. E ainda o era mais na altura porque havia uma grande diferenciação da onda média. [...] No nosso entender, deveriam tocar, aflorar pontos de interesse geral, era o cinema, era a música. E, daí, nós estarmos presentes em festivais"[35].

5. APA, NOTICIÁRIOS E LUÍS FILIPE COSTA

A APA (Agência de Publicidade Artística) foi uma importante agência de publicidade portuguesa após o final da II Guerra Mundial. O seu proprietário, José Fernando Leitão, inicialmente com Mário Rodrigues Rocha, produzia programas de rádio e espetáculos de variedades. Assim nasceu o programa trissemanal *Passatempos APA*, espetáculo transmitido em direto ou gravado na onda média do Rádio Clube Português (1946-1958). O programa chegou a ter uma orquestra de vinte e quatro figuras, com dois pianos laterais,

dirigida pelo maestro Fernando de Carvalho[36]. Locutores conhecidos apresentavam o programa de cantores e sketchs, alguns deles cómicos[37]. A APA competia com programas como *Os Companheiros da Alegria*. Contaria Firmino Antunes, ainda centrado na década de 1950:

"houve um artista que marcou muito essa agência de publicidade, esses *Passatempos APA*, que foi Odyr Odillon, um artista brasileiro que fazia cantar o público - e ele é que ganhava o *cachet*. Mas o público não se importava com isso. Foi um artista que esteve três anos consecutivos nos *Passatempos APA*. Começámos com os *Passatempos* às segundas e sextas-feiras. A coisa começou a tomar proporções tão estrondosas que depois foi às segundas, quartas e sextas. Não eram transmitidos em direto, eram gravados pelo Rádio Clube Português e, muitas vezes, acontecia [que] estávamos a transmitir o programa [e] a transmitir para o público"[38].

Aqui, deteta-se a passagem da transmissão em direto para o registo gravado e a importância dos cantores exclusivos (Odyr Odillon, Max, Rui de Mascarenhas), então designados por artistas da rádio, porque vinculados a programas de cada estação. Alguns destes cantores vinham do Centro de Preparação de Artistas da Rádio, da Emissora Nacional (criado em 1947 e reativado em 1954[39]), mas eram também popularizados por empresários de programas de variedades (como se designavam os espetáculos de música ligeira de então) e programas de rádio, fenómeno que se prolongou até meados da década seguinte, quando a televisão começou a marcar novos territórios,

Os elogios apareciam com regularidade, dado as notícias editadas não seguirem apenas os telexes que chegavam à redação, mas informações veiculadas por agências noticiosas, como a France Presse, e emissoras estrangeiras. Os noticiários tinham pequenas histórias encadeadas, em estilo telegráfico, criando uma narrativa como se fossem anúncios publicitários ou cinema documental

em especial o Festival da Canção, que já vinha da década de 1950.

A APA criaria uma estética e uma linguagem próprias nas tardes desportivas. Domingos Lança Moreira, colaborador da APA e autor do *Suplemento Desportivo*, tornar-se-ia o principal produtor independente de eventos desportivos radiofónicos[40], com locução, reportagens e entrevistas, criando uma empresa com o seu nome. Recorda Luís Filipe Costa, cuja atividade profissional nasceu dentro dos programas da APA:

"a rádio privada era uma espécie de tinta que vendia horas. A produção própria praticamente resumia-se à apresentação de discos durante meia hora, uma hora. Uma ou outra vez havia um programa, mas era muito raro. [As estações] viviam de aluguer, cobravam à hora, das dez às onze da manhã, uma agência de publicidade, o chamado

produtor, que tinha liberdade para fazer o que quisesse, pondo a publicidade que angariava. Publicidade essa que estava, enfim, mais ou menos contabilizada, não podiam fazer mais do que um certo número de minutos. Depois o programa era normalmente conversa entre um homem e uma mulher, dois locutores"[41].

Em 1959, Luís Filipe Costa passava da APA para os noticiários do Rádio Clube Português, na transição dos estúdios da estação para Lisboa. O seu empenho valeu-lhe ser conhecido como o *homem-notícia*[42]. Os elogios apareciam com regularidade, dado as notícias editadas não seguirem apenas os telexes que chegavam à redação, mas informações veiculadas por agências noticiosas, como a France Presse[43], e emissoras estrangeiras[44]. Os noticiários tinham pequenas histórias encadeadas, em estilo telegráfico, criando uma narrativa como se fossem anúncios publicitários ou cinema documental. Para António Miguel, o sistema de noticiário curto veio da necessidade do programa *Meia-Noite*. Como estava a nascer o género musical brasileiro bossa nova, o noticiário, emitido às 00:45, levou essa designação[45].

6. PUBLICIDADE E PRODUTORES INDEPENDENTES

A publicidade é elemento essencial na atividade das estações de rádio. Embora não referente ao Rádio Clube Português, os valores praticados em 1961 rondavam os 500 escudos diários por programas de quinze minutos, como o produzido e escrito por Mário Lisboa, *Cavalgada do Ritmo*, para a Rádio Graça[46]. Daquele valor, Mário Lisboa receberia 220 escudos, pois angariara a publicidade. 500 escudos era o salário médio mensal de um locutor de rádio, então uma profissão bem remunerada.

Ainda era o tempo de programas com um anunciante ou com vários num tempo bastante curto, o que provocava constrangimentos nos ouvintes. Júlio Botelho Moniz tinha, por isso, uma perspetiva crítica de alguns produtores, conforme o declarou numa entrevista:

"Creio que [...] o mais indicado é o conjunto de produção da própria estação e a venda de períodos a produtores. Em concorrência, a tendência será melhorar. No caso particular de Rádio Clube Português, tem sido o sistema e só a procura extraordinária de tempo nos tem levado a abdicar, em parte, desse processo. Isto, de resto, só tem beneficiado os produtores independentes"[47].

O ideal, continuava, era reduzir a percentagem de publicidade, e a melhoria das suas mensagens, que valorizariam os programas e, assim, o preço do anúncio subia e garantia um rendimento elevado aos produtores[48]. Se do lado das estações, havia a noção de rever processos, do lado do anunciante surgiam lentas transformações. Durante a década de 1950, fora habitual uma empresa patrocinar um programa em exclusividade, com a elaboração de textos com alguma preocupação literária; já no começo da década de 1960, com a entrada de agências de publicidade internacionais, o *spot* repetido ganhava peso, permitindo que diversas marcas anunciassem num programa, em especial os de maior duração, de hora e meia ou duas horas[49].

A questão dos produtores independentes face aos proprietários das estações era antiga. Eram aqueles que pagavam a unidade de emissão em ondas médias. O Rádio Clube Português não podia prescindir disso e, possivelmente, não pretendia mudar tudo, pois isso implicaria criar programas, angariar publicidade e ter empregados a tempo inteiro. A defesa do aluguer de períodos de emissão significava a existência de uma variedade grande de produtores com ideias novas e que renovavam o perfil dos horários, atraindo novos ouvintes e, assim, nova publicidade[50].

Houve uma oscilação permanente entre produção independente e produção da estação, com uma terceira via, a dos locutores-produtores. Isto é, tinham um vínculo à estação, com uma remuneração base por essa atividade, e podiam explorar períodos de horário, angariando a sua própria publicidade e pagando uma renda à emissora. Podiam surgir confusões se, interrompendo um programa, o locutor de serviço anunciava ou não um noticiário em colaboração com a entidade que patrocinava esse programa[51]. No emissor do Porto do Rádio Clube Português, experimentou-se um quarto modelo, o da maior parte da programação do emissor ser do própria estação e com aluguer de apenas algumas faixas horárias[52], como aconteceu com a FM.

7. ALGUMAS CONCLUSÕES

No período analisado, o país estava sob a tutela de um regime ditatorial. O Rádio Clube Português nascera em 1931 e a sua direção, em especial o fundador Jorge Botelho Moniz, seguiu sempre de muito perto as diretrizes do regime. A guerra colonial iniciada em 1961 em três frentes

africanas estava num impasse ou tendia para a derrota de Portugal. Os responsáveis da ditadura não aceitavam isso e tinham montado uma campanha interna de propaganda, onde o inimigo era nomeadamente o conjunto dos países do bloco soviético, que incentivavam e apoiavam os "terroristas" africanos. Em 1963, a prisão de membros do Partido Comunista, como Blanqui Teixeira, foi uma grande vitória para o poder político, ampliada pelos jornais. Por outro lado, foi notório o esforço da propaganda interna, com discursos de Salazar e manifestações de apoio à sua política, com as empresas a facilitarem a saída dos seus empregados para participarem nessas ações. Uma visita do presidente da República Américo Tomás a Angola foi saudada pelos jornais, que mostravam multidões a recebê-lo.

Os jornais e os media em geral tinham uma forte censura. Como nas outras emissoras, o Rádio Clube Português tinha um censor nomeado pelo regime. Mas a relação era boa, como se lia em notícias sobre as assembleias-gerais da estação, com louvor "ao tenente-coronel José Raposo Pessoa, delegado do Governo junto de Rádio Clube Português, pela confiança que depositou em todos os atos da direção"[53].

Como se fazia a inovação dentro da estação? Avanço algumas explicações, ainda no campo das hipóteses de trabalho. Os locutores e os produtores tinham de manter a atualização de repertórios musicais e negociavam com as fontes de financiamento publicitário. Isso levou-os a serem lançadores de tendências, em especial em FM e nos programas noturnos em ondas médias. Os programas de maior impacto funcionavam como motores de um todo que era a programação. Aos fatores internos, como aumento de horas de emissão e maior concorrência entre profissionais dentro das estações e entre estações, destacaram-se fatores externos como concorrência da televisão e mudança de gostos musicais (da música portuguesa e da Europa latina para a música anglo-americana, que aparecia massificada). A esta última tendência houve quem a chamasse *desnacionalização da música*. JJ

Bibliografia

Maia, Matos (1995). Telefonia. Lisboa: Círculo de Leitores

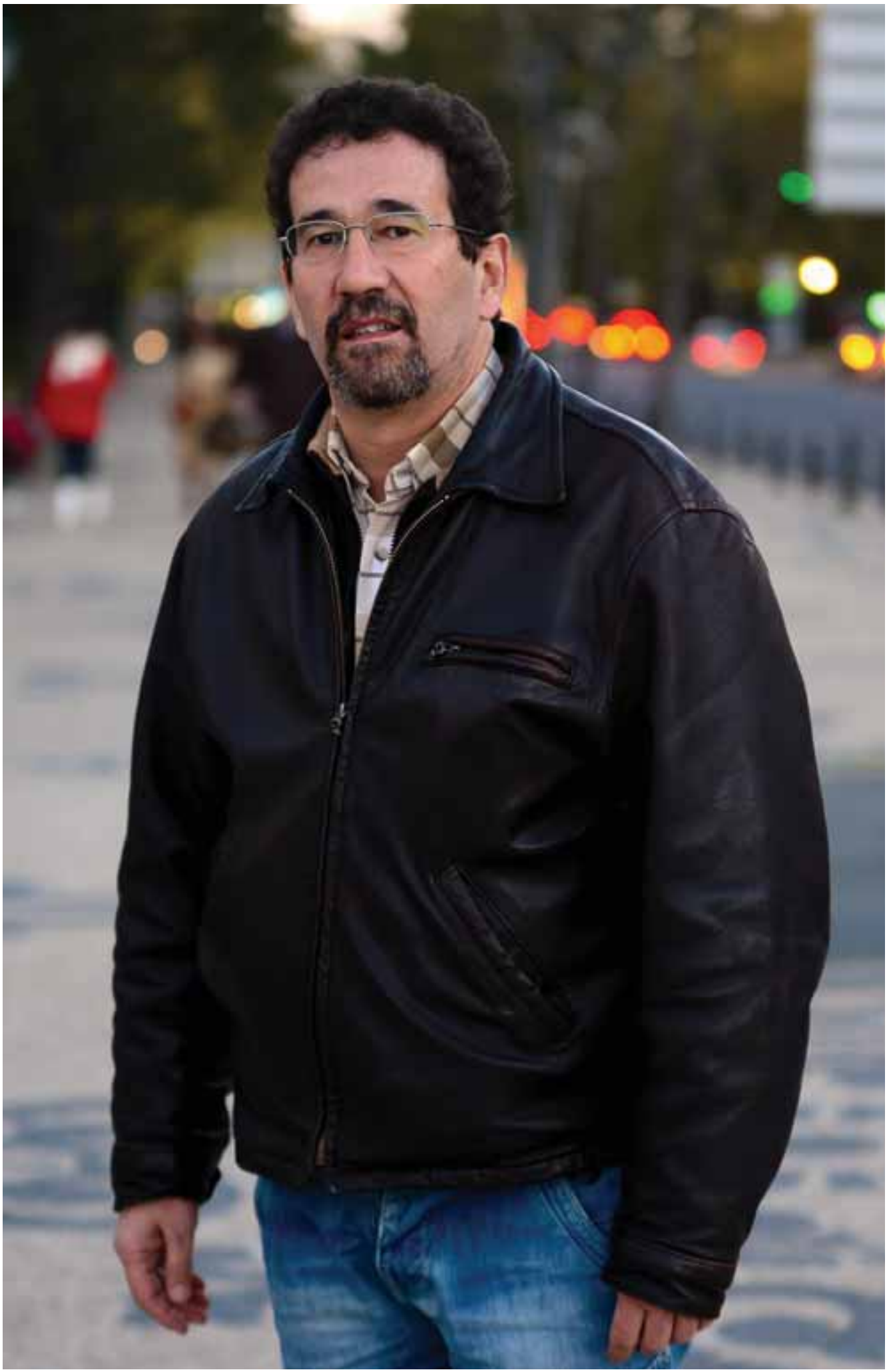
Notas

1) Rádio e Televisão, 30 de janeiro de 1960.
2) Entrevista com Jorge Botelho Moniz, por Luís Garlito, em 6 de fevereiro de 1995, Arquivo da RTP, AHD 2646.
3) Rádio e Televisão, 17 de janeiro de 1959.
4) Rádio e Televisão, 19 de março de 1960.
5) Diário de Notícias, 18 de março de 1963.
6) Rádio e Televisão, 19 de março de 1960.
7) Plateia, 17 de agosto de 1965.
8) Rádio e Televisão, 8 de setembro de 1962.
9) Ofício de 7 de setembro de 1961 da direção da PIDE para o SNI (PT/TT/SNI-DSC/A/4/1, SNI, Censura, Caixa 465).
10) Rádio Nacional, 15 de maio de 1954.
11) Maia, 1995: 173.
12) Rádio e Televisão, 24 de março de 1962.
13) Entrevista com Armando Marques Ferreira, por Luís Garlito, em 5 de setembro de 1991, Arquivo da RTP, AHD 12028.
14) Entrevista com Fernando Conde, por Luís Garlito, em 29 de janeiro de 1992, Arquivo da RTP, AHD 14792.
15) Entrevista com Francisco Igrejas Caeiro (e Irene Velez), por Luís Garlito e Cristina Paula Carvalho, em 24 de abril de 1991, Arquivo da RTP, AHD 11872.
16) Entrevista com Francisco Igrejas Caeiro (e Irene Velez), por Luís Garlito e Cristina Paula Carvalho, em 24 de abril de 1991, Arquivo da RTP, AHD 11872.
17) Entrevista com Fernando Conde, por Luís Garlito, em 29 de janeiro de 1992, Arquivo da RTP, AHD 14792.
18) Rádio e Televisão, 28 de fevereiro de 1959.
19) Rádio e Televisão, 13 de abril de 1963.
20) Numa edição da época, indica-se também a data de 26 de agosto como começo do programa (Rádio e Televisão, 29 de agosto de 1964).
21) O Século, 24 de agosto de 1963.
22) Diário de Lisboa, 24 de agosto de 1963.
23) Rádio e Televisão, 31 de agosto de 1963.
24) Entrevista dada por António Miguel ao autor, 2 de novembro de 2011.
25) Maia, 1995: 293.
26) Entrevista com Joel Nelson, por Luís Garlito, em 23 de abril de 1996, Arquivo da RTP, AHD 2844.
27) Rádio e Televisão, 3 de agosto de 1963.
28) Rádio e Televisão, 3 de agosto de 1963.
29) Rádio e Televisão, 24 de agosto de 1963.
30) Entrevista com Jorge Botelho Moniz, por Luís Garlito, em 6 de fevereiro de 1995, Arquivo da RTP, AHD 2646.
31) Entrevista dada por Jorge Gil ao autor, 17 de janeiro de 2012.
32) Rádio e Televisão, 19 de outubro de 1968.
33) Entrevista dada por Jorge Gil ao autor, 17 de janeiro de 2012.
34) Entrevista com Pedro Albergaria, por Luís Garlito, em 1 de junho de 1995, Arquivo da RTP AHD 14946.
35) Entrevista com Joel Nelson, por Luís Garlito, em 23 de abril de 1996, Arquivo da RTP, AHD 2844.
36) Entrevista com Firmino Antunes, por Luís Garlito, em 28 de abril de 1992, Arquivo da RTP, AHD 14778.
37) Entrevista dada por Luís Filipe Costa ao autor, 27 de janeiro de 2012.
38) Entrevista com Firmino Antunes, por Luís Garlito, em 28 de abril de 1992, Arquivo da RTP, AHD 14778.
39) Rádio e Televisão, 30 de maio de 1959.
40) Plateia, 15 de julho de 1961.
41) Entrevista dada por Luís Filipe Costa ao autor, 27 de janeiro de 2012.
42) Rádio e Televisão, 15 de dezembro de 1962.
43) Plateia, 1 de maio de 1960.
44) Plateia, 1 de novembro de 1963.
45) Rádio e Televisão, 15 de dezembro de 1962.
46) Carta de Mário Graça ao SNI, 13 de fevereiro de 1962 (PT/TT/SNI-DSC/A/4/1, SNI, Censura, Caixa 465).
47) Rádio e Televisão, 13 de abril de 1963.
48) Rádio e Televisão, 13 de abril de 1963.
49) Rádio e Televisão, 18 de março de 1961.
50) Rádio e Televisão, 2 de abril de 1960.
51) Rádio e Televisão, 2 de junho de 1962.
52) Entrevista dada por Rui Melo ao autor, 25 de junho de 2012.
53) Rádio e Televisão, 3 de abril de 1965.

Paulo Martins à JJ
"Conselhos de redação podem ter uma intervenção mais ativa em matéria deontológica"

Paulo Martins realizou a sua tese de doutoramento sobre a relação entre direito à informação e os direitos de personalidade, já publicada em livro. Numa delicada articulação das gramáticas do direito e da ética e deontologia, o jornalista, chefe de redação adjunto do Jornal de Notícias, propôs-se refletir sobre as situações em que têm de ser ponderados a liberdade de imprensa e os direitos de personalidade dos visados nas notícias. A chave desta ponderação é o interesse público da informação, conceito tão importante quanto casuístico e vago e que, defende Paulo Martins, "deve ser, tanto quanto possível, determinado coletivamente e não apenas pelo jornalista, de acordo com os seus princípios". Para se evitar que o jornalista se transforme em "polícia dos costumes". Esta é uma ponderação complexa, vinculada às características de cada caso. "Felizmente, a deontologia não é matemática, porque se o fosse chumbava sempre", graceja o professor universitário. Porém, falta debate sobre estas situações de fronteira no quotidiano das redações. "Nós disparamos primeiro e vemos onde acertamos depois", reconhece. Argumenta que, no plano deontológico, as decisões não devem deixar o jornalista isolado mas, pelo contrário, envolver também direções e conselhos de redação. "Os conselhos de redação podem ter uma intervenção mais ativa sobretudo em matéria deontológica", sustenta. Considera ainda que a Comissão da Carteira tem de ganhar mais visibilidade e o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas mais prestígio.

Texto **Carla Martins** Fotos **José Frade**



Jornalismo & Jornalistas (JJ): A tua investigação de doutoramento tem como título "O privado em público. Direito à informação e direitos de personalidade". O que te levou a escolher o tema?

Paulo Martins (PM): Sempre tive muita consciência de que o exercício do jornalismo, por exemplo quando escreves uma notícia, pode causar dano a alguém. Interessou-me estudar em que medida, em determinadas circunstâncias, isso é legítimo. Digamos que este problema não se coloca em relação a 90 por cento do trabalho jornalístico. O problema são os outros dez por cento, em que se lida com temas que podem afetar a reputação, a imagem…

JJ: Houve alguma situação que te tenha marcado particularmente e levado a valorizar a questão dos limites do discurso jornalístico, a necessidade de ponderar a liberdade de imprensa com outros valores?

PM: Nenhum caso em especial. Os jornalistas têm uma responsabilidade social particular que se exerce sobretudo neste plano. A maior parte dos princípios dos códigos deontológicos existentes tem a ver com esta esfera, como os modos de identificação, a presunção da inocência, a abordagem de assuntos que envolvem crianças, os crimes sexuais… Posso escrever sobre uma figura pública ultrapassando algumas fronteiras, mas se for sobre um anónimo já não? Porquê e em que circunstâncias? Depende muito do caso concreto.

"Posso escrever sobre uma figura pública ultrapassando algumas fronteiras, mas se for sobre um anónimo já não? Porquê e em que circunstâncias? Depende muito do caso concreto"

JJ: A chave dessa ponderação reside na avaliação do interesse público da informação. No entanto, ainda que muito convocado, este é um conceito vago, indeterminado, casuístico.

PM: Quase todos os códigos estabelecem um conjunto de normas e consagram exceções quando se trate de situações de interesse público. Só descobri três códigos - da Press Complaints Commission, da BBC e o austríaco - em que se procura tipificar quando é legítimo invocar o interesse público. Não estando o interesse público tão definido como seria suposto no que concerne à atividade jornalística - porque não se confunde com interesse nacional ou o interesse do Estado e é interesse público naquele contexto em nome da satisfação do direito à informação -, então, quem o define? Eu defendo que, se é um valor tão importante, deve ser, tanto quanto possível, determinado coletivamente e não apenas pelo jornalista, de acordo com os seus princípios. Porque isso pode levar a situações em que o jornalista se arma em "polícia dos costumes". Um dos temas que discuto é a extensão da privacidade. Na minha tese, uso a doutrina legislativa alemã das três esferas, aplicada na legislação portuguesa e que me parece fazer todo o sentido ponderar no jornalismo. A doutrina distingue as esferas pública, privada e íntima. Em teoria, a esfera privada de uma figura pública é mais reduzida. Por exemplo, o Cristiano Ronaldo não pode começar a jogar mal só por não deixarem de lhe ligar. É uma celebridade em função da sua profissão. Um político, quando se candidata, sabe que vai abdicar da sua privacidade, que vai ser escrutinado. Por exemplo, as finanças pertencem à esfera privada, mas é importante para o público saber que aquele senhor tem um Porsche de último modelo, apesar de o que ganha não corresponder a poder ter aquele carro. Porque ele é eleito e nos representa!

JJ: Em termos doutrinários, pressupõe-se a inviolabilidade da esfera íntima.

PM: Se o jornalista tomar esse princípio como absoluto, pode não estar a cumprir o seu papel. Felizmente, a deontologia não é matemática, porque se o fosse chumbava sempre. A deontologia envolve escolhas, opções, é em função do caso concreto. O jornalista deve ou não divulgar uma doença grave de um candidato a um cargo? É um dado da esfera mais íntima! Mas ele vai poder ser eleito e a doença pode ser de tal modo grave a ponto de ter de deixar o mandato a meio! O jornalista deve ponderar se se justifica ou não divulgar. Claro que em relação a um anónimo não interessa nada. Penso que o interesse público não precisa de ser invocado quanto à privacidade de uma figura pública, mas, no caso da intimidade, sim, porque a figura pública tem igualmente direito à reserva da intimidade. Lembro-me sempre do exemplo de Miterrand. Só se soube que Miterrand tinha uma filha legítima quando ele o quis divulgar. O "caso Strauss Khan" foi talvez o momento em que se confrontou a tradição mediática americana com a europeia. É uma figura europeia cuja situação foi divulgada na Europa de uma maneira muito diferente da maneira como o foi nos Estados Unidos. Na altura, um jornalista da France Presse explicou que, segundo a tradição mediática em França, o jornalismo acaba à porta do quarto, não divulga a vida sexual. Parece um princípio nobre. No caso de Miterrand, a questão é muito simples. Ele tinha uma filha legítima, o que não tem especial influência no exercício político, até porque nunca fez da família arma política. Porém, a amante e a mulher viviam numa casa do Estado. Isso só foi revelado muito mais tarde. Havia aí um outro elemento que justificaria a divulgação.

JJ: É uma avaliação muito influenciada pelo contexto cultural. Nos Estados Unidos são comuns escândalos sexuais envolvendo políticos.

PM: Os americanos - e acho isso um exagero - têm muito a ideia de que o político tem de ser totalmente escrutinado, em nome do eleitor que vai votar nele. Como se os políticos não pudessem ter defeitos ou tivessem de ser completamente impolutos. Felizmente, na Europa, não é assim, ainda que não se possa cair na proteção absoluta. Tivemos políticos que quase faziam da sua fama de "mu-

PAULO MARTINS, 51 anos, natural de Coimbra, é jornalista desde 1983. Atualmente, é chefe de redação adjunto do Jornal de Notícias, ao qual está ligado desde 1998. Integrou a redação de diversos jornais desportivos, nos anos de 1980, e, entre outros, do Diário de Lisboa (1988-1990), A Capital (1990-1991) e O Independente (1991-1997). É licenciado em Comunicação Social e doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde leciona desde 1998. Paulo Martins é membro, eleito pelos jornalistas, da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, fazendo parte, desde 2008, da respetiva Secção Disciplinar. Entre 1989 e 1993, pertenceu à Direção do Sindicato dos Jornalistas.

lherengos" uma proposta política. Ninguém lhes pedia que tivessem outro perfil. O jornalista não tem o direito de dizer que determinada figura não corresponde aos modelos que estabelecemos. Claro que é preciso determinar de que tipo de figura pública se trata, se de um presidente, um deputado, uma celebridade… Abordo na tese um caso que envolveu Naomi Campbell. Os jornais ingleses, argumentando que ela nunca assumiu que era viciada em drogas, consideraram que tinham o direito de noticiar que ela estava a fazer tratamento. Por que é que ela havia de assumir isso? Por que temos de exigir isso?

JJ: A partir da análise de casos e de entrevistas a jornalistas, concluis que há preponderância do interesse do público sobre o interesse público, mesmo que em sacrifício dos direitos de terceiros?

PM: A conclusão a que cheguei - e é também a opinião da maioria dos entrevistados - é que em Portugal não temos um problema de violação sistemática de direitos de personalidade na atividade jornalística. Se compararmos com Inglaterra, não tem nada a ver. Apesar de tudo, temos alguma reserva.

JJ: E quanto à presunção da inocência?

PM: Analisei um dos casos mais graves em Portugal, o assassínio do polícia Felisberto Silva [em 2002, na Damaia]. Dois jornais fizeram manchete com a fotografia de dois cidadãos. Negros, como convinha. Este tratamento jornalístico foi completamente violador não só da presunção da inocência como do direito à imagem. Pior do que isso, na minha opinião, foi o apelo claro de um dos jornais à justiça popular. O título da manchete era "Foram estes os sacanas, apanhem-nos!". Convém dizer que o principal culpado foi detido e condenado… e não era nenhum daqueles. O dano sobre aquelas pessoas foi enorme. E, curiosamente, os jornais argumentaram que, com aquela abordagem, estavam a cumprir uma obrigação da comunicação social de ajudar a polícia a descobrir os culpados. Mas os jornais não têm esse papel! Não duvido que a fotografia daquelas duas pessoas estivesse nas esquadras, que fossem suspeitos, mas isso tem a ver com a investigação policial, não com jornalismo. Às vezes há sobreposições. Quantas vezes vemos notícias em que surgem referências à nacionalidade, à raça - também procuro desenvolver a questão da discriminação -, que são irrelevantes, mas fazem parte dos comunicados da polícia, porque para a polícia são pertinentes. Não digo que em certas situações não seja relevante, como num conflito entre etnias.

JJ: Falta reflexão no dia-a-dia das redações sobre o impacto do discurso jornalístico na vida das pessoas?

PM: Penso que sim. Nós disparamos primeiro e vemos onde acertamos depois, em vez de fazermos uma reflexão prévia. Se são raros os casos em que é preciso fazer essa ponderação, mais se justifica que coletivamente, nas redações, as direções a fomentassem e os conselhos de redação absorvessem como tarefa sua participar nessa discussão. Jorge Wemans, com a sua experiência de provedor do Público e de jornalista, defende que a deontologia reclama sempre essa reflexão, porque se enriquece com o questionamento ético. As normas deontológicas são instrumentos para preservar valores e, às vezes, para preservar os valores, justifica-se a violação da norma deontológica.

JJ: Por que não acontece mais frequentemente essa reflexão nas redações?

PM: A reflexão é muito posta em causa por falta de tempo. Por impacto das novas tecnologias e não só, ergueu-se como valor fundamental a rapidez da difusão da informação. Interessa primeiro dar a notícia, mesmo que esteja incompleta. E, no entanto, essa avaliação não pode deixar de ser feita, saber se o dano que o jornalista provoca está ancorado no interesse público de forma sólida. Penso também que as direções não estão muito empenhadas em fazer ou fomentar essa reflexão.

"É importante para o público saber que aquele senhor tem um Porsche de último modelo, apesar de o que ganha não corresponder a poder ter aquele carro. Porque ele é eleito e nos representa!"

JJ: Defendes na tua tese que não é em sede legal, mas de auto-regulação, que estas questões devem ter uma resposta. Mas, na prática, não estamos a ir em sentido contrário? Como sustenta Carlos Camponez, assiste-se a um processo de jurisdificação das normas deontológicas.

PM: A Lei de Imprensa de 1975 criou o Conselho de

Imprensa, um órgão que, por natureza, deveria emanar da auto-regulação, ainda que não fosse exatamente auto-regulação, porque também tinha representantes do público. Mas deveria ter sido criado por iniciativa dos operadores do setor, dos jornalistas… A lei determinou ainda que os jornalistas deveriam ter um código deontológico, elaborado pelo Sindicato dos Jornalistas, ao qual cumpria aplicar sanções. Ora, como é que o Sindicato aplica sanções sendo um sindicato? Investiguei e descrevo casos em que jornalistas passíveis de crítica pelo órgão deontológico do Sindicato, simplesmente se fossem punidos, se desvinculariam do Sindicato! O efeito prático era nulo. Acho que a sanção moral de divulgar publicamente que um jornalista cometeu uma infração deontológica é já muito penalizadora, porque temos uma profissão muito exposta. O que escrevemos é imediatamente escrutinável. A Lei de Imprensa tinha mais um fenómeno original, que foi a criação, por via legal, dos conselhos de redação. Nos outros países há comités de redação de iniciativa dos próprios meios de comunicação.

JJ: O artigo 14.º do atual Estatuto do Jornalista, ao incorporar os deveres dos jornalistas, insere-se também nesse processo de jurisdificação?

PM: O Estatuto do Jornalista e o Código Deontológico não são exatamente coincidentes. Em alguns casos, o Estatuto é até mais protetor dos direitos de personalidade. Acho que a discussão tem de ser mais vasta. Dificilmente a norma legal poderá contemplar especificidades que têm a ver com o exercício jornalístico. Desenvolvo na tese a proposta do antigo provedor Nascimento Rodrigues de, por via legal, obrigar a que a absolvição de um cidadão que foi objeto de notícia enquanto acusado fosse também noticiada. Parece uma ideia simpática. Mas como é que isso se operacionaliza? Do ponto de vista da auto-regulação, o jornalista tem a obrigação ética de acompanhar uma história até ao fim e de noticiar, se for o caso, a absolvição. Se isso for enquadrado numa norma legal, poderia ser inibidor da própria abordagem jornalística. Há um circunstancialismo que só pode ser avaliado em sede de auto-regulação, o que não iliba os jornalistas de fazerem essa reflexão. Isso reforça a sua responsabilidade social e credibilidade externa.

JJ: Nas redações, a consciência deontológica individual dos jornalistas está cada vez mais desprotegida?

PM: Está muito. E está muito pela pressão do tempo, pela pressão comercial, pelo contágio de pressões comerciais, mesmo que elas não sejam evidentes.

JJ: A autonomia, que é fundamental para a prática profissional, está fragilizada?

PM: Está fragilizada quanto mais precária seja a condição laboral.

JJ: Trata-se de um problema objetivo.

PM: Esse foi sempre o argumento do Sindicato no combate à ideia de criar uma Ordem dos Jornalistas. Quem defendia a Ordem dizia: "mas o Sindicato só tem que se preocupar com a vertente laboral". Mas esta vertente é fundamental para avaliar as condições de autonomia e de independência dos jornalistas. Uma coisa não pode ser desligada da outra. Se o jornalista não tem vínculo estável, se ganha mal, isso tem obviamente influência na autonomia e na capacidade de dizer "não". Mário Mesquita escreve que, em matéria de direitos de personalidade, os órgãos de comunicação e os jornalistas podem, em determinadas circunstâncias, abdicar de divulgar uma notícia. Ora, os jornalistas nascem para dar notícias. Ele diz com graça que abdicar de divulgar uma informação não cria heróis, antes pelo contrário. Heróis são os que divulgam. É preciso, em alguns momentos, dizer "não dou esta notícia". No Independente, lembro-me de um caso em que, depois de uma discussão ativa em que participou uma boa parte da redação, decidimos que não podíamos divulgar aquela notícia.

JJ: Mas a ponderação do direito à informação com os direitos de personalidade pode ter apreciações distintas por diferentes entidades.

PM: Analisei vários casos que receberam tratamentos diferentes pelo Conselho Deontológico, pela Comissão da Carteira, pelos tribunais… São entidades com parâmetros de atuação distintos. Não me choca nada que haja avaliações diferentes.

JJ: Não há excessos nessas intervenções?

PM: Não acho que seja uma intervenção excessiva. Entendo, aliás, que essa intervenção deveria ser aprofundada. Acho que a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista deveria ter mais visibilidade e o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas mais prestígio. Há muita gente que, por ressentimentos ou pouca simpatia pelo Sindicato, também tem uma posição de hostili-

dade em relação ao Conselho Deontológico. Depois, às vezes, o Conselho Deontológico é um pouco rígido na apreciação de determinadas práticas que, se calhar, deveria compreender melhor. E isso criou uma ideia, que é comum aos vários entrevistados, de que o Conselho Deontológico perdeu prestígio, e que seria necessário que o tivesse.

JJ: O que retira eficácia aos pareceres.

PM: Exatamente. Na sua tese de doutoramento, Carlos Camponez defende que o Conselho Deontológico sempre dependeu muito das características do seu presidente. No tempo do Daniel Reis, o Conselho Deontológico nunca aceitou queixas externas, porque entendia aquilo como auto-regulação dos jornalistas pelos jornalistas. O Óscar Mascarenhas mudou o paradigma e hoje os próprios Estatutos do Sindicato admitem queixas externas. Seria desejável que quer instituições de auto-regulação quer de regulação estatal tivessem mais intervenção e visibilidade. Muita gente queixa-se à ERC sem saber que deve queixar-se à CCPJ. O Conselho Deontológico também pode ser mais pró-ativo. Nada o impede de fazer deliberações ou tornar públicas posições genéricas sobre determinadas questões. Os próprios conselhos de redação não aceitam queixas externas para refletir sobre elas! Em vez de as pessoas usarem sistematicamente o direito de resposta, também poderiam contribuir para esse debate, uma vez que não temos um Conselho de Imprensa, que me parece um modelo interessante.

JJ: Na tua tese fazes uma análise do modelo e da atuação do Conselho de Imprensa, que funcionou entre 1975 e 1989. O que concluíste?

PM: Do ponto de vista da relação dos direitos de personalidade com o direito à informação, o Conselho de Imprensa não teve praticamente intervenção. Isso nasceu de uma espécie de pecado original. Nos primeiros anos, quando começou a receber queixas, o Conselho de Imprensa pediu um parecer à Procuradoria sobre se deveria ou não intervir quando se tratava de casos que estavam a ser apreciados pelos tribunal. A Procuradoria disse que não e, a partir daí, houve uma permanente inibição de intervenção nesse plano. Há um caso, que acho que é o mais incrível, do Manuel Alentejano, que estava preso e sobre quem um jornal faz reportagens inacreditáveis a falar da mulher, que era prostituta, dos filhos, a expor a vida privada em várias dimensões. Ele apresentou queixa ao provedor de Justiça, que encaminhou para o Conselho de Imprensa. Este respondeu que não poderia analisar. Há também a ideia de que a presença do público nos conselhos de imprensa contribui para combater corporativismos. Ora, o Conselho de Imprensa não se conseguiu furtar a corporativismos. Há um caso muito interessante, um conflito entre duas grandes figuras do jornalismo, o Ribeiro Cardoso e o Francisco Sousa Tavares. O Ribeiro Cardoso fez uma diatribe n'*o diário* contra o Sousa Tavares, que era diretor de *A Capital*, e este queixou-se por difamação e apresentou o caso ao Conselho de Imprensa. O caso nunca foi instruído e nunca houve uma decisão… Sabes porquê? Eram ambos membros do Conselho de Imprensa! O normal seria eles não participarem na decisão, mas não, o Conselho de Imprensa nunca decidiu em nenhum sentido.

JJ: Podemos dizer que concluis a tua tese com um desafio à forma como as redações hoje funcionam mas também com uma noção, utilizando uma expressão do Mário Mesquita, de que os jornalistas são "heróis frágeis", que estão desprotegidos na realização do seu trabalho.

PM: Sim, mas os jornalistas estão desprotegidos também porque se quiseram desproteger. Passámos anos a fio a defender que os conselhos de redação deveriam voltar a poder ter uma palavra sobre as direções. Esta era uma guerra perdida. Esquecemos que os conselhos de redação, com o enquadramento legal que têm, podem ter uma intervenção mais ativa sobretudo em matéria deontológica. E não têm. Também depende de nós. Não depende apenas de condições legais mas da auto-regulação. Por exemplo, o conselho de redação da Efe espanhola admite a apreciação de queixas externas. Podemos questionar que efeito é que isso tem, tratando-se de uma agência, mas é uma experiência sobre a qual se pode refletir. Por que não os conselhos de redação aceitarem queixas dos públicos, precisamente para dinamizar essa reflexão?

JJ: Hoje fala-se de uma crise de identidade do jornalismo. Esta não está dissociada da proteção do núcleo de valores deontológicos.

PM: Joaquim Fidalgo faz uma abordagem, que me parece correta, segundo a qual os jornalistas, no domínio ético-deontológico, precisam de fazer um *back to basics*. Nos primórdios da imprensa, o jornalista teve de encontrar as suas características identitárias para se libertar das tutelas política e económica. Precisou de mostrar que o seu ramo na árvore da comunicação era diferente dos outros. Hoje precisa de voltar a fazer essa reflexão e a defender esse núcleo duro, porque há muita gente a fazer aquilo a que genericamente se designa por conteúdos. Alguns autores defendem que o jornalista deixou de ser *gatekeeper*, porque não tem mais o monopólio de recolha e de transmissão da informação. Portanto, se continua a transmiti-la numa espécie de auto-estrada em que toda a gente circula, tem de manter a sua autonomia e marcar que já não é apenas *gatekeeper* mas pode ser um *sensekeeper*, aquele que dá sentido à informação. JJ

"Acho que a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista deveria ter mais visibilidade e o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas mais prestígio"

Novos costumes (II)

As mudanças que tenho observado na linguagem dos meios de comunicação (no jornalismo, na publicidade, nas traduções, na TV, etc.), ou na fala do dia-a-dia, resultam por vezes da escassa frequentação dos mestres da escrita, mas decorrem também de influências de línguas estrangeiras (sobretudo do inglês, do francês e do espanhol).

Texto **Francisco Belard**

Quanto ao inglês, "to be supposed to" (dever, ter obrigação de) originou o "ser suposto"; em frases como "era suposto ter chegado a horas" seria preferível "devia ter chegado a horas" ou "devia ter sido pontual"); também já incorri nesse deslize, que abandonei quando aprendi um pouco mais de inglês. A frequência do "trata-se de" provém talvez do francês "il s'agit de"; "trata-se de" (um assunto, ou dois...) ou mesmo do inglês, como em: "it's not about money, it´s about power" (ou em: "what's this all about?", ou seja: de que se trata, que história é esta, que quer isto dizer?). Nesses casos temos construções estrangeiradas, que não me escandalizam por aí além, mas delas decorrem formulações inutilmente longas, como "trata-se de um livro excelente", substituível com vantagem por "é um livro excelente". O que é claramente errado é escrever "tratam-se (sic) de dois livros excelentes".

Quanto a influências da língua castelhana, mais raras, julgo terem origem na leitura de 'media' espanhóis, verificando-se no uso de verbos – como nestas frases inventadas, mas semelhantes a outras que li: "A visita a Madrid não se compagina com uma deslocação a Valência", ou "O ministro descarta qualquer alteração do plano". Nesses casos seria preferível escrever: "A visita a Madrid não se coaduna (ou é incompatível, ou não se compadece) com uma deslocação a Valência", ou "O ministro exclui (ou põe de lado, ou recusa, ou rejeita) qualquer alteração do plano". Não nego que "descartar" ou "compaginar" existam em português "dicionarizado", mas os seus usos referiam-se a tarefas de paginação ou a jogos de cartas; a mudança de verbos indicia fraco conhecimento do português corrente.

Outra coisa que me intriga nos 'media' é a mania de atribuir aos povos designações pouco ou nada adequadas (e aqui aproveito para estranhar que a outrora conhecida palavra "inadequado" tenda a ser substituída por "desadequado"). O caso para nós mais notório é que aos portugueses se chame cada vez mais "lusos" (hábito da imprensa espanhola) e ao português que utilizamos "lusitano" (hábito da Academia Brasileira de Letras). Por enquanto não nos chamam "lusíadas"; bem sei que "lusitano" e "lusíada" têm vetustas origens, e que Camões carimbou esses nomes para nos designar. Mas não é um genial poema épico que me faz deixar de ser português e passar a ser lusitano, celta, ibero, romano, suevo, visigodo, berbere, moçárabe... A mistura de tudo isso com outros contributos históricos podia ser mais exacta – mas a essa mistura chamamos português, e só por falta de invenção linguística dizemos "luso-americano", por exemplo, e não "portugo-americano". A estas peripécias gentílicas só faltava o mais recente apodo ou epíteto que nos é dado, o de "tugas", inicialmente pejorativo, que hoje oscila entre o uso autopejorativo e o quase referencial.

O caso para nós mais notório é que aos portugueses se chame cada vez mais "lusos" (hábito da imprensa espanhola) e ao português que utilizamos "lusitano" (hábito da Academia Brasileira de Letras). Por enquanto não nos chamam "lusíadas"…

Não estamos sós; aos franceses chamam os jornais frequentemente "gauleses", como nos álbuns de Astérix. Também podiam chamar-lhes "francos", mas enigmaticamente não o fazem. Estará a imprensa a meter-se numa ancestral e duvidosa querela entre celtas e germanos? Note-se que não se chama "teutões" aos alemães, nem "anglos" aos ingleses, nem "pictos" aos escoceses (como no recente tomo dos feitos de Astérix), nem "abexins" aos etíopes, nem "chins" aos chineses. São mistérios da linguagem jornalística – a nossa. JJ

Albert Camus o jornalista revoltado

Evocação do escritor, Prémio Nobel da Literatura em 1957, do resistente e do jornalista, no centenário do seu nascimento

Texto **Félix Ribeiro**

Filho de uma mãe praticamente surda e de um pai precocemente falecido, Albert Camus nasceu em Novembro de 1913, nos arredores de Mondovi, Argélia Oriental. Um ano mais tarde, Lucien Auguste Camus, seu pai, poria pela primeira vez os pés em França apenas para morrer, vítima na primeira batalha de Marne de um ferimento de bala na cabeça. Este acontecimento forçou a mudança de Camus para a casa da sua avó materna, em Argel, acompanhado de seu irmão mais velho e de sua mãe.

As extremas condições de pobreza obrigaram o pequeno Albert a participar desde muito cedo no sustento da família. Enquanto estava na escola primária, trabalhou numa tanoaria, numa loja de peças para automóveis e numa agência de navegação. Em 1931, já como finalista no liceu onde conseguiu entrar com uma bolsa de estudo, sofre o primeiro e mais grave ataque de tuberculose, doença que o acompanharia ao longo da vida. Mas à negritude da pobreza e ao terror da doença Camus sobreporia o seu forte amor pela luz da Argélia. De um lado, a morte e a pobreza, do outro, o Sol e a vida. Isto mesmo argumenta Simon Lea, presidente da Sociedade Albert Camus do Reino Unido, em entrevista à JJ: "Na sua juventude, Camus viveu a opressão da pobreza, a humilhação (e o terror) da doença grave e, por momentos, a indiferença do mundo. Contudo, sentiu também amor pela vida, e felicidade pelo contacto com a beleza natural do mundo, assim como um sentimento de grandeza pelo confronto entre o seu desespero e a indiferença do mundo (…) A felicidade de Camus surge de ambos os lados, da luz e da sombra".

A doença grave teve um tremendo impacto na vida de Camus. À pobreza, por outro lado, só atribuirá importância mais tarde, e sobretudo por força da oposição à predominante origem burguesa dos artistas da cena literária de Paris. É durante o período em que esteve internado no hospital de Mustapha, em Belcourt, que Camus se convence da urgência em construir um projecto de vida. Decide-se a estudar filosofia: "Só se pensa através de imagens. Se queres ser filósofo, escreve romances", lê-se nos seus apontamentos, postumamente editados com o título *Carnets*.

O JORNALISTA ARGELINO

O primeiro contacto de Albert Camus com o jornalismo acontece já

depois de se ter licenciado em Filosofia. Em 1938 entra para a redacção do *Algier Républicain*, diário crítico e independente liderado por Pascal Pia. A identidade do *Républicain* adequava-se inteiramente às convicções de esquerda não-alinhada de Albert Camus, que estivera ligado ao Théâtre du Travail (Teatro dos Trabalhadores) e fora também membro do Partido Comunista da Argélia entre 1934 e 1937.

A década de 1930 viu surgir na Argélia um surto de resistência às políticas coloniais do Governo da Terceira República francesa. As condições em que viviam as camadas árabes e berberes degradavam-se com a crise económica do pós-guerra, aumentando as desigualdades entre estes e os *Pied-Noir* – descendentes de colonos europeus, como o próprio Camus. Os primeiros exemplos do jornalismo ético e político de Albert Camus acabariam por nascer no *Algier Républicain*, precisamente através da denúncia das condições de vida de árabes e berberes. No início da sua carreira, Camus ocupava-se sobretudo de temas culturais, em especial a crítica literária. No entanto, seria como repórter de tribunal que acabaria por encontrar a missão política no jornalismo. Nessa área, Camus empenhou-se fortemente numa campanha de denúncia de processos políticos, assim como de casos de tortura de acusados e testemunhas argelinas.

A revolta política no jornalismo de Camus adquire contornos literários na série de reportagens nas regiões montanhosas da Cabília, no norte da Argélia. Os berberes haviam sido historicamente empurrados para a aridez das montanhas pelos colonos europeus e aí permaneciam em situação de extrema pobreza e de fome, ironicamente mantidos vivos pela insuficiente ajuda da administração colonial. Nas palavras de Robert Zaretsky, jornalista do suplemento literário do jornal britânico Times, as imagens de Albert Camus nas reportagens "A Miséria de Cabília" igualam a exasperação do jornalismo de George Orwell. "Aqui, a miséria não é só uma palavra ou um tema sobre o qual meditar. Ela existe. Ela grita em desespero", escreveu Camus em 1939.

Com o reforçar da sua linha crítica, o *Républicain*, que desde a sua criação se encontrava em dificuldades financeiras, acaba por se ver reduzido a apenas três colaboradores, entre os quais Pascal Pia e Albert Camus. No final de 1939, transforma-se no pequeno vespertino *Soir Républicain*; mas a evolução da situação política francesa – a queda da Frente Popular e o crescimento da direita – em breve sentenciaria o fim do jornal. Em 1940, o governador-geral da Argélia proíbe a sua publicação.

O JORNALISTA DA RESISTÊNCIA

Pela mão de Pascal Pia, Camus viaja para Paris, onde arranja emprego no vespertino *Paris-Soir*, cuja linha editorial contrastava significativamente com a do *Républicain*. Para além de Camus não trabalhar como jornalista – exercia a posição subalterna de secretário editorial – este vespertino seguia uma linha conservadora e sensacionalista. Iniciava-se um período de grande angústia para o jovem Camus. "Uma vez terminado o jornal [*Républicain*], Camus ficou sem voz activa. Trabalhava para o *Paris-Soir,* mas não escrevia para eles. Em todo o caso, eles nunca publicariam qualquer ideia 'camusiana'", explica Simon Lea.

Começava o grande período de quietude forçada de Camus. Com a rápida conquista de França pelo exército alemão, em Maio de 1940, o *Paris-Soir* rapidamente adoptou a linha colaboracionista do Governo de Vichy, aumentando assim o desconforto de Camus – este escreveria nos *Carnets* que a sua disposição oscilava entre o temor de ser despedido e o desejo de o ser. No ano seguinte, em 1941, Camus é finalmente dispensado pelo jornal e viaja para Orã, onde durante um curto espaço de tempo vive na propriedade de sua mulher.

Embora Camus já tivesse concluído a peça *Calígula* e o seu primeiro romance, *O Estrangeiro* – terminaria em breve o ensaio *O Mito de Sísifo* – mantém-se sorumbático e deprimido. Este estado agravar-se-ia no início de 1942, altura em que Camus se vê forçado a regressar ao

Sul de França devido a um novo ataque de tuberculose. A boa recepção de *O Estrangeiro* e de *O Mito de Sísifo*, publicados em Outubro desse ano, não fazem muito para melhorar o estado de espírito do escritor. Sobre o tempo que lhe levou a sair da apatia, Camus escreve ao seu antigo professor do liceu e mais próximo amigo, Jean Grenier, referindo-se à vergonha que sentia por apenas se ter apercebido do seu dever depois de um grande período de sofrimento e apatia.

É novamente pela influência de Pascal Pia que Albert Camus regressa ao jornalismo. No final de 1943, Camus é apresentado ao Comité Nacional da Resistência Francesa. A sua experiência passada como jornalista leva-o para o jornal clandestino *Combat*, no qual em muito pouco tempo passou a ocupar a posição de chefe de redacção. Albert Camus entrega-se uma vez mais àquele que discutivelmente será o centro da sua intervenção como jornalista e escritor: a revoltada mediação das paixões colectivas. Camus recuperara a sua voz não no combate armado, pelo qual ansiava desde 1939, mas no terreno da arte e do jornalismo. Em entrevista à JJ, Matthew Bowker, professor universitário nos EUA e autor de duas obras sobre Camus, explica que, no seu íntimo, o escritor sempre soubera que este era o seu meio. "As suas primeiras intervenções políticas, ao escrever sobre Cabília na Argélia, eram de natureza jornalística e literária. Creio que, embora por vezes se mostrasse ambivalente e se tenha queixado do seu papel, estava satisfeito com o seu destino como combatente moral e intelectual, e não como soldado ".

Apesar de ter chegado tarde à Resistência francesa – seria criticado por isso no futuro –, Camus traz ao *Combat* um novo e mais cerrado tom de acusação aos colaboracionistas de Vichy e aos invasores alemães. Exemplo desta motivação é o editorial de Março de 1944 (não assinado, mas atribuído a Camus): *À guerra total, resistência total*. Nele, Camus aponta o dedo à indiferença dos franceses e clama por resposta armada à invasão: "Isto é o que esperamos de vós (…) Acção nas fábricas. Acção nas linhas de comunicação do inimigo. Acção contra a Milícia: qualquer homem da milícia é um possível assassino". A condenação dos colaboracionistas é um elemento comum à mensagem do *Combat* durante o período em que ocupou o lugar de chefe de redacção. Por várias vezes, o escritor reivindicava que só seria feita justiça com a condenação à morte dos envolvidos com o Governo de Vichy. Só mais tarde, depois da libertação de França, Camus altera as suas convicções, tornando-se num opositor à pena capital.

A libertação de França e o fim da Segunda Guerra Mundial não terminam a missão do jornalismo político de Camus. A primeira edição não clandestina do *Combat*, publicada em Agosto de 1944, tem como manchete "Da Resistência à Revolução". Albert Camus pretendia continuar a luta contra as desigualdades sociais da Terceira República francesa. A fama conquistada pelo seu papel no *Combat* e pela publicação dos seus dois primeiros livros tornara-o numa das mais proeminentes vozes políticas na Europa. No entanto, os ideais revolucionários de Camus afastavam-se da corrente marxista, o que o distanciou da esquerda intelectual francesa. "A História revela que Camus foi mais um reformista liberal do que propriamente um revolucionário. Ele desejava uma mudança progressista e, por vezes, até reformas profundas. No entanto, parecia acreditar nas bases políticas, legais e sociais das democracias ocidentais", defende Matthew Bowker.

> "Ainda que os escritores não tenham feito muito pela Resistência (…) temos que reconhecer (…) que a resistência fez muito por eles: ensinou-lhes o preço das palavras"
>
> **Albert Camus**

Nas páginas do *Combat*, Camus foi-se gradualmente afastando do tom apologético e combativo que adoptara na imprensa clandestina e no imediato pós-guerra. Entre 1945 e 1946 as suas colaborações para o jornal limitam-se à publicação de uma crónica de viagem à Alemanha ocupada e de uma série de textos, publicados em 1946 sob o título "Nem vítimas nem carrascos", nos quais aborda a sua preocupação pela banalização da morte e a desumanização na Europa. Em 1947, com o *Combat* em sérias dificuldades financeiras, Albert Camus abandona a redacção e publica o livro *A Peste*, que confirma a sua notoriedade literária. O estilo desta última obra aproxima-se do tom mais lacónico que Camus utilizou no *Combat*. Como o próprio afirmou: "Ainda que os escritores não tenham feito muito pela Resistência (…) temos que reconhecer (…) que a resistência fez muito por eles: ensinou-lhes o preço das palavras".

Apesar de nunca se ter afastado das causas públicas – foi severamente criticado por ambas as facções pela postura que assumiu perante o conflito franco-argelino – o período de grande actividade jornalística de Camus terminou com a sua saída do *Combat*. A quatro de Dezembro de 1960, três anos depois de lhe ter sido atribuído o Prémio Nobel da Literatura, Albert Camus morre num trágico acidente de carro, nos arredores de Paris. JJ

Os Jornalistas e a Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (1979)
RENATO MENDES
Escritório Editora, Lisboa, 2012

Texto **Fernando Correia**

Foi em 1979 que começou a funcionar aquela que se pode considerar a primeira Licenciatura em Comunicação Social no nosso país (houve em 1971 uma primeira tentativa, apadrinhada pelo marcelismo e sustentada pelo Banco Borges & Irmão, mas a Escola Superior de Meios de Comunicação Social viria a finar-se por morte natural pouco depois do 25 de Abril). Ganhava assim corpo, finalmente, uma aspiração que vinha de há quatro décadas, quando o presidente da então Comissão Administrativa do Sindicato dos Jornalistas, Luís Teixeira, apresentou em 1941 ao governo, sem êxito, o projecto de um Curso de Formação Jornalística.

Aspiração esta que, no entanto, pelo menos até ao final dos anos 60 esteve longe de ser consensual dentro do próprio grupo profissional, inclinado a ver na tarimba, mais do que nos bancos da universidade, o melhor método para aprender o ofício.

É sobre esta primeira licenciatura, facto marcante na história do nosso jornalismo, que trata este livro, baseado na tese de mestrado apresentada por Renato Mendes em 2011 na Faculdade de Ciências Sócias e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e em que é dada especial atenção aos desentendimentos (intelectuais, entenda-se) então surgidos nos contactos entre académicos e jornalistas que precederam a concretização da iniciativa.

Deve, desde logo, saudar-se o autor quer pela feliz ideia quer pela coragem ao escolher o seu objecto de análise.

Feliz ideia, porque desde há muito se impunha a abordagem deste acto fundador, de grande significado na definição da identidade por parte dos jornalistas portugueses e, convergentemente, no processo demorado, irregular e atribulado da construção do jornalismo como profissão.

Coragem, porque nos remete para um período conturbado da vida nacional, caracterizado pelas dificuldades, impasses e polémicas próprias de um país (e portanto também dos actores sociais, neste caso os jornalistas e os académicos) que dava os primeiros passo na definição e no aprofundamento dos novos contornos e conteúdos - vivenciais, éticos, profissionais, pedagógicos, científicos, etc. - proporcionados pela conquista da democracia.

Mas coragem também porque, sendo um tema que nunca tinha sido estudado com alguma profundidade, obrigava, por um lado, à morosidade, persistência e espírito crítico necessários para vasculhar nos arquivos, em busca de fontes documentais primárias, e, por outro lado, impunha o confronto destas com as opiniões dos protagonistas directamente envolvidos - felizmente ainda possível em diálogo directo, na quase totalidade dos casos. Tudo isto tendo em conta os três diferentes sectores intervenientes no processo de criação do curso: o jornalístico/sindical, o académico e o governamental.

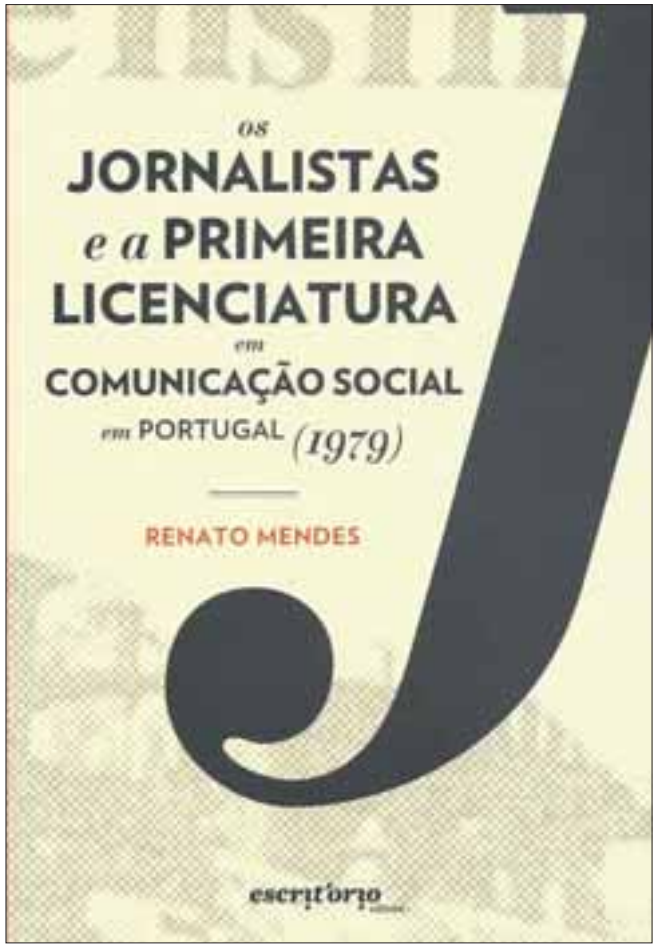
O empenho do autor no cumprimento destas tarefas deve ser relevado, nomeadamente a realização de uma dezena de entrevistas e a consulta de mais de uma dezena de arquivos, quer pessoais quer de instituições oficiais (alguns até agora nunca tratados…). A componente heurística da investigação revela-se uma das suas vertentes mais positivas, permitindo que passemos a ter o caminho aberto para o acesso a importante documentação - quer referenciada na bibliografia quer reproduzida nos numerosos anexos que ocupam perto de uma centena de páginas do livro -, deste modo abrindo aos investigadores perspectivas susceptíveis de levar a novos aprofundamentos e novas pistas de trabalho.

De realçar, também, a preocupação em contextualizar a génese desta primeira licenciatura no processo paralelo de instauração entre nós das Ciências Sociais, sob o impulso pioneiro, ainda no tempo da ditadura, de Adérito Sedas Nunes - nome, aliás, hoje pouco recordado, para não dizer injustamente esquecido. E é na sequência desta pertinente preocupação do autor que somos levados a sublinhar um dos pontos mais interessantes da abordagem feita por Renato Mendes, e que constitui precisamente aquilo a que chama "o horizonte da investigação": trata-se, conforme acima ficou já apontado, da constatação e simultaneamente da interpretação das tensões, incompreensões e incompatibilidades no relacionamento entre as duas partes mais directamente envolvidas na criação da licenciatura - os jornalistas e os académicos.

Como afirma o autor, e isso parece claro, os jornalistas, principalmente muitos dos que, vindos das universidades (com cursos concluídos ou não), se iniciaram na profissão nos anos 60/70, buscavam através da formação técnica complementada pela teórica, uma afirmação identitária e uma valorização profissional. Pretendiam uma credenciação académica específica, que lhes concedesse uma legitimação social e uma dignidade profissional que o salazarismo e o marcelismo nunca lhes concederam, e que, com boas razões, ambicionavam. E deu-se então o choque com os universitários, mais preocupados com a vertente "teórica" do curso do que com a componente "técnica".

A questão que levanto é esta: não

Um valioso contributo para o conhecimento das vicissitudes de um episódio de fundamental importância nos inícios do ensino do jornalismo e para nos ajudar a ter um olhar crítico para o caminho desde então percorrido e para o debate sobre os desafios que temos pela frente, em que as certezas parecem bem menores do que as incertezas.



haveria por parte da comunidade académica, e também por compreensíveis razões, uma idêntica, eu diria homóloga, busca de afirmação e valorização científica e social?

Os desentendimentos surgidos e o negativo (para as pretensões dos jornalistas) desenlace final, não terão em grande parte resultado deste confronto simbólico, ou pelo menos não explicitado, entre, por um lado, um grupo profissional durante décadas subalternizado mas consciente do seu papel essencial em democracia, e, por outro lado, uma comunidade académica igualmente desejosa de defender a identidade do seu campo científico e de afirmar a especificidade das ciências da comunicação - também elas praticamente ignoradas no tempo da ditadura? Não será esta realidade que pode ajudar a compreender melhor, por exemplo, que das 23 disciplinas previstas pelos académicos para o curso só 3 tivessem directamente a ver com jornalismo?

É uma questão que deixo em aberto, julgo que com algum significado para a história destes tempos "heróicos" do ensino do jornalismo em Portugal e para a própria evolução que esse ensino veio a ter nos anos posteriores. Questão que hoje está em grande parte ultrapassada - não obstante, é preciso reconhece-lo, nunca ter deixado de existir uma tensão latente entre os defensores da primazia de uma ou da outra componente curricular.

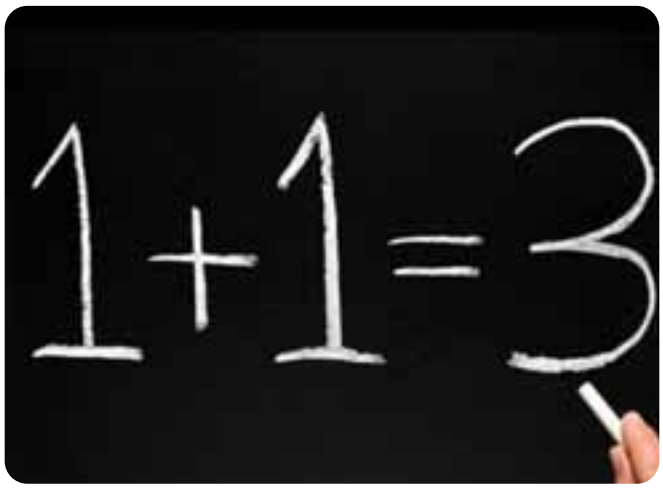
O certo é que se deram posteriormente significativos avanços na aproximação entre o mundo profissional e o mundo académico. Actualmente, cerca de dois terços dos jornalistas com carteira profissional são licenciados, maioritariamente em jornalismo e ciências da comunicação, contra uma pequena minoria há duas décadas e meia. No domínio da investigação e da edição, desde o quase zero de meados dos anos 90 passou-se na última década e meia para uma relativa abundância. Constitui um excelente sinal o aparecimento de uma linha específica de investigação dirigida para o campo jornalístico e suas relações com outros campos sociais. Nas universidades e nos politécnicos é cada vez maior, a nível da docência, a presença de profissionais ou ex-profissionais dos media, com maior ou menor credenciação académica, mas com aquela experiência vivida das rotinas produtivas cujo conhecimento, devidamente enquadrado nume reflexão teórica, se afigura indispensável para a formação dos candidatos à profissão.

A investigação de Renato Mendes tem o grande mérito de nos dar um valioso contributo para o conhecimento próximo e documentado das vicissitudes de um episódio de fundamental importância nos inícios do ensino do jornalismo em Portugal e, simultaneamente, para nos ajudar a ter um olhar crítico para o caminho desde então percorrido e para o debate sobre os desafios que temos pela frente, num domínio (falo tanto do jornalismo como do ensino) em que as certezas parecem bem menores do que as incertezas.

Por Mário Rui Cardoso > marioruicardoso@rtp.pt

www.poynter.org/latest-news/regret-the-error/226601/researchers-have-3-tips-to-help-journalists-debunk-misinformation

Como "fintar" a desinformação



Ter a verdade do nosso lado é importante para combater a desinformação mas não basta. A verdade, só por si, não chega para convencer alguém.

Num artigo publicado no "site" do Instituto Poynter, Craig Silverman cita as pesquisas de Brendan Nyhan e Jason Reifler para colocar em evidência uma realidade que não é muito óbvia para os jornalistas.

Suportados em inquéritos efectuados a uma amostra de mil cidadãos americanos, liberais e conservadores, Nyhan e Reifler reforçaram, num texto escrito para a New America Foundation, a tese que já tinham desenvolvido anteriormente segundo a qual não basta corrigir uma desinformação, conta também a forma como se apresenta essa correcção.

"Para contrariar a desinformação é necessário, antes de mais, perceber a psicologia da crença - por que razão as pessoas acreditam em algo que não é verdadeiro e recusam ou ignoram a correcção que contradiz essa crença".

Os humanos resistem naturalmente a ser corrigidos, tendem para continuar a acreditar naquilo que julgam saber; e se a desinformação vai ao encontro daquilo que é a convicção de alguém, mais difícil se torna corrigi-la.

Nyhan e Reifler apresentam três ideias fundamentais para uma estratégia efectiva de correcção da desinformação: cuidado na escolha das fontes que vão repor a verdade; oferta de uma explicação alternativa válida sobre aquilo que realmente se passou; e utilização de uma linguagem positiva e afirmativa, em vez de se recorrer simplesmente à contradição e negação.

Em relação ao primeiro aspecto, os autores constataram que, por exemplo, os inquiridos de inclinação conservadora automaticamente rejeitavam uma correcção com origem numa fonte assumidamente liberal. O mesmo não acontecia quando as informações verdadeiras eram apesentadas por peritos independentes, sem filiação reconhecida.

A oferta de uma explicação alternativa válida sobre os factos também provou ser efectiva. Bem como o recurso a uma linguagem que opta por afirmar o que está correcto, em vez de insistir na negação dos factos veiculados pela desinformação.

Nyhan e Reifler recomendam também que se apresente a correcção tão cedo quanto possível, para não deixar que a desinformação alastre. E que se evite enchê-la de informações quantitativas - dados, estatísticas, etc. - optando-se antes por apresentar uma outra narrativa, uma história que permaneça mais facilmente na memória das pessoas.

O artigo de Silverman disponibiliza um "link" para bons e maus exemplos de artigos publicados com o objectivo de corrigir manobras de desinformação.

http://thenextweb.com/insider/2013/11/27/the-future-of-radio

A rádio não morre

Que o conceito de rádio mudou é uma evidência. Hoje, ao falar-se de rádio, temos de pensar já não apenas na transmissão hertziana de sinal para um receptor, em casa ou no carro, mas também nos novos meios de propagação como o DAB, a rádio por satélite, os streamings na Net, os podcasts ou as plataformas digitais como o Spotify (www.spotify.com) ou o Pandora (www.pandora.com). É, igualmente, claro que, à semelhança do que aconteceu com a televisão, a multiplicação das formas de consumir rádio transformou por completo os modos de recepção deste meio.

Mas, contrariamente ao que seria talvez de esperar, a rádio tradicional continua a dar mostras de uma forte resiliência. Inquéritos recentes da Nielsen e do Pew Research Center indicam que, entre os americanos, as ondas hertzianas ainda são as preferidas dos ouvintes. A percentagem de ouvintes de rádio FM/AM permaneceu praticamente inalterada, na última década, nos EUA. Um outro estudo, elaborado pela Ofcom, a autoridade reguladora das comunicações, no Reino Unido, concluiu que os britânicos continuam a adquirir mais aparelhos receptores de FM do que equipamentos digitais.

Num artigo publicado na The Next Web, Paul Sawers avança a seguinte hipótese de explicação para este fenómeno: a multiplicação dos modos de distribuição tem um efeito igualmente multiplicador do interesse pelo meio rádio, reflectindo-se numa sustentação das audiências da rádio tradicional. Há que considerar, obviamente, também, o poder da escuta de rádio no carro. Sem esquecer, no entanto, estas considerações não menos pertinentes de John Donham, director executivo do "site" agregador de canais de rádio TuneIn (www.tunein.com): "a rádio é o meio de massas mais antigo e funcionou muito bem durante quase um século; é a forma original de 'meio social', no sentido em que permite o relacionamento com outras pessoas e ideias no interior de uma comunidade e mais além, de forma totalmente gratuita; é isso que torna a rádio única e é essa a razão da sua longevidade. A rádio tradicional está a crescer, tal como a rádio na Internet - o bolo inteiro está a crescer".

http://ifundnews.com/pt

"Crowdfunding" para jornalismo em Portugal

Nasceu, no último trimestre de 2013, uma plataforma "online" de angariação de financiamentos para jornalistas que desejem publicar reportagens, trabalhos de investigação e outros artigos num contexto que não o dos media tradicionais. Para poderem candidatar-se a estes fundos, os jornalistas devem ser portadores de carteira profissional, registar-se na iFundNews e apresentar a ideia ou ideias a concurso, indicando igualmente os montantes necessários para a execução do(s) projecto(s) - que podem ser escritos ou em vídeo.

Depois de atingido o total do financiamento pretendido, e uma vez executado o projecto, ele é apresentado, na própria plataforma, em exclusivo para os leitores que participaram no financiamento. Decorridos três meses sobre a data da publicação, o trabalho fica disponível para todos os utilizadores registados no "site".

Caso um projecto não reúna a soma considerada necessária, os financiadores são ressarcidos das contribuições que efectuaram, mas sob a forma de créditos que revertem para outros projectos jornalísticos divulgados na plataforma.

Todas as ideias submetidas têm um limite de 30 dias para obtenção de financiamentos, sendo que, para maximizar o potencial de angariação de fundos, elas podem ser partilhadas em redes sociais como o Facebook ou o Twitter.

http://onlinejournalismblog.wordpress.com/2013/11/25/newspapers-on-twitter-who-has-the-most-click-throughs-and-why

Jornais de maior sucesso no Twitter e porquê

Patrick Scott analisa, no Online Journalism Blog, as razões pelas quais uma publicação logra alcançar um maior número de "pageviews", através de entradas por via dos cliques em "links" do Twitter. Matéria importante num tempo em que cada vez mais títulos, sobretudo de âmbito local ou regional, abandonam as edições em papel para se concentrarem somente no "online".

Scott sublinha que o acesso às páginas electrónicas das publicações, por essa via, é em geral reduzido - em média, menos de 0,5 por cento dos seguidores de uma publicação no Twitter acedem às respectivas páginas através dessa porta de entrada. No entanto, o modo de abordagem a esta rede social pode fazer uma diferença significativa, em matéria de acessos.

O autor comparou as abordagens ao Twitter de uma dezena de publicações regionais e concluiu que é errada a ideia de que é tanto maior o sucesso de um título nesta rede social quanto maior for o número dos seus seguidores. Com efeito, esse não é um critério despiciendo, mas há outros a ter em conta. Nomeadamente três: não apenas "ser seguido" mas também "seguir" os leitores; conceber textos de ligação para as notícias específicos para o Twitter; e incrementar a troca de "tweets" com os leitores.

Entre a dezena de publicações analisadas, o Northampton Chronicle (www.northamptonchron.co.uk) foi aquele que se revelou capaz de atrair mais gente para as suas páginas electrónicas através do Twitter. Em contraste com o Birmingham Post (www.birminghampost.co.uk), que teve o pior desempenho. Diferenças fundamentais entre os dois: o primeiro segue um em cada sete leitores e o segundo apenas um em cada 662; o primeiro cria textos específicos para o Twitter, enquanto o segundo limita-se a reproduzir as "headlines" dos artigos da edição "online"; finalmente, o primeiro promove o diálogo com os leitores no Twitter, ao passo que o segundo abstém-se completamente de o fazer.

www.nytimes.com/news/minute

New York Times aposta no vídeo

O New York Times iniciou, em Dezembro, um novo serviço de notícias em vídeo, como parte do esforço para competir nas plataformas digitais. O "New York Times Minute" disponibiliza, pelo menos três vezes por dia, pequenas actualizações noticiosas em vídeo, contendo, cada uma delas, os três assuntos mais importantes do momento, incluindo breaking news.

O serviço foi concebido de forma a poder ser visionado em dispositivos móveis e está igualmente destinado à partilha em todas as plataformas.

Há muito que o jornal vem desenvolvendo estratégias para contrariar o declínio de leitores da edição impressa. Com resultados positivos.

Recentemente, a publicação anunciou que, pela primeira vez, conseguiu obter mais receitas com as vendas em banca e com os serviços por subscrição do que por via da publicidade.

Red é
sem stress
Chamadas/sms ilimitados
para todas as redes
+ internet no telemóvel
Ligue grátis 16911
Vodafone
Power to you

Cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2012

"O bom jornalismo é sempre um serviço público", sublinhou o presidente do Clube de Jornalistas na cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2012, realizada, tal como habitualmente, no Salão Nobre da Caixa Geral de Depósitos, com a presença de José de Matos, Presidente da Comissão Executiva daquela instituição, assim como dos premiados (ler lista completa no nº anterior da JJ), membros do Júri e dezenas de convidados.

Mário Zambujal lembrou que o Clube de Jornalistas, que agora completa 30 anos de existência, "procede hoje à 29ª entrega dos Prémios Gazeta, significando isto que – entre outras boas intenções – nasceu para louvar estimular méritos num sector profissional cuja importância não se fecha em si mesmo. Renova-se, anualmente, a delicada tarefa de um júri constituído por individualidades de prestígio e de reconhecida independência, na avaliação, por critérios unicamente jornalísticos dos não poucos trabalhos que se lhes apresentam. Entre outras provas de qualidade, difícil será, por vezes, a escolha de uma só – e há só um prémio em cada categoria. Mas não deixam outros de justificar uma palavra de apreço."

E continuou: "Vivemos uma época confusa, de transformações e medos, em Portugal e no mundo. Nunca antes correu tanta informação – e poucas vezes, como agora, os profissionais da Informação tiveram tantos motivos de queixas e temores. E, no entanto, é nestes períodos agitados que mais importante, indispensável, se torna o jornalismo. Cabe-lhes tornar claro o que alguns procuram obscurecer. Cabe-lhes bater-se por justiça e desmascarar mentiras. Cumpre-lhes resistir a pressões e recusar crédito imediato a recados sussurrados por "fontes" que julgavam de boa fé.

O valor maior de um jornal – ou de um programa de Informação – é a credibilidade. Cumpre aos jornalistas não permitirem ser contagiados por outras áreas que a população olha com cepticismo e desconfiança.

Como é a política. Infelizmente a política. Todos sabemos que os portugueses – cometendo, aliás, o pecado da generalização, que mete tudo no mesmo saco – manifestam pouco respeito e crédito nos políticos. Culpa deles, os políticos, problema para toda a sociedade. Em particular para um jornalismo assaltado por artimanhas, intrigas e discursos tortuosos."

"SEM PAPAS NA LÍNGUA"

Mário Zambujal acrescentou: "Não se zanguem muito comigo, mas tenho de confessar que me custa ouvir, como remate de um chorrilho de disparates envinagrados, uma banalidade elogiosa: "Era Fulano Tal, sem papas na língua…"

Sem papas na língua, manifesto-me contra a publicação acrítica de futilidades e rancores pessoais, em declarações que passam sem comentário esclarecedor de quem as publica. Mas liberdade de expressão não é dar livre curso a embustes e perfídias. Sem pôr ordem nas coisas.

Sem papas na língua, digo que os nossos jornais terão de estar atentos para não perderem o que ainda, felizmente, lhes é reconhecido: a CREDIBILIDADE.

Reconheçamos que a vida actual não ajuda muito. Os valores numéricos andam a sobrepor-se aos valores humanos (com ética) e profissionais (com deontologia). Termos que tendem a tornar-se antiguidades. Esta é a ameaça em que a crise da economia ameaçou sobrepor-se aos interesses e finalidades do jornalismo. Também resulta das políticas. Um país que se furte a atribuir ao jornalismo e aos jornalistas o seu papel fundamental na democracia, só pode revelar inconsciência ou pouco entusiasmo pelo que é, justamente, a democracia. O jornalismo é uma actividade tão indispensável e nobre que não

José de Matos, Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, e Mário Zambujal, Presidente do Clube de Jornalistas, no uso da palavra

pode mais permitir a continuada desqualificação social dos seus profissionais – tantos são os que se balançam na precariedade ou vêem entreabrir-se as portas para o desemprego.

Mas enfim, hoje é um belo dia, destinado a festejar vitórias e talentos – confirmação, mais uma, de um jornalismo vivo. Esta data fica, certamente, na memória dos premiados como um triunfo profissional. Um triunfo que, atrevo-me ainda a dizer, não será apenas uma afirmação de capacidade individual, mas também que havemos de ter, por muitos anos e bons (ou maus) uma classe profissional que honra o Estatuto de Jornalista."

José de Matos, nas breves palavras proferidas, saudou os premiados e também o Clube de Jornalistas por mais esta edição dos Prémios Gazeta, reafirmando o apreço da CGD por uma iniciativa que promove e valoriza o jornalismo de qualidade no nosso país.

"AMÁVEIS RECORDAÇÕES"

Germano Silva, galardoado com o Prémio Gazeta de Mérito, numa intervenção que dedicou "aos meus mestres", disse:

"Quando, há já alguns meses, o Mário Zambujal me telefonou para me informar que eu havia sido distinguido com o Prémio Gazeta de Mérito, eu interroguei-me: de mérito, mas que mérito tenho eu evidenciado no desempenho da profissão para merecer ser premiado?

E logo a seguir dei comigo a olhar para trás. Recuo no tempo, mais de meio século, e recordo o dia em que pela primeira vez entrei na Redação do *Jornal de Notícias*, no velho edifício da Avenida dos Aliados. Foi em Outubro de 1956.Nesse tempo não havia escolas de jornalismo, nem o jornalismo fazia parte dos currículos escolares. A escola, para quem se iniciava na profissão, era a Redação; e o mestre ou, se quiserem, o professor, era o chefe de Redação – uma figura emblemática do jornalismo e que dele desapareceu, praticamente.

Eu tive o privilégio, nos começos da minha carreira, de ter sido orientado por chefes altamente competentes, sabedores, dialogantes e generosamente benevolentes para com os neófitos que estavam sob a sua orientação. Benevolência, que não significava passividade. Muitas vezes fui chamado pelo chefe que acabava de ler uma notícia por mim redigida. Olhava-me, olhos nos olhos, e perguntava: "O que escreveste corresponde exatamente ao que aconteceu? Não tens disso a menor dúvida?"

Bastava eu ter uma pequena hesitação na resposta, do género, "bem… quer dizer…." e o gesto do chefe era peremptório: estendia-me os linguados com a noticia e dizia: "Pega, pega, confirma tudo muito bem e depois volta cá."

Ao evocar este episódio não o faço com o intento de fazer a comparação do jornalismo de há mais de cinquenta anos com aquele que agora por aí se faz. O que eu quero dizer é que é diferente. Quando eu comecei, ainda se escrevia com pena de aparo.

Em cima da secretária que me destinaram na Redação do JN estavam meia dúzia de "linguados", um frasco de cola, uma tesoura, um tinteiro e uma pena. A esferográfica viria logo a seguir. Era tudo muito rudimentar e, em certos casos, anacrónico.

Por exemplo: para falar, pelo telefone, para Avintes, uma freguesia de Gaia, do outro lado do rio Douro, eu discava, no telefone da Redação, o algarismo nove; do outro lado aparecia uma voz feminina que dizia "troncas" (nunca soube o que significava esta palavra) e eu pedia Avintes, Oliveira, Vilar , que era a central que servia as freguesias de Avintes, Oliveira do Douro e Vilar de Andorinho; aguardava uns segundos e escutava outra voz que anunciava : Avintes, Oliveira, Vilar; aí eu pedia, "Avintes número dois" - que era o número do telefone do quartel dos bombeiros locais.

Hoje, em breves segundos, de qualquer sitio onde nos encontremos, desde que haja um telemóvel à mão, estamos a falar diretamente com Tóquio ou com Nova Iorque .

A adopção das novas tecnologias pelos meios de comunicação social revolucionou, de fato, a vida das redações .

Mas também fez alguns estragos. Acabou com os tipógrafos, por exemplo, uma classe de gente generosa e culta que partilhava, fraternalmente, com os jornalistas a feitura do jornal.

Ao falar destas trivialidades (e serão mesmo trivialidades?) acorda-me na memória um mundo da amáveis recordações, desde as saudades, naturalmente nascidas do tempo passado, até à emergência de uma afetividade porventura despercebida na vida de todos os dias mas aqui, nesta cerimónia da entrega dos Prémios Gazeta, corporizada na presença de tantos e tão queridos camaradas que vieram confirmar aquilo de que eu nunca duvidei : mudam-se as técnicas ou os sistemas, mas a afetividade e a camaradagem, essas mantêm-se inalteráveis .

Acabo de receber um prémio que, como o seu próprio nome indica, distingue alguma coisa de bom que, porventura, eu tenha feito ao longo da minha carreira de jornalista de mais de meio século. Modestamente aceitei a distinção. Mas permitam-me que partilhe o galardão com os meus antigos mestres, porque foi deles que recebi todos os ensinamentos e conselhos que haviam de fazer deste aprendiz de repórter, um profissional que se orgulha de ao fim de mais de meio século de jornalismo, nunca ter tido necessidade de fazer um desmentido."

A entrega dos Gazetas aos premiados constituiu, como habitualmente, o ponto culminante da cerimónia. Germano Silva, Gazeta de Mérito, proferindo o seu discurso de agradecimento (em baixo, à esquerda)

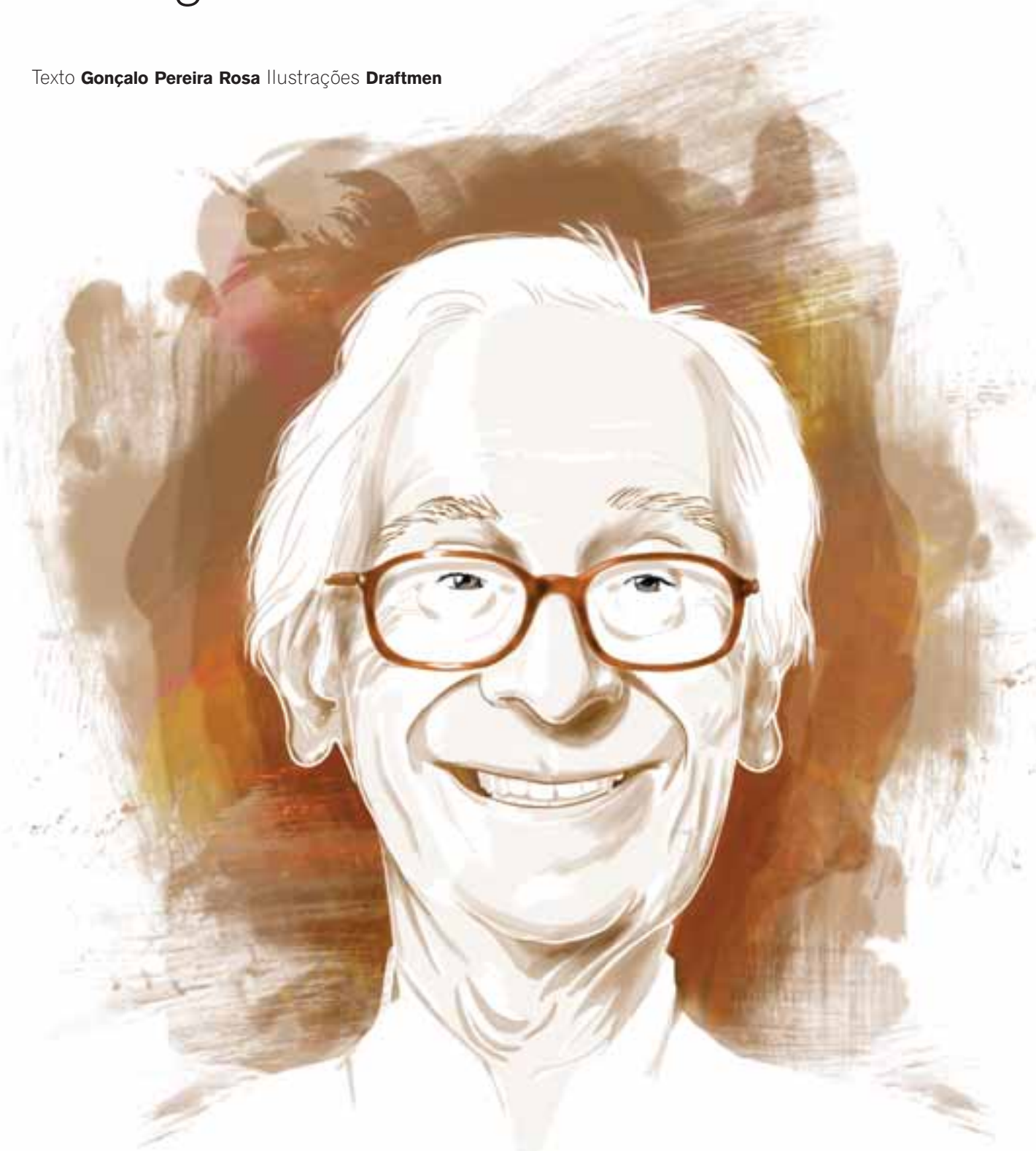
GAZETA 2012

Premiados, jornalistas e convidados tiveram oportunidade para momentos de agradável convívio

Urbano, Nasser e o Cairo em 1956

Recordação de uma série memorável de reportagens de Urbano Tavares Rodrigues na crise do Suez

Texto **Gonçalo Pereira Rosa** Ilustrações **Draftmen**



Calmo, de temperamento pausado, com uma capacidade inigualável de leitura de paisagens e pessoas, Urbano Tavares Rodrigues era, aos 32 anos, um escritor já consolidado. Licenciara-se na Faculdade de Letras de Lisboa e passara seis anos em França, leccionando português em diversas universidades. Tinha convicções ideológicas definidas (sempre as teve, aliás), mas ainda não as passara à prática ou, se preferirmos, o regime ainda não o tinha sob vigilância, apesar de o escritor ter participado na campanha de Norton de Matos em 1949. No seu extenso ficheiro compilado pela PIDE/DGS, é-lhe atribuído um primeiro acto político em 1957, com a assinatura de uma carta colectiva exigindo o fim da censura. Em 1956, o ano a que reporta esta narrativa, Urbano voava ainda fora do alcance do radar do regime.

No final de 1955, o "Diário de Lisboa" (DL) vira nele as características ideais para um novo registo jornalístico que o periódico ensaiava. Urbano foi enviado para a Índia, o Líbano, a Síria e o Iraque, a bordo do navio *Bartolomeu Dias*. O resultado fora encorajador. As crónicas, mais tarde reunidas no volume "Jornadas no Oriente" (1956), correspondiam ao que Norberto Lopes pretendia impor no jornal do qual era praticamente director: um registo de reportagem sofisticada em contextos exóticos, um conjunto de textos maduros, reflectidos, susceptíveis de dar ao leitor do jornal vespertino perspectivas alternativas sobre o mundo em ebulição, no qual emergiam guerras de independência, revoltas e golpes de estado.

A proposta acompanhava a tendência europeia de convocar para as redacções o testemunho de escritores como jornalistas-autores. Como Urbano viria a contar ao "Avante!" em 2002, aquando do 50.º aniversário da sua carreira literária, «houve um tempo na Europa em que os escritores foram a consciência dos povos, no aspecto ético, no aspecto político, até nas suas vidas».

O resultado literário deve ter agradado, pois, no Verão de 1956, Norberto Lopes voltou a convidar Urbano Tavares Rodrigues para novo projecto jornalístico. Joaquim Manso, o fundador do DL, entrara já na fase terminal da sua doença. Seria hospitalizado no último dia de Agosto e morreria dez dias depois, não sem antes designar especificamente Norberto como o seu sucessor. Em cima da mesa, no final do mês de Julho de 1956, estava então uma aposta inédita: o DL mandaria Urbano ao Cairo como enviado-especial à crise do Suez. As agências noticiosas assegurariam a informação de última hora, os discursos e as reacções dos egípcios, do bloco anglo-francês e de todos os outros países interessados no bloqueio do canal. A Urbano, caberia... perceber e explicar Gamal Abdel Nasser.

A CRISE DO SUEZ

Gamal Abdel Nasser foi o segundo presidente egípcio e um dos principais responsáveis pelo fim da monarquia. Em 1952, esteve envolvido no golpe militar que destronou o rei Faruk I e subiu ao poder em 1956, depois de afastar Naguib. No Verão deste ano, recém-eleito, Nasser jogou uma cartada importante, anunciando com estrondo a nacionalização da Companhia do Canal do Suez, em retaliação pela recusa britânica e francesa de financiamento da nova barragem de Assuão. A decisão concentrou no Egipto os olhos do mundo a partir do final de Julho.

Londres e Paris (com Washington e Moscovo observando à distância) tardaram em assimilar o novo xadrez geopolítico do mundo. Já não era possível reagir à impertinência das pequenas nações com o uso indiscriminado de força. Nasser percebeu-o e, durante o mês de Agosto de 1956, enquanto o enviado-especial do DL esteve no Egipto, assumiu orgulhosamente a sua independência. A estratégia lançou a semente dos movimentos pan-árabes modernos e da tomada de consciência de um novo bloco político parcialmente unido em torno das questões do mundo árabe.

A primeira página do DL de 27 de Julho ostentava uma monumental gralha, ali, para toda a gente ler, grafando A BMBA NASSER, para suprema irritação da direcção do jornal, que ordenou segunda impressão. Era um início pouco auspicioso para uma aventura com vários percalços.

Depois da crise de Agosto, a Inglaterra, França e Israel desencadearam um ataque militar na península do Suez, procurando recuperar o controlo sobre o importante istmo de ligação com as águas do Índico, canal privilegiado de acesso de petróleo à Europa. O ataque militar e os bombardeamentos a Port Said motivaram fortes reacções da opinião pública mundial, obrigando à retirada das tropas em Março de 1957. Nasser ganharia a parada, «armando o Egipto, fardando-o, inundando-o de pólvora seca e de palavras bélicas, subindo ao pedestal dos desagravos estentóreos», como narrou Urbano.

A ESFINGE

A vários títulos, este conjunto de reportagens constituiu uma interessante quebra de rotinas. Até à data, a imprensa portuguesa relatava com distância os principais acontecimentos políticos mundiais, baseando-se nos despachos das agências e evitando, com perícia, quaisquer interpretações sobre implicações para Portugal. O mundo girava, mas a sua rotação só justificava a aposta em enviados-especiais quando a narrativa tinha expressão lusófona. Ora, a crise do Suez de 1956 era simultaneamente uma crise internacional e um problema doméstico, como fica bem evidente pela leitura da vasta troca de correspondência entre Salazar e Paulo Cunha, o ministro dos Negócios

O registo foi literário, mas lidou com acontecimentos reais. As personagens apresentadas foram fontes de informação e o seu discurso foi manuseado com rigor, mas não necessariamente com distância objectiva. O jornalista relatou acontecimentos, mas sem grande pudor com a actualidade, com a última hora, com a "cacha".

Estrangeiros [Arquivo Oliveira Salazar]. Portugal temia que Nasser inspirasse Nehru a reivindicar com mais veemência a posse das províncias indianas. Os movimentos africanos de libertação começavam também a mostrar os dentes e o exemplo norte-africano do Egipto podia ser viral. Por fim, era pelo Suez que navegavam as matérias petrolíferas com destino a Portugal. Era, pois natural, que a crise fosse observada com minúcia pelos diplomatas portugueses.

Ao entrar no avião da Panair com destino a Beirute, de onde depois embarcou para o Cairo, Urbano talvez se tenha rido com o início pouco glorioso da sua missão. A primeira página do DL de 27 de Julho ostentava uma monumental gralha, ali, para toda a gente ler, grafando A BMBA NASSER, para suprema irritação da direcção do jornal, que ordenou segunda impressão. Era um início pouco auspicioso para uma aventura com vários percalços.

Em Agosto de 1956, Nasser era pouco conhecido no Ocidente e frequentemente comparado com Hitler pela similitude das respectivas ascensões ao poder, feitas de golpes militares, purgas entre companheiros de armas, expressivas vitórias eleitorais e ânsia de gestos espectaculares. Os sinais oriundos do Cairo eram igualmente preocupantes, pois o regime mandara encarcerar 17 mil opositores políticos. Urbano sabia-o e testemunhou-o com invulgar clareza, traçando da Esfinge (o *petim nom* do líder egípcio) caricaturas pouco abonatórias. Dele, escreveu: «O seu rosto pesado, a grenha curta e encaracolada, o nariz grosso descido sobre os lábios, a maxila forte, não possuem elegância nem beleza. Contudo, quando ele começa a falar, o brilho dos seus olhos, a claridade do sorriso transfiguram-no. O sorriso contínuo, inquietante, por vezes quase diabólico, mas não isento de sedução: um sorriso de herói, tão depressa satânico como jovem, enamorado, ávido, cobiçoso de tudo. Nasser é o tumulto da paixão, uma expressão intensíssima de vida.»

O seu relato do Suez foi um exemplar tratado de honestidade profissional, um registo de um jornalista que, sentindo dúvidas sobre a nobreza dos actos de Nasser, identificou-se com o povo egípcio e com a sua mobilização. «Admirar o valor, onde quer que ele se encontre, não

Diario de Lisbôa

A «bmba» Nasser

sobre a nacionalização do Suez

causou viva emoção nos meios internacionais

Exames, compendios e programas

Nota do dia

VISITA A MADRID

A Maja de Goya

passeia nas ruas de Madrid

O ministro

NA DATA DO CENTENARIO

A reputação de Shaw

como dramaturgo

por T. C. WORSLEY

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

Diario de Lisbôa

A crise do Suez e a sua evolução

Foi convocada para a Casa Branca

julgando-se que sob a presidência de Eisenhower

uma reunião dos dirigentes dos dois partidos

e do chefe do Estado-Maior conjunto

A CAMINHO DO CAIRO

Escala em Beirute

O Chefe do Estado

passou hoje o dia

na estância de repouso de Numacha

O ponto de vista

dos árabes

por EDWARD ATIYAH

A sorte

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

implica uma tomada de posição», escreveu na crónica do dia 14 de Agosto. «Eu, que sempre fui avesso, por sensibilidade profundamente liberal, ao militarismo e aos grandes estrondos nacionalistas, não posso recusar ao povo egípcio a sua bravura neste momento.»

Urbano estava, porém, em terreno perigoso. Como Raul Rego escreveu no "Jornal do Comércio", o teste de produção de laudas de jornal, «no ambiente febril da redacção onde os linguados se enchem e mandam para a tipografia (…) tem queimado muitos escritores» e muitos outros fogem dele por «não conseguirem criar no meio de tanta febre e tanta pressa». Pior foi ainda a reprimenda de Armando Ferreira, crítico literário do mesmo jornal, que afirmou sentir «uma inesperada revolta» com os textos provenientes do Cairo e com «o estilista, o pintor (…) obrigado a tratar do canal do Suez, dos problemas políticos do Egipto e a descer de Delfos e de Corinto para os comícios pró-Nasser. Não é que Urbano não tenha no sangue a arte especial da reportagem e não dê todo o colorido e vivacidade a essas páginas do novo Egipto», escreveu. «Mas, preocupado e atarefado, traiu-se a si próprio, pensando numa possível guerra, tendo a dois passos as maravilhas de Luxor.»

Urbano arquivava todas as críticas literárias em cadernos de linhas, artesanalmente compilados, com pequenas anotações a caneta nas passagens de que gostava ou... não gostava. Esses cadernos e demais acervo foram adquiridos

Entre as dezenas de repórteres na conferência de Nasser, Urbano destacava-se por motivos prosaicos. Era o único de canadianas. Partira o dedo do pé no seu "gosto incurável de tudo ver e sentir", num protesto de rua. Subitamente empurrado, caiu. Pior: "Fracturei um dedo do pé, o que nem sequer tem altura como acidente e me reduz à condição de passageiro de táxi."

pela Biblioteca Nacional ao escritor e constituem hoje uma interessante fonte de pesquisa. É lá que tomamos pulso ao risco de reputação que o escritor tomou ao aceitar fazer jornalismo no Egipto. Augusto Abelaira, por exemplo, foi impiedoso no "Diário Popular", definindo as reportagens como «notas, imagens impressionistas, pouco mais (…) Quanto tempo permanece Urbano Tavares Rodrigues em cada uma das terras por onde passa?»

Arriscadas ou não, cada uma das nove crónicas enviadas do Cairo, a que «a censura fascista se encarregou de dar os respectivos tratos de polé», como referiu o jornalista José Casanova, nas comemorações das cinco décadas da carreira literária de Urbano, balança assim entre a incompreensão face ao homem que se julga faraó, «senhor supremo do Egipto, quase divinizado pela propaganda

(…), apoiado nas baionetas do seu exército» e as consequências que os seus actos produzem no quotidiano de *barmen*, pintores, estudantes e vendedores ambulantes que Urbano vai encontrando e apresentando aos leitores do "Diário de Lisboa", como personagens de uma ópera em curso (ideia legítima porque, afinal, "Aida", de Verdi, foi apresentada pela primeira vez na Ópera do Cairo em 1871, embora não se destinasse a comemorar a construção do canal, como comummente se escreve).

As personagens de Urbano são como andaimes. Permitem subir ao topo da complexa sociedade egípcia, deixando no solo as ilusórias primeiras impressões. Desfilam assim pelas páginas do DL o libanês maronita «baixo, entroncado, a barba por fazer, os lábios grossos, as mãos calosas»; o casal que se beija num arabesco sensual num *rooftop* de um hotel, alheio ao caos da rua, ao som de "Bongiorno tristezza" tocado pela orquestra; as enfermeiras do hospital que o atendem; os turistas sírios que se

identificam com um colectivo árabe transnacional, mas que se afastam, repugnados, quando ouvem Urbano falar em francês. E, no topo do andaime mais alto, Nasser.

O CALOR, O PÉ PARTIDO E A ESFINGE INACESSÍVEL

Urbano levava de Lisboa o plano inconfessado de entrevistar Gamal Abdel Nasser. Queria estar face a face com o homem que mudara as regras do jogo diplomático para lhe ler a alma. Sabia que a meta era partilhada com os mais de trezentos jornalistas que se acotovelavam na sala circular do Conselho da Nação e não desconhecia também que, mesmo entrevistando o líder egípcio, nada garantia a autorização dos censores em Lisboa. Quase sozinho neste esforço (ajudado apenas por Hélder de Mendonça e Cunha, um amigo de Paris, agora encarregado de negócios português no Cairo), Urbano estava ainda diminuído pelas circunstâncias.

Primeiro, o calor, o terrível calor. «Tenho a impressão aflitiva de pisar uma fogueira mal extinta», escreveu. «A noite espessa ardia suavemente em calor, como se do chão brotassem labaredas invisíveis, rastejando, enovelando-se junto ao solo.» O termómetro jogava braço-de-ferro com a marca dos quarenta graus e o suor abundava. O Cairo, onde Agatha Christie (e Urbano) escreveram ser necessário tomar quatro banhos dias por dia para iludir o corpo, entorpecia a vontade.

Entre as dezenas de repórteres na conferência de Nasser, Urbano destacava-se por motivos prosaicos. Era o único de canadianas. Partira o dedo do pé no seu «gosto incurável de tudo ver e sentir», num protesto de rua. Subitamente empurrado, caiu. Pior: «Fracturei um dedo do pé, o que nem sequer tem altura como acidente e me reduz à condição de passageiro de táxi.»

Mesmo com «o dedo cada vez mais roxo e doloroso», Urbano documentou a conferência de imprensa como único representante português no acontecimento. Relatou-o com cores duras, as únicas adequadas ao momento, e do seu relato transparece um quadro vívido do que era a encenação de Nasser em 1956. «A sua entrada parece ter sido preparada: a alta porta da esquerda iluminada, um silêncio de expectativa e depois a estrondosa salva de palmas desencadeada possivelmente pelos egípcios disseminados no anfiteatro, mas a que respondeu a maioria dos jornalistas», excepto o autor, «profissionalmente ocupado a tomar as suas notas».

Não tendo autorização para entrevistar Nasser, Urbano pintou-o. Descreveu-o em toda a sua complexidade. «Não se trata de um fantoche, nem de um ditador de opereta: ele é da natureza dos homens capazes de jogarem tudo numa carta, o que significa, mau grado as consequências dessa forma de valor, 'qualidade humana'. É o antípoda do intelectual ou do artista do tipo socrático ou hamletiano, que possuem outra espécie de 'qualidade': ele é o homem da acção frenética.»

Dos relatos de Urbano, emergiu assim, não um mundo a preto e branco, simples na sua ingenuidade, mas um mundo complexo, multicolor, onde o líder egípcio não brincava com o fogo, mas com o direito de circular sobre a água (DL, 31 de Julho).

NOTAS FINAIS

As nove crónicas de Urbano Tavares Rodrigues, mais os dois trechos de 8 e 10 de Agosto não incluídos na sua recolha "Agosto no Cairo", foram, ou não, jornalismo? Manuel António Pina, jornalista de que talvez aqui se falará noutra ocasião, costumava dizer que chamava crónicas aos textos que produzia por não ter outro nome para os definir. A definição assenta na perfeição ao trabalho de Urbano Tavares Rodrigues no Egipto em 1956. O registo foi literário, mas lidou com acontecimentos reais. As personagens apresentadas foram fontes de informação e o seu discurso foi manuseado com rigor, mas não necessariamente com distância objectiva. O jornalista relatou acontecimentos, mas sem grande pudor com a actualidade, com a última hora, com a "cacha". Alguns dos seus textos, aliás, chegaram tarde a Lisboa por incompetência postal, mas o jornal optou por publicá-los mesmo assim, entendendo correctamente que não estava em causa a actualidade. Como ninguém antes dele, Urbano escreveu reportagem de viagem em contexto político. Chamemos-lhe jornalismo porque não há outro nome para o definir.

Urbano arquivava todas as críticas literárias em cadernos de linhas, artesanalmente compilados, com pequenas anotações a caneta nas passagens de que gostava ou... não gostava. Esses cadernos e demais acervo foram adquiridos pela Biblioteca Nacional ao escritor e constituem hoje uma interessante fonte de pesquisa.

Numa recensão a "Jornadas do Oriente", Armando Ferreira lembrou que, nos livros escritos por homens dos jornais, existe sempre um conflito entre o repórter e o escritor – há sempre um que sobressai. «Com Urbano Tavares Rodrigues, há predominância do escritor sobre o jornalista e a obra é o livro de um escritor, de um estilista, a estoirar dentro das roupagens de jornalista ilustre.» O próprio Urbano confidenciou a Fernando Correia e Carla Baptista em 2007 que «queria ser escritor e achei que o caminho podia ser o jornalismo».

Terá sido? Um velho e estimado chefe de redacção com quem lidei sentia dificuldade em explicar o que pretendia quando nos pedia reportagens. Sabia o que queria, mas faltava-lhe a definição. À falta de melhor solução, dizia com regularidade: «Leiam 'Agosto no Cairo'. É aquilo que eu quero.»

Urbano Tavares Rodrigues faleceu em Lisboa no dia 9 de Agosto de 2013.

Rodrigues Sampaio no lápis de Bordalo Pinheiro...

Por **Álvaro Costa de Matos***

"*A imprensa vive da justiça, vive da verdade, vive dos princípios, vive da sua própria energia. É forte com a razão; fraca com o despeito. Se quer ser injusta, morre querendo matar os outros.*"
> Rodrigues Sampaio, In *A Revolução de Setembro*, 24 de Maio de 1845

Pretendemos com este artigo analisar a forma como Rodrigues Sampaio foi tratado do ponto de vista jornalístico e artístico na obra gráfica de Rafael Bordalo Pinheiro, problematizando-a. Dito por outras palavras, que Sampaio nos oferece Bordalo? Que Sampaio nos é dado pelo lápis do mestre da caricatura portuguesa de Oitocentos? Que impacto e/ou influência teve o olhar bordaliano na construção da memória do jornalista da mítica *Revolução de Setembro*? Que memória é esta? Como é que a historiografia lidou com esta memória?

A resposta a esta e a outras perguntas vai ajudar-nos a perceber um pouco melhor quem foi Rodrigues Sampaio, sem dúvida alguma uma figura maior do liberalismo português do século XIX.

Começamos com uma breve biografia crítica de Rodrigues Sampaio, nos seus aspectos essenciais, que nos situa o homem no tempo e no espaço; ocupamo-nos de seguida do Sampaio de Bordalo, ou melhor, do olhar bordaliano, revisitando muitos dos desenhos humorísticos e das caricaturas que, para o bem ou para o mal, celebrizaram Rodrigues Sampaio; terminamos com algumas reflexões sobre o retrato que Bordalo nos dá de Sampaio e da forma como este retrato marcou não só muitas das leituras contemporâneas do jornalista d'*O Espectro*, como também da própria historiografia especializada.

1. RODRIGUES SAMPAIO, BREVE BIOGRAFIA CRÍTICA

"*O Revolução de Setembro... ia ser o invencível baluarte das conquistas da democracia, feitas num longo martirológio, que ainda não acabara. Era aí que ia aureolar-se dos esplendores, que a imprensa está fazendo luzir sobre a sua campa veneranda, o cidadão ilustre que, ao empunhar definitivamente, cheio de valor e talento, esse estandarte do progresso e de liberdade, que até ali defendia com sua colaboração, fazia a sua profissão de fé jornalística em duas frases que definem um carácter: "Queremos antes a guerra da liberdade que a paz do despotismo.*"
> Eduardo Coelho, In *O Ocidente*, 11 de Outubro de 1882

São muitas as biografias de Rodrigues Sampaio, desde logo as dos seus contemporâneos, como Eduardo Coelho, Oliveira Martins, Brito Aranha, Teixeira de Vasconcelos, Manuel Ferreira Ribeiro, Alberto Pimentel, Cândido de Figueiredo[1], entre outras, quase todas elogiosas da sua vida como jornalista e político. Depois, temos algumas

1) Ver, por ordem dos autores citados, os seguintes trabalhos: *O Ocidente*, de 11 de Outubro de 1882; *Portugal Contemporâneo*. Vols. I e II. 3.ª Edição. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira Editor, 1895; *Factos e Homens do Meu Tempo*. T. 1. Lisboa, 1907; *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Paris, 1859; *Homenagem a António Rodrigues Sampaio*. Lisboa, 1884; *Vinte Anos de Vida Literária.* Lisboa, 1889; *Figuras Literárias Nacionais e Estrangeiras*. Lisboa, 1906.

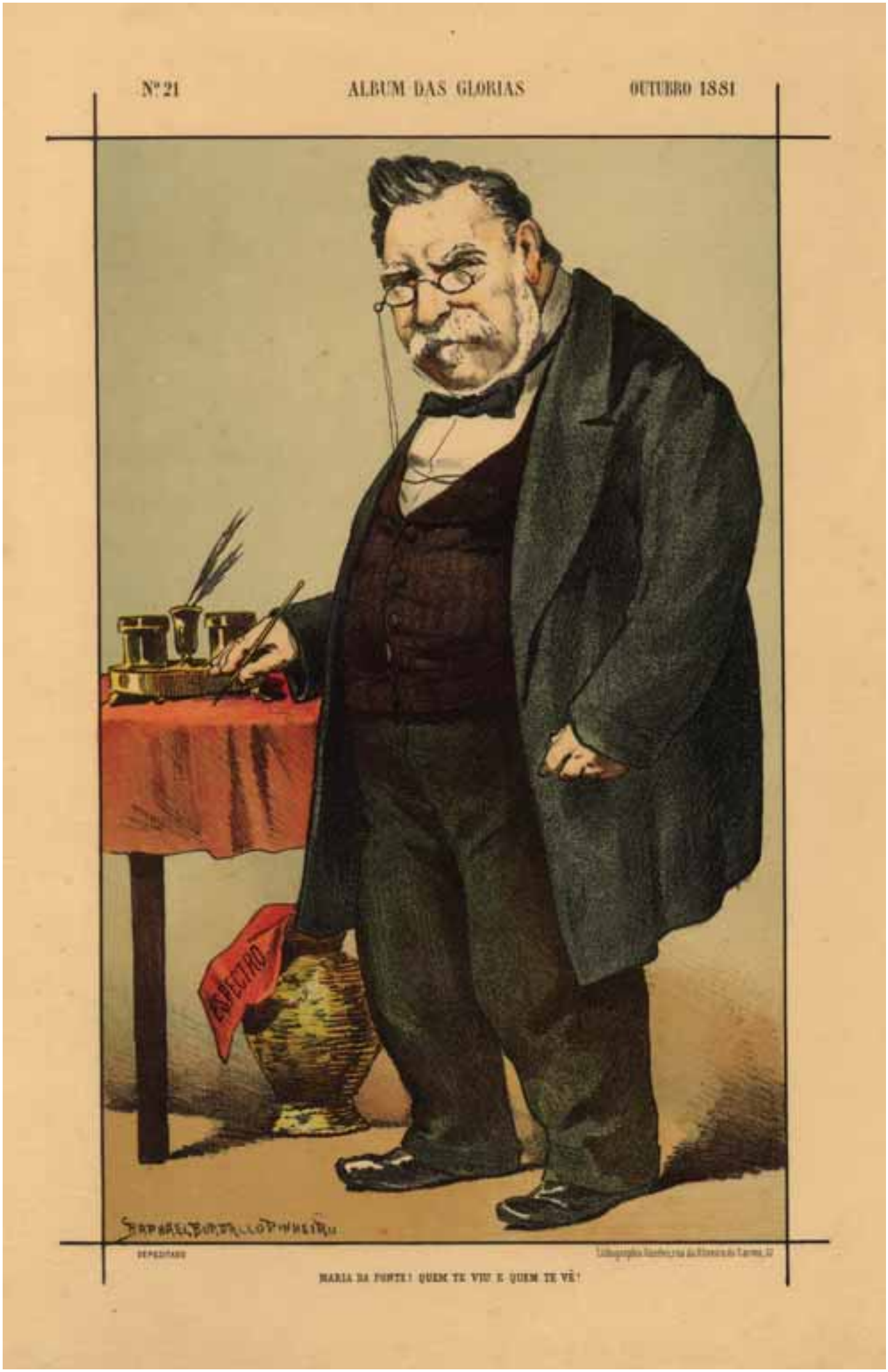

Nº 21
ALBUM DAS GLORIAS
OUTUBRO 1881
ESPECTRO
MARIA DA FONTE! QUEM TE VIU E QUEM TE VÊ!

Figura 1

memórias de gente que também conheceu Rodrigues Sampaio, e que são da maior utilidade para uma biografia crítica do jornalista. Finalmente dispomos de alguns contributos recentes, uns mais especializados que outros, de que destacamos os estudos de José Manuel Tengarrinha e Jorge Pedro Sousa, talvez os historiadores que mais escreveram sobre Rodrigues Sampaio[2].

Mas, na recolha destes testemunhos, fundamentais para conhecer a vida e obra de Rodrigues Sampaio, não podemos ignorar as imagens que dele nos deixou Bordalo Pinheiro - imagens que são da maior importância, como iremos ver. Tendo em conta o impacto que a obra gráfica de Bordalo tinha na opinião pública portuguesa de então, a dissecação da iconografia bordaliana é da maior utilidade para conhecer o juízo que muitos contemporâneos, sem dúvida os mais letrados, faziam de Rodrigues Sampaio e, desta forma, fixar uma memória, que o historiador tem que descrever e problematizar.

Voltemos à biografia. Quem foi Rodrigues Sampaio, de nome completo António Rodrigues Sampaio? Sabemos que nasceu na freguesia de S. Bartolomeu do Mar, concelho de Esposende, a 25 de Julho de 1806[3]. Os primeiros estudos foram feitos entre clérigos, distinguindo-se sobretudo no latim. Em 1821 toma as ordens menores, no seguimento duma carreira eclesiástica que lhe estava destinada, talvez por influência dos pais. Quatro anos depois, na cidade de Braga, conclui o então denominado Curso de Humanidades, que completou com aulas de Teologia.

Sabemos também que, por não ter ainda idade para tomar ordens de subdiácono, regressou à casa paterna. Nesta altura, ocupa os seus tempos livres ensinando as primeiras letras aos filhos dos lavradores vizinhos - altruísmo que não escapou aos seus primeiros biógrafos e onde alguns já vislumbravam influências das teses iluministas relativas à educação. Pouco depois, já como minorista, ainda sobe por cinco vezes ao púlpito, mas nunca lhe deram as ordens sacras - mistério que continua por esclarecer!

Entretanto, em 1828 dá-se a reacção contra a Carta Constitucional, outorgada em 1826. Com a reacção regressa D. Miguel e, com este, as perseguições políticas aos liberais. Sampaio, então com 22 anos, é uma das vítimas: no dia 1 de Novembro de 1828 é preso em S. Bartolomeu do Mar, a meio de uma missa, que ajudava. Transferido para o Aljube de Braga, seguiu-se nova transferência, desta vez para o Aljube do Porto, e aí esteve preso até 21 de Abril de 1831. Na base da prisão estava a suspeita de ideais liberais. Mas foi aqui, segundo os seus biógrafos, que Rodrigues Sampaio tomou a decisão de mudar de vida. Foi na prisão que Sampaio formou as suas ideias políticas; foi nela que revelou a sua vocação de jornalista, fruto do contacto com outros companheiros, muitos deles ilustres liberais, intelectuais, que com ele expiavam o "crime" de serem constitucionais - destes, dois tiveram grande influência em Rodrigues Sampaio, a saber: o Pe. Inácio José de Macedo, redactor do *Velho Liberal do Douro*, folha que se publicou no Porto, entre 1826 e 1828, e que serviu de baptismo a Sampaio no jornalismo; e o Dr. Manuel José Ferreira Tinoco, advogado de Barcelos, que fez amizade com Sampaio e que depois da prisão o empregou no seu escritório. Aqui, Sampaio instruiu-se em matérias, nomeadamente na área do Direito, que, mais tarde, revelar-se-iam de grande utilidade, como iremos ver.

Portugal é então apanhado na guerra civil entre liberais e absolutistas. Sampaio alista-se no exército de D. Pedro e combate, denodadamente nas palavras dos seus biógrafos, até ao fim da campanha. Após a vitória dos liberais, colabora n'*A Vedeta da Liberdade*, que era então, segundo José Tengarrinha, «o principal órgão, no norte do país, da ala esquerda liberal»[4]. Com a vitória desta na Revolução de Setembro, Sampaio não é esquecido e é nomeado secretário da administração-geral do distrito de Bragança e, depois, administrador-geral do distrito de Castelo Branco - actividades que lhe deram uma experiência muito grande no domínio da administração pública e que mais tarde lhe seria muito proveitosa. A 27 de Setembro casa com D. Maria Barbosa Soares de Brito, que viria a falecer em Lisboa, em 1841.

Como administrador-geral de Castelo Branco, Sampaio seria vítima de uma desforra partidária que iria ter implicações decisivas na sua vida, pois com a aniquilação do fun-

2) Ver, de José Manuel Tengarrinha, "António Rodrigues Sampaio, desconhecido", In *Diário de Lisboa*, de 15, 22 e 29 de Novembro de 1962; "SAMPAIO, António RODRIGUES", In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 432-434; "A Imprensa Romântica ou de Opinião", In *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª Edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, pp. 123-212; "O Jornalismo Romântico" e "A Imprensa Clandestina durante a Guerra Civil de 1846-1847", In *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006, pp. 135-140, e 141-156; quanto a Jorge Pedro Sousa, salientamos os estudos *António Rodrigues Sampaio: Jornalista (e) Político no Portugal Oitocentista*. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior, 2011, e "António Rodrigues Sampaio: o jornalista e o pensador do jornalismo", In Rêgo, Ana Regina (Org.). *Imprensa: Perfis e Contextos*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012, pp. 133-190. **3)** Em 2006, a CML, através da Hemeroteca Municipal, da Biblioteca Museu República e Resistência - espaço cidade universitária, do Gabinete de Estudos Olisiponenses e da Casa Fernando Pessoa, assinalou o bicentenário do nascimento de Rodrigues Sampaio com um vasto programa de actividades culturais, com a realização de vários colóquios, mostras bibliográficas e documentais, e a digitalização e a colocação em linha, na Hemeroteca Digital (hemerotecadigital.cm-lisboa.pt), do jornal *Espectro*, dirigido por Rodrigues Sampaio. **4)** "SAMPAIO, António RODRIGUES", In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p. 432.

cionário, caucionada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro do Reino, nasceria definitivamente o jornalista enérgico e destemido, que tanto se notabilizaria nas lides políticas. Sampaio muda-se para Lisboa e José Estevão convida-o a colaborar n'*A Revolução de Setembro*, para tratar do noticiário e das notícias estrangeiras[5]. Como razão do convite estava o conhecimento que dele tinha José Estevão no tempo em que Sampaio colaborara n'*A Vedeta da Liberdade*, e não tanto a projecção ou fama que este alcançara, como muitas vezes é apontada, pois esta só viria com A Revolução de Setembro e com *O Espectro*. A partir de 1842 Sampaio assume a direcção do jornal, imprimindo-lhe uma dinâmica e audiência até aí inexistente. Com Sampaio, *A Revolução de Setembro* ganha uma influência crescente, transformando-se no órgão de maior projecção do nosso liberalismo e num dos mais importantes jornais da história da imprensa portuguesa.

A par da sua actividade como jornalista, intensa depois de 1842, há a considerar a actividade de Rodrigues Sampaio na luta partidária, não menos importante, nomeadamente contra o Cabralismo. Em Maio de 1846, após a revolta da Maria da Fonte, no Minho, Sampaio é novamente preso, desta vez no Limoeiro, em Lisboa. Poucos dias depois, com a queda do governo cabralista, foi posto em liberdade. Mas, com a "emboscada do 6 de Outubro", golpe de Estado que reconduziria no poder a facção conservadora, Sampaio viu-se obrigado a entrar na mais rigorosa clandestinidade e, consequentemente, no período mais aventuroso e apaixonante da sua actividade como jornalista: durante cerca de 8 meses consegue escapar à vigilância das autoridades, lançando violentos panfletos, como *O Estado da Questão* (23 de Outubro de 1846), e os jornais *O Eco de Santarém* e *O Espectro*, publicações que, para José Manuel Tengarrinha, «constituíram então a mais firme defesa pública dos princípios democráticos e a mais enérgica acusação às forças conservadoras»[6].

Mas destas, *O Espectro* foi sem dúvida alguma a mais importante, contribuindo para que o seu redactor, Sampaio, se transformasse numa autêntica lenda do jornalismo nacional, com a sua fama a chegar ao estrangeiro. Sobretudo pela forma como Sampaio ultrapassou as barreiras da censura e as perseguições, cumprindo com zelo a periodicidade do novo jornal gratuito, sem que a polícia cabralista detectasse a oficina tipográfica onde era feito, ou mesmo o seu paradeiro. Como escreveu Júlio César Machado, em 1878, "esse pequenino jornal fez tremer os mais ousados atletas do partido do conde de Tomar: o *Espectro* era lido com um interesse frenético, com um entusiasmo incalculável. O governo civil dessa época oferecia 100 libras a quem descobrisse a casa onde ele se imprimisse, ou aquela onde estava escondido o redactor". A folha, publicada clandestinamente durante 7 meses, de 16 de Janeiro de 1846 a 3 de Julho de 1847 (num total de 63 números), muito bem escrita, ainda que numa linguagem virulenta, era o jornal mais revolucionário que circulava por Portugal, avidamente lido até pelos próprios visados, como a Rainha, o Paço ou os ministros. Estava em toda a parte, como revelou Oliveira Martins, em 1895: «Errantes vogavam pelo reino as sombras das velhas classes exterminadas, roubadas. E ao mesmo tempo que o espectro miguelista falava pela boca dos frades guerrilheiros, falava pela boca do jornalista Sampaio o Espectro, jacobino, setembrista, patuleia. Da direita e da esquerda ouviam-se as mesmas imprecações de cólera, iguais ameaças. O jornal, ocultamente impresso a bordo de um navio no Tejo, aparecia em toda a parte, como espectro que era, condenando em pessoa a rainha, a Carta, a monarquia, todo o liberalismo.»[7]

Com a Convenção do Gramido, em 3 de Junho de 1847, e o fim da guerra civil, Rodrigues Sampaio regressa à sua *A Revolução de Setembro*, até 1851, não deixando, no entanto, de fazer uma oposição sistemática ao governo, e em particular a Costa Cabral. Com a instauração da Regeneração, em 1851, as coisas mudam substancialmente para Sampaio, que, como quase toda a gente, adere ao movimento. Acabará por ocupar algumas das posições de maior relevo do regime, a saber:

i) foi eleito deputado várias vezes pelo Partido Regenerador: logo em 1851 e até 1857 pelo círculo de Lisboa; em 1858 é eleito em representação de Goa; em 1860, por Aldeia Galega; em 1865, por Arganil, em 1867, novamente por Lisboa, e em 1870, 1871 e 1875, por Torres Novas;
ii) foi elevado ao pariato em 1878 e tomou assento na câmara alta em 1879, Janeiro;
iii) foi vice-presidente da câmara electiva em 1866, 1868 e 1870;
iv) foi conselheiro do Tribunal de Contas em 1859;
v) foi eleito para a Câmara Municipal de Lisboa em 1865, na vereação que foi dissolvida em 1868 por ocasião do movimento da Janeirinha;
vi) foi ministro do Reino em 1870, numa curtíssima experiência de 8 dias por discordar das opções políticas de Saldanha, então presidente do conselho; voltou a ocupar esta pasta entre 13 de Setembro de 1871 e 1 de Maio de 1877, no mais longo governo da Monarquia

5) Sobre a colaboração de Sampaio n'*A Revolução de Setembro*, ver a incontornável obra colectiva coordenada por Jorge Pedro Sousa, *António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista*, particularmente o capítulo 3, "O Sampaio da Revolução", e, neste, o subcapítulo dedicado precisamente à "Acção jornalística de Sampaio no *Revolução de Setembro* (1840-1846)", pp. 79-100 (disponível em linha: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110315-jorge_p_sousa_antonio_rodrigues_sampaio.pdf) **6)** *Op. Cit.*, p. 433. **7)** *Portugal Contemporâneo*. Vols. I e II. 3.ª edição. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira Editor, 1895.

Constitucional, presidido por Fontes Pereira de Melo; e entre 29 de Janeiro e 1 de Junho de 1878;
vii) foi presidente do Conselho de Ministros entre 25 de Março e 11 de Novembro de 1881, função que acumulou com a pasta do Reino, que muito bem conhecia.

Dizem os seus biógrafos que, como ministro, nunca teve o prestígio nem, sobretudo, a energia do jornalista, mas manifestou sempre as mais liberais tendências e um grande zelo pelo desenvolvimento da instrução e pela manutenção das boas regras administrativas. Com efeito, como político Sampaio deixou um legado que, se comparado com a sua obra jornalística, não teve tanto prestígio ou projecção internacional, nem por isso foi menos importante. Na prática, talvez tenha até sido mais relevante pelo seu pendor reformista, como iremos ver. Sampaio foi responsável por um código administrativo, o de 1878, que foi dos mais descentralizadores e eficazes que a Monarquia Constitucional implementou no país, sendo geralmente reconhecido como um dos marcos mais importantes da história da codificação administrativa em Portugal.

Considerada por muitos, como dissemos, como a mais descentralizada e democrática das leis administrativas da nossa monarquia liberal, foi mesmo adoptada pela I República, logo após a revolução de 5 de Outubro de 1910 - o que não deixa de ser revelador! E manteve-se, como sabemos, ainda que objecto de mutilações e acrescentos, até 1935/1936, isto é, até ao Código Administrativo do Estado Novo. Na lei administrativa de Rodrigues Sampaio estava o pressuposto de que aos povos e não ao Estado, à administração central, cabia a responsabilidade pela gestão dos seus próprios assuntos, fazendo do município uma escola política, uma escola de *self-government* (Teófilo Braga), onde os cidadãos fossem progressivamente robustecendo a sua consciência cívica.

Sampaio foi também responsável por uma célebre lei do ensino primário, de 1881, a qual, com as de Rodrigo da Fonseca Magalhães e de D. António da Costa, constituíram as grandes reformas da instrução popular do constitucionalismo. Como vimos, Rodrigues Sampaio sempre dedicou grande atenção à instrução popular: escreveu ele n'*A Vedeta da Liberdade*, de 2 de Janeiro de 1836: "a instrução é o mais sólido fundamento da liberdade". Com esta lei, Sampaio teve a oportunidade de passar da teoria à prática, conseguindo, pela primeira vez, descentralizar completamente os serviços de instrução primária.

Finalmente, Sampaio foi ainda um acérrimo defensor da instrução pelo associativismo, de que o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, de que foi sócio e presidente, constitui um bom exemplo. Acreditava que o nível de instrução dos trabalhadores e de melhoramento das suas condições de vida podia ser elevado através duma constante acção mutualista, sustentada, naturalmente, no livre associativismo das massas laboriosas.

Em suma: **descentralização administrativa e municipalismo; instrução popular pela escola; e educação popular pelo associativismo - eis os 3 aspectos fundamentais da obra reformadora de Rodrigues Sampaio**, cuja influência foi além de 1910, como vem.

Mas que pensamento político engendrou esta obra reformadora, perguntamos nós? Julgo que não erramos se dissermos que o seu pensamento se filia na linha democrática do liberalismo que irrompeu no Setembrismo e que culminou na Patuleia. Discordava completamente da intervenção da rainha (D. Maria II) nas lutas partidárias, no que era acompanhado por figuras que estavam do lado contrário do seu espectro partidário, como, por exemplo, a própria rainha Vitória, de Inglaterra. Discordância que o levou, nos anos 40, a opor-se ao trono e à própria Monarquia, aflorando aquilo que José Manuel Tengarrinha classifica como «um republicanismo incipiente e circunstancial»[8], embora já detectado por Oliveira Martins. Escreveu este, a propósito de Sampaio, em 1895: "Varrida a ilusão revolucionária, ficou-lhe a *vis* sarcasticamente plebeia com que atacava os adversários à direita e à esquerda, sem consciência nem fé, só por política nas questiúnculas pessoais dos partidos. **Foi o José Agostinho do liberalismo** [sublinhado nosso], com menos talento do que o frade. Via-se-lhe no estilo a tonsura e a férula do antigo mestre de latim. Uma das muitas arbitrariedades da tirania miguelista lançou-o para o lado dos liberais, abrindo um parêntesis de 23 anos (1828-1851) no desenvolvimento lógico da sua personalidade. (...) Dizem que acabou dizendo: «Salvemos a monarquia"... Quero provas. Acabou como devia, pensando na imprensa que o fizera gente»[9]. Parece-nos, no entanto, que o seu ideal é o de uma monarquia republicana, expressão que então nada tinha de paradoxal e que designava, como dissera Passos Manuel, "o trono cercado de instituições republicanas". Entre as suas influências teóricas mais importantes registemos Benjamin Constant, Guizot, o socialismo utópico, e o humanitarismo de raiz cristã[10].

2.

RODRIGUES SAMPAIO NO LÁPIS DE BORDALO PINHEIRO

"*Sampadius, santo pai do primeiro Espectro e de todos os espectros que se seguiram ao primeiro para terror do trono e para*

8) *Idem*, p. 433. **9)** Cit. em *Rodrigues Sampaio. O Jornalista e o Político através da Imprensa*. Catálogo da exposição documental na galeria do *Diário de Notícias*. Lisboa: Edição Diário de Notícias, 2006, p. 13. **10)** Para aprofundar este assunto, ver CARRASCO, Carlos, CUNHA, Cecília, e PINTASILGO, Joaquim - "O pensamento político de Rodrigues Sampaio", In *História*. Lisboa, N.º 58 (Agosto 1983), pp. 50-66.

recreio da demagogia, resolveu agora dar cabo da prole, devorando os filhos, como Saturno. Já tem quatro ou cinco na barriga e está aguçando o dente para os demais. Pai! Padius! Quando chegar a vez de nos chamardes ao vosso ventre, não vos esqueça o louro com que temos o direito de exigir que se nos coroe e escabeche!"

>Legenda de caricatura de Sampaio, "O Pai Saturno", de Bordalo Pinheiro, In *O António Maria*, de 18 de Agosto de 1881.

Na obra gráfica de Bordalo Pinheiro, Rodrigues Sampaio surge-nos logo nos primeiros trabalhos do caricaturista:

i) N'*O Dente da Baronesa*, folha volante publicada em Fevereiro de 1870 destinada a publicitar a comédia de estreia de Teixeira de Vasconcelos;
ii) Três anos depois, em 1873, Sampaio aparece também na obra *M. J. ou a História Tétrica Duma Empresa Lírica*, publicada em dois folhetos com a intenção de criticar a empresa formada por Manuel José Ferreira e pelo *dandy* portuense António de Castro Pereira para a exploração do S. Carlos;
iii) Em 1875, Sampaio volta, desta vez nas páginas d'*A Lanterna Mágica, revista ilustrada dos acontecimentos da semana*, de Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo, onde Bordalo começa como ilustrador mas rapidamente se assume como a alma da publicação, editada em Lisboa;
iv) No jornal *O Mosquito*, quando Bordalo está no Brasil, sinal de que nem aqui o caricaturista se esquece de Rodrigues Sampaio, a que não é alheia a importância que nesta altura, anos setenta, Sampaio adquire na política portuguesa, como figura de proa do Partido Regenerador, logo abaixo de Fontes Pereira de Melo;
v) No *Lazareto de Lisboa*, livrinho que Bordalo publica em 1881 inspirado na sua passagem pelo Lazareto de Lisboa, onde esteve de quarentena, aquando do regresso a Portugal;
vi) No *Álbum das Glórias*, saído em Lisboa, pela Litografia Guedes, em 1881, caricaturado na estampa n.º 21, intitulada "Maria da Fonte! Quem te viu e quem te vê!" - sem dúvida uma das mais célebres caricaturas de Rodrigues Sampaio, eleita por Bordalo para figurar no seu *Álbum de Glórias* portuguesas, completada com texto de João Rialto, pseudónimo de Guilherme de Azevedo. Tanto o texto como a estampa aludem ao passado revolucionário e panfletário de Sampaio, com o terrível Espectro, por oposição ao seu presente político (1880), como homem da ordem, moderado, deputado do Partido Regenerador e ministro do Fontismo (figura 1);
vii) Finalmente, n'*O António Maria*, o mais importante projecto editorial de Bordalo, de que nos vamos ocupar como objecto de estudo deste artigo. Referimo-nos aqui à primeira série, publicada em Lisboa entre 1879 e 1885[11], ainda que a nossa análise fique pelos anos de 1879 a 1882, quando Sampaio morre. Bordalo dedica-lhe dezenas e dezenas de *cartoons* e caricaturas inesquecíveis, como iremos ver, com a lembrança sempre provocadora do seu *Espectro*. A passagem de Sampaio do Setembrismo, ou melhor, do anticabralismo puro e duro para o Fontismo, com a consequente domesticação do homem político e, com esta, da sua *A Revolução de Setembro*, não passa despercebida à verve de Bordalo que, até à morte de Sampaio, nunca mais o larga. Por outro lado, a figura robusta e larga de Sampaio, e sobretudo as intervenções na ribalta política durante 30 anos, fizeram-no um alvo particular do humor gráfico de Bordalo. É certo que este não foi o único a brindar Sampaio com caricaturas e *cartoons*, mas é com Bordalo que ele salta com estrondo para as páginas das folhas humorísticas. E o lápis do caricaturista foi simultaneamente áspero e risonho para o percurso político de Sampaio, por vezes muito agressivo, não faltando como pano de fundo as referências incontornáveis aos seus jornais *Espectro* e *A Revolução de Setembro*.

Detenhamo-nos então n'*O António Maria*, talvez a folha humorística mais importante publicada no século XIX. Sampaio é visado logo nas páginas do primeiro número d'*O António Maria*, de 12 de Junho de 1879. Mas desta edição merece especial destaque o *cartoon* "A Procissão Política" (figura 2): o que temos aqui é uma sátira ao celebrado casacão do novo ministro das Obras Públicas, Saraiva de Carvalho, por onde "marcham processionalmente todos os corpos do estado": Sampaio reconhece-se como o palafreneiro, ao lado de Fontes Pereira de Melo, no papel de S. Jorge, armado no seu cavalo; Sampaio aparece ainda na assistência, no canto inferior direito, olhando em múltiplas direcções, igualmente ao lado de Fontes. Esta dupla será uma constante na iconografia bordaliana, reflexo da sua importância no quadro político da época. Como referimos atrás, Sampaio foi ministro do Reino de 13 de Setembro de 1871 a 1 de Maio de 1877, num ministério presidido por Fontes, e que foi o mais longo governo da Monarquia Constitucional. E, depois do presidente do Conselho de Ministros, o ministro do Reino era a figura política mais importante, desde logo porque tutelava o processo eleitoral. Sampaio chegou mesmo a chefiar um governo, entre 25 de Março e 11 de Novembro de 1881. Logo, sem surpresa, Bordalo transporta para os seus desenhos a omnipresença e influência política na época destes dois homens, embora num registo satírico.

Sampaio volta às páginas d'*O António Maria* no n.º 5, de

11) Disponível em linha na Hemeroteca Digital, a biblioteca digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa, juntamente com a sua segunda série, em: hemerotecadigital.cm-lisboa.pt

Figura 2

Figura 3

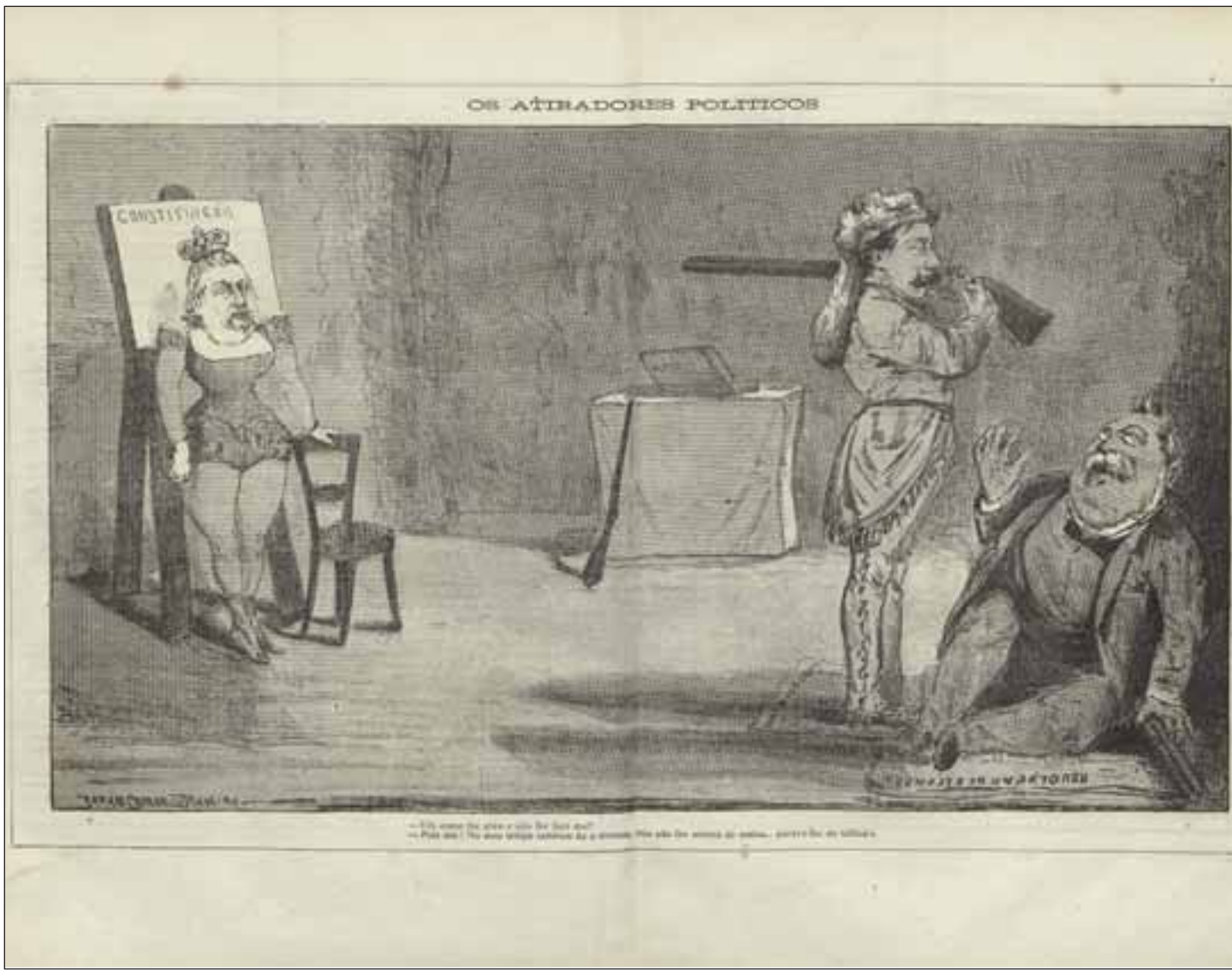


Figura 6

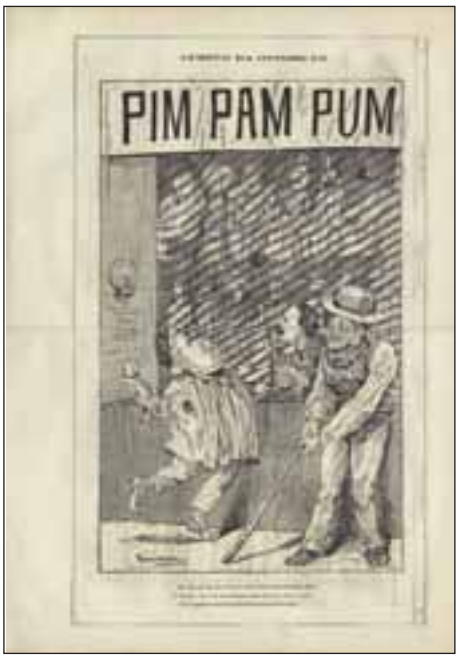


Figura 4

Figura 5

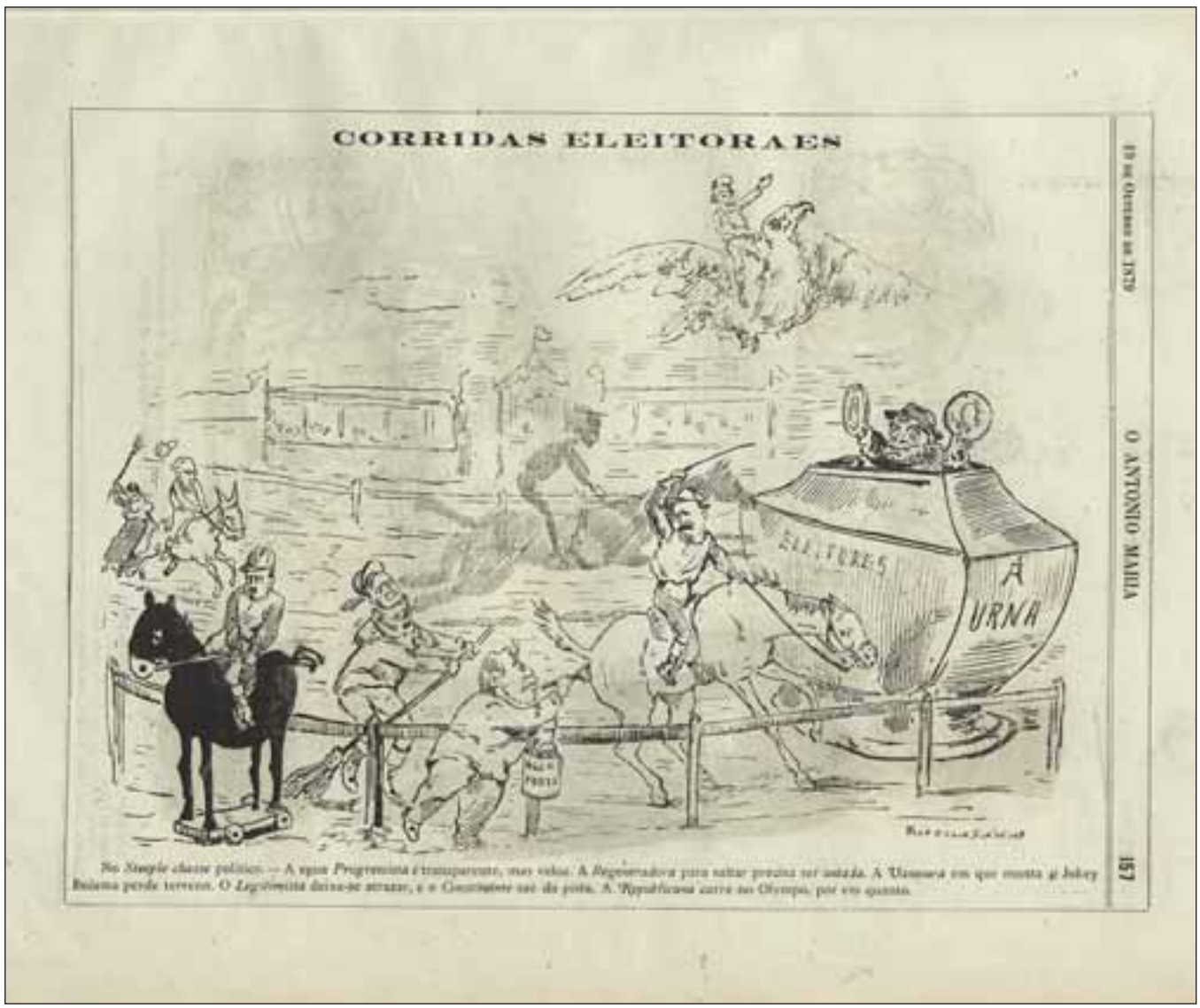


Figura 7

Figura 8

Figura 9

Figura 12

Figura 13

Figura 15

Figura 16

Figura 17

Figura 10

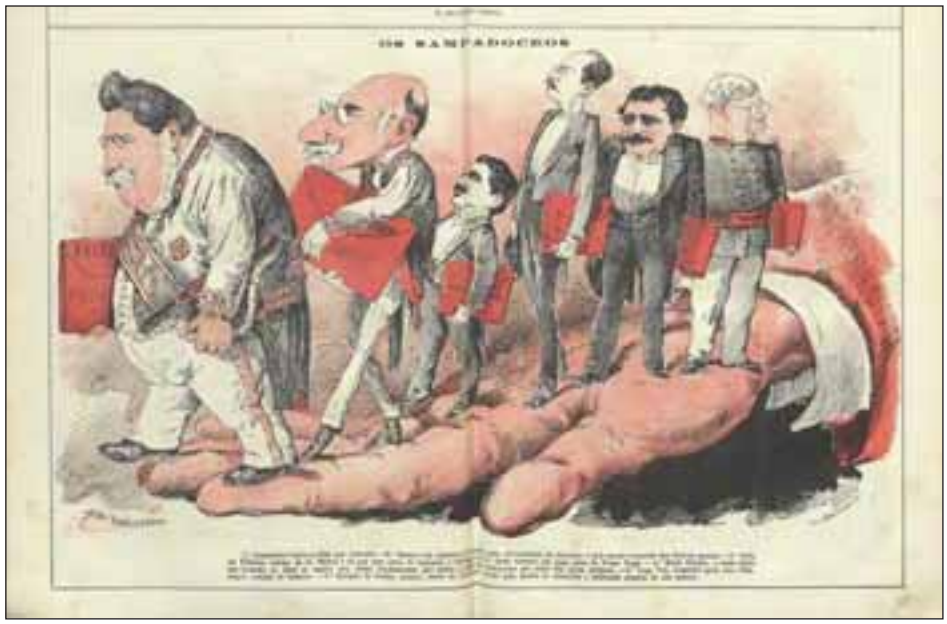


Figura 11

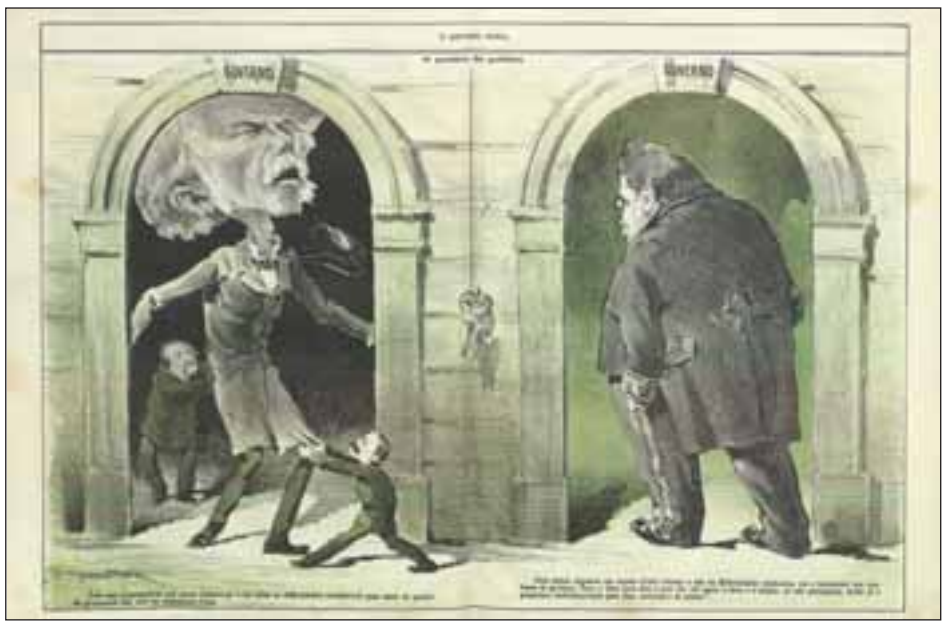


Figura 14

Figura 18

Figura 19

10 de Julho de 1879, em "Cenas Políticas" (figura 3), neste caso numa "Serenata eleitoral dada no Bairro Alto, à porta do centro da rua do Norte, pela *estudantina* que há pouco deixou os bancos... do poder". O desenho, alusivo à campanha eleitoral de 1879, mostra-nos um divertido Sampaio a tocar pandeireta, à frente do cortejo regenerador. Logo atrás, Fontes e outras figuras do partido, tendo como cenário a crítica à venda de votos. Sampaio e Fontes estão novamente presentes no "Cúmulo da Oposição" (figura 4), *cartoon* de 14 de Agosto que conta desta vez com a companhia do Zé Povinho, munido de cacete, e em "Velhos Expedientes Políticos. Estampa dedicada ao ilustre tribuno Mariano Cyrilo de Carvalho" (figura 5), de 28 de Agosto. Bordalo destaca o diálogo entre Sampaio e o Zé Povinho, de novo, em que o primeiro ameaça ressuscitar o *Espectro*, a velha folha de combate político; contudo, não convence o segundo, que acusa Sampaio de querer "abiscoitar outra vez os *espinhos do poder*". Depois da dedicatória, Mariano de Carvalho aparece nas páginas d'*O António Maria*, de 9 de Outubro, em "Os atiradores políticos". E quem são estes "atiradores políticos" (figura 6), na versão de Bordalo? Mariano, claro está, nesta altura director do *Diário Popular*, jornal que pisa, e o *nosso* Sampaio, director do jornal *A Revolução de Setembro*, sobre o qual está sentando. O diálogo é muito divertido: "- Vês como lhe atiro e não lhe faço mal? - Pois sim! No meu tempo também fiz o mesmo, mas não lhe atirava de costas... atirava-lhe do telhado". Mariano de Carvalho, então na oposição, serve-se do *Diário Popular* para atacar o Rei, D. Luís, tal como fizera Rodrigues Sampaio antes de 1851, com a sua *A Revolução de Setembro*.

A dupla Fontes-Sampaio regressa em "Corridas Eleitorais" (figura 7), de 19 de Outubro de 1879, com Sampaio a untar a "égua regeneradora" montada por Fontes para saltar e ganhar o "*Steeple-chasse* político"; na "Feira dos dignos pares" (figura 8), de 4 de Março de 1880, onde Fontes "expõe cordatamente que é uma inconveniência fazer o elogio de sujeitos que na imprensa atacam as instituições vigentes" - Sampaio, incomodado, e "para disfarçar, senta-se em cima do *Espectro*"; e no "Lava-pés político" (figura 9), de 25 de Março, espelho do Rotativismo no seu melhor: D. Luís, "o sacerdote da constituição", "lava indistintamente os pés" aos partidos políticos, com Anselmo José Braamcamp, Sampaio, Fontes e Ávila, em destaque, absolvendo com o gesto os sucessivos governos da Regeneração. O povo, na figura do Zé Povinho, é afastado da cerimónia, "em consequência de no orçamento não haver sabão para ele".

O espectro de Sampaio também é referência obrigatória, numa alusão ao período *revolucionário* do jornalista, como em "Casos Parlamentares" (figura 10), de 1 de Abril de 1880: Valada, nesta altura governador civil interino de Lisboa, é caricaturado por Bordalo por pedir ao governo "uma rolha para as demagogias da imprensa periódica". Mariano de Carvalho, então presidente do conselho, "promete a referida rolha", apesar do espectro de Sampaio, agora comprometido com o *status quo* político.

A subida de Sampaio à chefia de um governo mereceu o devido acolhimento nas páginas centrais d'*O António Maria*, de 31 de Março de 1881, com um *cartoon* a toda a largura (figura 11). O governo regenerador, intitulado por Bordalo de "Os Sampadoceos", tinha Sampaio como presidente do conselho, que acumulava com a pasta do Reino, Barros de Sá como ministro da Justiça, Júlio de Vilhena na Marinha, Hintze Ribeiro nas Obras Públicas, Lopo Vaz na Fazenda e Sanches de Castro na pasta da Guerra. Atente-se na figura de Sampaio, cuja velhice, cansaço e obesidade o caricaturista capta com habilidade e mestria.

A chefia do governo será, portanto, um período fértil em caricaturas e *cartoons* de Sampaio: logo a 7 de Abril de 1881, *O António Maria* publica "O Adiamento" (figura 12), onde Sampaio, na versão de mestre-escola, ensina aos "novos ministros" as "questões pendentes da sanção parlamentar", de que é exemplo o imposto de rendimento e a questão de Lourenço Marques; na mesma edição, mas em plano de destaque, temos o *cartoon* "A Situação" (figura 13): Zé Povinho, o eterno prejudicado do jogo político oitocentista, aparece aqui a carregar mais uma albarda (leia-se fardo), desta vez a dos "Sampadoceos", depois de já ter sido oprimido pelo governo dos Regeneradores e do Pacto da Granja - albarda que é apresentada subtilmente por um Fontes coroado, atrás de Sampaio, ao rei D. Luís, por sua vez ao lado do velho aliado inglês.

A entrada na chefia do governo volta a ser caricaturada em "O pórtico da política" (figura 14), de 28 de Abril de 1881, e o lápis de Bordalo carrega na obesidade de Sampaio, bem como a pena do jornalista: "Para entrar aparece um sujeito deste volume e não há dificuldades nenhumas em o introduzir nos umbrais do governo. Para o tirar para fora é que vão ver agora o bom e o bonito, se não principiam desde já a prepará-lo carinhosamente para isso, cortando-o às postas!", por comparação com a saída do governo de Anselmo Braamcamp, a antítese figurativa de Sampaio.

Sem surpresa, *O António Maria* vai registando com fina ironia os episódios mais impactantes da governação de Sampaio, de que é exemplo o *cartoon* "A Liberdade de Imprensa. Colóquio dos coveiros" (figura 15), um dos nossos favoritos, de 20 de Outubro de 1881. Neste preciso mês tinha saído a famosa portaria que iria regulamentar o exercício da liberdade de imprensa em Portugal. Sampaio, envolvido na sua redacção, não escapa ao olhar sarcástico de Bordalo, juntamente com o conselheiro Arrobas. No enterro da imprensa (associada a liberdade), Sampaio e Arrobas são os coveiros, cujo colóquio ou conversa vale a pena recuperar: "Achas que estará bem morta? - Com as últimas vinte querelas [processos] de ponta e mola que lhe espetámos no ventre, e com a bola da portaria proibitiva que ontem lhe fizemos engolir, acho que não temos senão este derradeiro dever que cumprir: toca a enterrá-la! - *De*

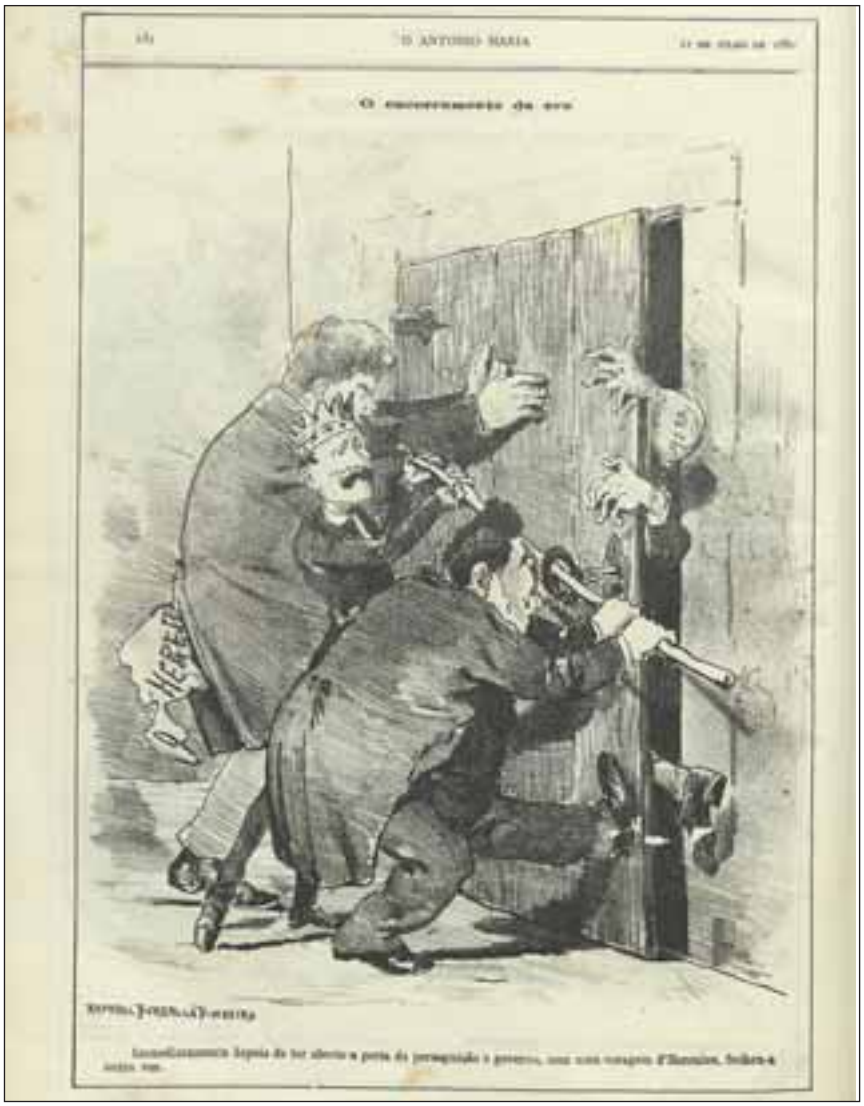
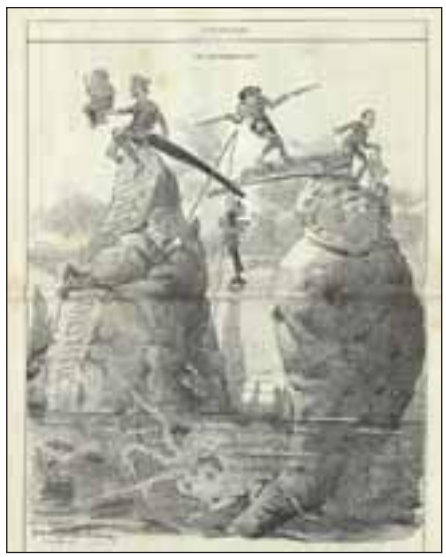


Figura 20

Figura 21



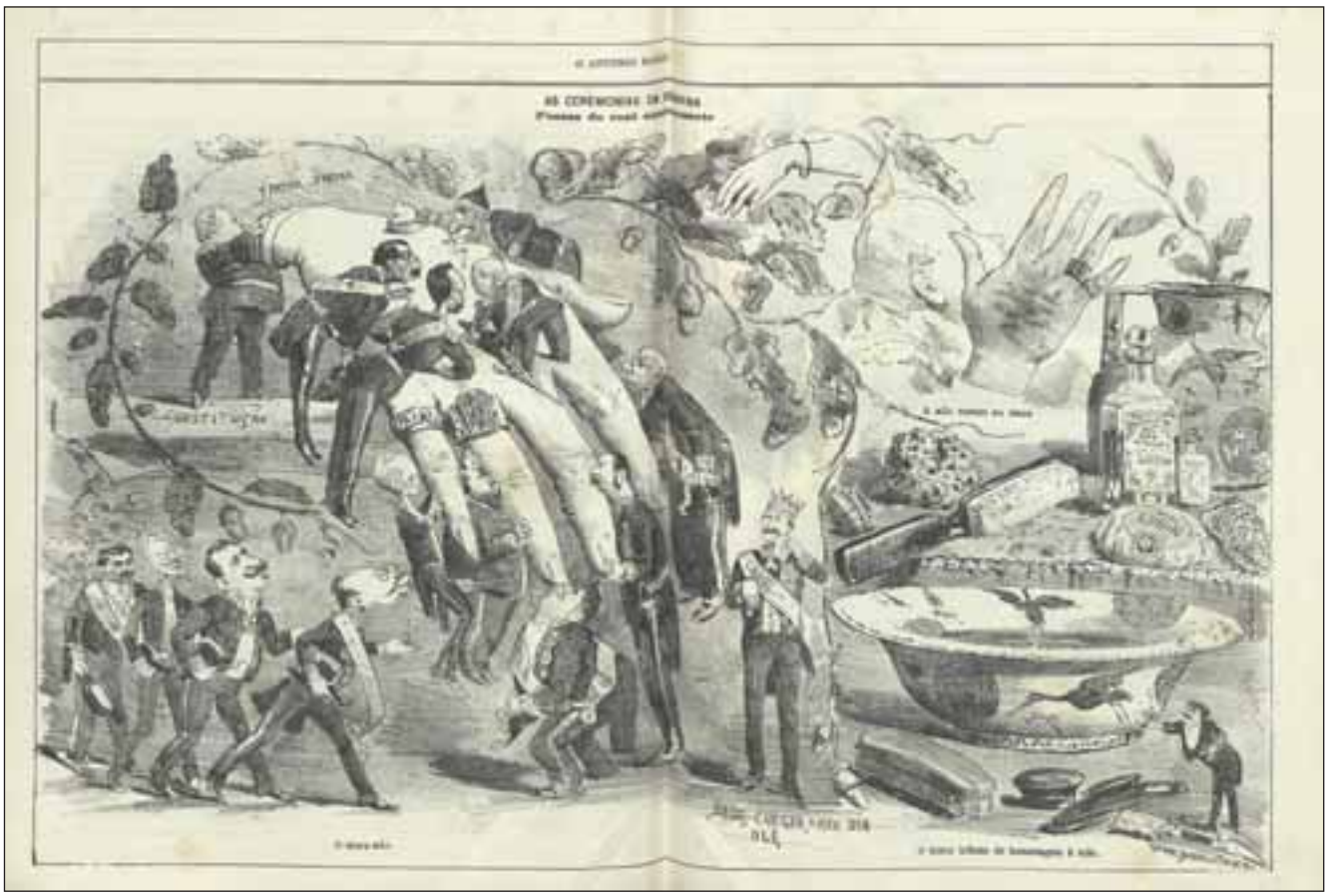


Figura 22

profundis!". O *cartoon* tem um grande significado simbólico, e político, pois um dos coveiros da liberdade de imprensa era nem mais nem menos do que António Rodrigues Sampaio, que alcançara notoriedade pública precisamente por ter sido um dos maiores jornalistas portugueses da primeira metade de Oitocentos, lançando *A Vedeta da Liberdade*, do Porto, dirigindo o mítico jornal *A Revolução de Setembro*, a partir de 1842, escrevendo sozinho o jornal clandestino *O Espectro*, e que lutara com todas as suas forças contra a censura à imprensa! Mais do que a "domesticação" de Sampaio, com a adesão à Regeneração, o que Bordalo denunciava era a incoerência de princípios e de valores, protagonizada, neste caso, por Sampaio. Aliás, Bordalo já ensaiara este "novo" Sampaio, agora "inimigo" da imprensa, de que é exemplo o desenho "O Pai Saturno" (figura 16), de 18 de Agosto de 1881: Sampaio, o "santo pai do primeiro *Espectro* e de todos os espectros que se seguiram ao primeiro para terror do trono e para recreio da demagogia", devora agora as folhas republicanas (*Trinta, O Século* e a *Folha do Povo*), enquanto *O António Maria*, retratado na figura do seu director, Bordalo, espetado num garfo, aguarda pela sua vez a entrada no ventre do "Pai Saturno".

A defesa da liberdade de imprensa será, aliás, uma constante no jornal *O António Maria*, e mesmo mais tarde, na folha humorística *A Paródia*, publicada em Lisboa entre 1900 e 1907. Bordalo combateu sempre o controlo político sobre a imprensa periódica, e em particular sobre as publicações humorísticas, encontrando com extrema facilidade o lado pitoresco das coisas ou o caricato das situações. E, como escrevemos em 2005, «este combate não se ficou pela troça constante, através de ícones gráficos e plásticos que faziam as delícias dos seus contemporâneos», pois «quando o alvo das interpretações abusivas da lei atingia os seus interesses, como aconteceu com a apreensão d'*A Paródia* ou com as querelas que lhe foram movidas, Bordalo Pinheiro e os seus, nomeadamente o filho, resistiam e venciam, dentro do quadro legal disponível»[12] .

Apesar da chefia do governo pertencer a Sampaio, Fontes continua a manobrar e a exercer a sua influência política, aspecto que Bordalo não deixa escapar, denunciando-o nas páginas d'*O António Maria*. Aliás, tal influência e manobra já estão presentes nos desenhos "O Adiamento" e "A Situação": no primeiro, Fontes, coroado (portanto, uma espécie de *rei* dos políticos da época), aparece-nos dentro de uma redoma de vidro, a tutelar o mestre-escola Sampaio na sua aula aos novos ministros; no segundo, quem apresenta o novo governo, o dos "sampadoceos", ao rei, é Fontes, e não Sampaio, ligeiramente curvado perante o novo *rei* da política portuguesa.

A proeminência de Fontes está igualmente patente em "O novo boi Ápis do constitucionalismo" (figura 17), de 12 de Maio de 1881: Sampaio é um dos "sacerdotes de Mênfis" que escolheu o "novo boi", leia-se Fontes, "incumbindo-o de presidir aos destinos humanos, de predizer o futuro e de pastar em sossego para honra dos homens e glória dos deuses"; no *cartoon* "Retrato novo da política velha" (figura 18), de 30 de Junho: agora, Zé Povinho carrega no lombo, resignado ("para que exista a ordem"), não o fardo dos "sampadoceos", mas a "tábua do sistema", a Carta Constitucional, por sua vez balouçada pelos chefes do rotativismo, Fontes, líder dos regeneradores, e Anselmo Braamcamp, chefe dos progressistas. Sampaio surge-nos em segundo plano, a puxar Hintze, entre outros, quase desesperado, para que a balança penda para o lado do seu reputado chefe, Fontes; em "A hidra a ferros d'el-rei" (figura 19), de 7 de Julho: quem arranca um dente da "boca tenebrosa da hidra da anarquia", para gáudio do monarca, é Fontes e não Sampaio, o putativo chefe do governo. Sampaio também está na caleche do poder, mas sentado, num registo submisso, segurando a coroa do verdadeiro chefe, Fontes; no "Encerramento da era" (figura 20), *cartoon* de 21 de Julho, com Fontes a ajudar Sampaio, "com uma coragem de Hércules", a fechar a "porta da perseguição", depois de o governo a ter aberto; em "As circunstâncias" (figura 21), de 22 de Setembro, nos "Últimos e decisivos esforços do governo para se colocar à altura da gravidade das circunstâncias" quem assume papel de relevo é novamente Fontes, amparando com uma das mãos D. Luís, portanto o trono, e, com a outra, no fio da navalha, o rotativismo - Sampaio limita-se a lançar o isco à revolução republicana; e, por último, no *cartoon* "As cerimónias da Semana" (figura 22), de 3 de Novembro: no beija-mão real, lá está Sampaio, sem surpresa, mas ao lado de um Fontes que se lamenta por não participar na cerimónia, exclamando um "Há-de chegar o meu dia, olé…". E chegou mesmo, pois a 11 de Novembro Fontes foi encarregado de organizar novo governo, que teria como missão principal modificar a constituição do Estado por um novo Ato Adicional à Carta Constitucional, que se promulgou em 1885. Não só chefiou o novo ministério, como acumulou a presidência com a Guerra, a Fazenda e as Obras Públicas, entre 1881 e 1883.

Na ressaca de nova subida de Fontes à chefia dum governo constitucional, Bordalo brinda-nos com novos e divertidos desenhos, e com inevitável referência a Sampaio: inspirado numa das mais importantes pinturas de Rafael, "A transfiguração", publica nas páginas d'*O António Maria* "Os acontecimentos políticos" (figura 23), logo a 17 de Novembro de 1881, acontecimentos alusivos ao "advento político do ministério Fontes Pereira de Melo", com Fontes, na parte superior, transfigurado em

12) Aprofundo este assunto em "A Rolha... Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro", in *A Rolha. Bordalo*. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2005, pp. 9-29.

Figura 23

Figura 24

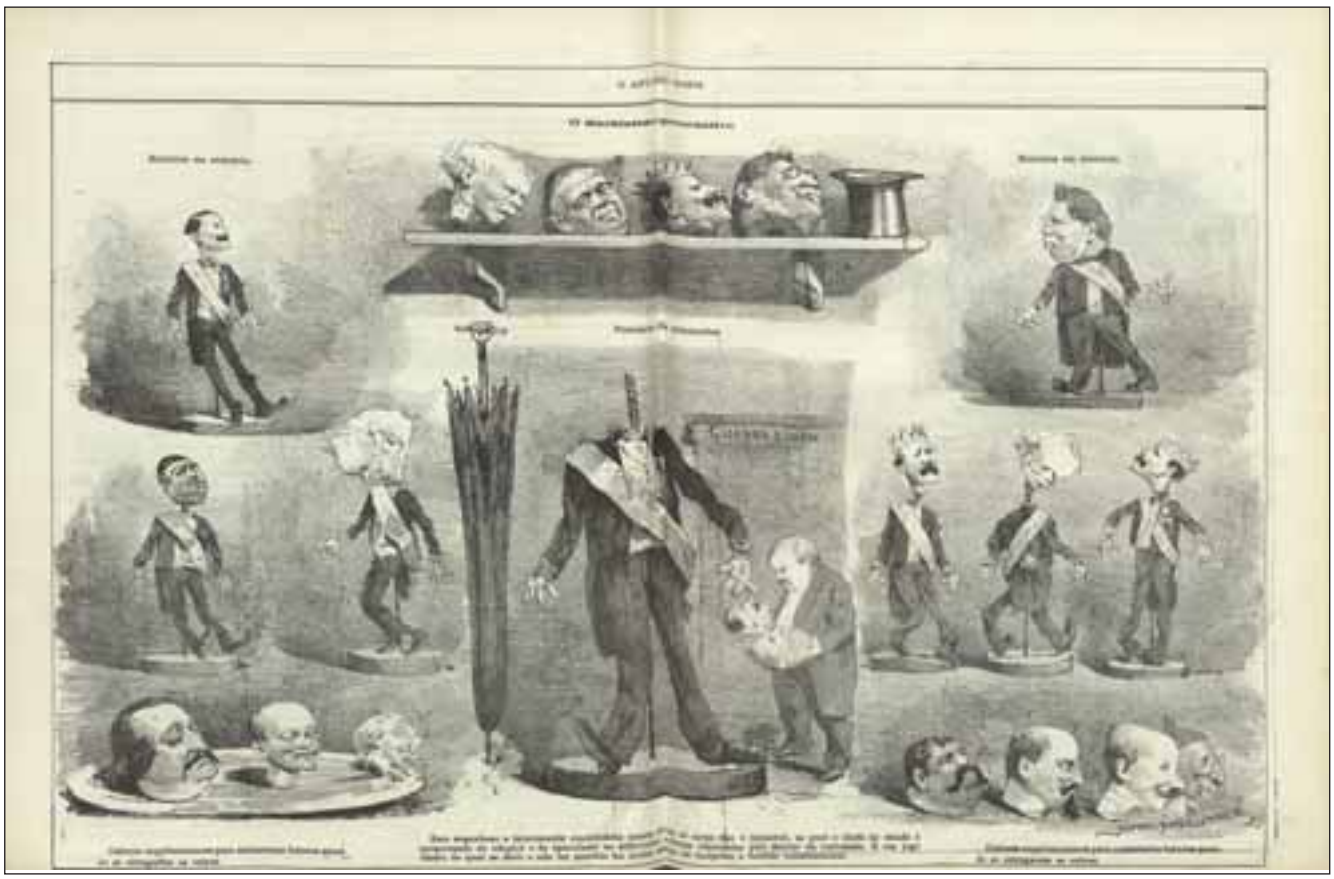


Figura 25

Cristo, entre o céu e a terra, revelando aos "Apóstolos" a sua natureza divina - Sampaio, pelo contrário, está em baixo, no canto inferior esquerdo, num plano humano, tal como o Apóstolo, sentado em cima, não do livro, mas do seu *Espectro*, impotente para curar a Carta Constitucional; ainda na mesma edição de 17 de Novembro, Bordalo compara a queda do governo de Sampaio (figura 24), a 11 de Novembro, dia de S. Martinho, com o golpe político-militar desencadeado a 11 de Novembro de 1820, e que ficaria conhecido para a história como "Martinhada" ou "Revolta da Martinhada"; finalmente, a 24 de Novembro, em "O maquinismo governativo" (figura 25), temos a leitura bordaliana da substituição dos chefes de governo na Monarquia Constitucional: num registo sarcástico, D. Luís apronta-se a colocar a cabeça de Fontes na chefia de novo governo, depois de ter retirado a de Sampaio. Não resistimos a reproduzir a legenda de tão elucidativo desenho humorístico: "Este engenhoso e interessante maquinismo consta dum só corpo fixo e imóvel, ao qual o chefe de estado é encarregado de adaptar e de aparafusar as diferentes cabeças requeridas pelo deleite da variedade. **É um jogo lindo, ao qual se deve o não ter morrido há muito tempo de insipidez a família constitucional**" [sublinhado nosso].

Outro clássico da iconografia bordaliana é o tema das eleições e, como tal, no consulado de Sampaio enquanto chefe de governo, o assunto volta à baila, num registo hilariante mas ao mesmo tempo cáustico, com Bordalo a desmascarar o funcionamento das eleições monárquicas: a 18 de Agosto de 1881, em "Pão e pândega - tudo sem peso!" (figura 26), temos um desenho alusivo à nova fornada de políticos. Em primeiro plano, à esquerda, Sampaio dança em volta do "forno eleitoral", juntamente com Fontes, por sua vez ladeado pelo Zé Povinho; na mesma edição de 18 de Agosto, mas agora nas páginas centrais d'*O António Maria*, o leitor da folha humorística podia (pode) deliciar-se com um divertido *cartoon* sobre o dia das eleições e a ressaca das mesmas, tendo como personagem central o Zé Povinho (figura 27): na página dedicada ao "Dia dos Votos", o Zé Povinho está ladeado pelos líderes do Partido Progressista, à esquerda, e pelos do Partido Regenerador, à direita, que o tentam convencer a votar no seu partido (Sampaio está ao pé de Fontes, junto da família regeneradora, e também a prometer qualquer coisa ao Zé Povinho); na página à direita, "O outro dia", já com as eleições realizadas, o Zé Povinho deixa de ser bajulado para ser, pelo contrário, pontapeado por Fontes, estando ainda prestes a levar com mais impostos, aqui ilustrados num cacete segurado por Sampaio. Por outras palavras, "No dia dos votos Zé Povinho tem tudo o que lhe apetece - em expectativa: tem estrada para a sua aldeia, tem novo sino para o seu campanário, tem vinte mil réis de feijão a mais para o rancho do seu regimento, tem três mil e quinhentos pelo voto e tem pão sem peso. No outro dia Zé Povinho tem tudo aquilo que não quer: tem um novo imposto, tem deputado novo, e para substituir o pão sem peso, tem pau sem conta e sem medida", registava a legenda.

Em suma, Bordalo denunciava com o seu lápis as promessas eleitorais que depois não davam em nada, a compra dos votos (com referência aos "30 dinheiros" de Judas), e o desdém com que o povo era tratado após as eleições, com novos impostos e o afastamento da vida política.

Na sequência das eleições anteriores, a 8 de Setembro, devido ao empate alcançado no círculo de Lisboa, Bordalo dá-nos um interessante retrato das "Eleições Suplementares" (figura 28): inspirando-se na ideia de uma regata, neste caso a "regata do desempate", o caricaturista mostra-nos a força eleitoral que os republicanos começavam a ter, sobretudo em Lisboa, contando agora "com o fôlego de Zé Povinho", leia-se do povo, enquanto o "calhambeque do governo" lá ia porque se fiava "na sirga do Tesouro", por sua vez puxada pelo conselheiro Arrobas e Sampaio; o crescimento eleitoral do Partido Republicano volta às páginas d'*O António Maria* no *cartoon* "O Movimento Eleitoral" (figura 29), de 19 de Novembro, tendo com pano de fundo precisamente "o resultado das últimas eleições republicanas em Lisboa", que segundo Bordalo estabelecia "a medida do movimento progressivo com que se vai apertando sobre os factos a grande prensa chamada - a opinião", ou seja, o caricaturista aludia com pertinência ao impacto que o republicanismo estaria a ter na formação duma opinião pública hostil à "política actual", traduzida por sua vez no aumento da expressão eleitoral republicana (atente-se no "Eleitometro"), e representava essa "opinião" através de uma prensa que, com a ajuda de um Zé Povinho republicano (veja-se o barrete frígio, insígnia da liberdade), se prepara para esmagar os políticos do rotativismo constitucional (Sampaio aparece ao centro, dançando, tal como os restantes, e como estes distraído do que se avizinha, a República).

Toda esta iconografia bordaliana revela, sem dúvida, o posicionamento político do *nosso* caricaturista nos anos 80 do século XIX, próximo ou identificado com as ideias e o projecto político dos republicanos, logo não totalmente isento do ponto de vista jornalístico e humorístico. O que não constituía nenhuma novidade, pois nestes tempos a imprensa estava impregnada de política, era o mais importante instrumento de acção e o principal veículo de afirmação dos partidos políticos. A maior parte dos jornais e revistas que foram fundados ao longo da Regeneração foram-no explicitamente como órgãos de partidos políticos ou a eles vieram a aderir de maneira oficial. E, como escrevemos noutra altura, «nem as revistas cómicas escapavam a esta tendência, alinhando, de uma forma mais ou menos clara, por determinada parcialidade política, como foi o caso d'*O António Maria*, de Bordalo Pinheiro, pelo ataque quase ininterrupto ao Fontismo e pela simpatia que revelava pela República»[13] .

Contudo, nada disto impediu que Bordalo reconhecesse a importância de Sampaio, nomeadamente como

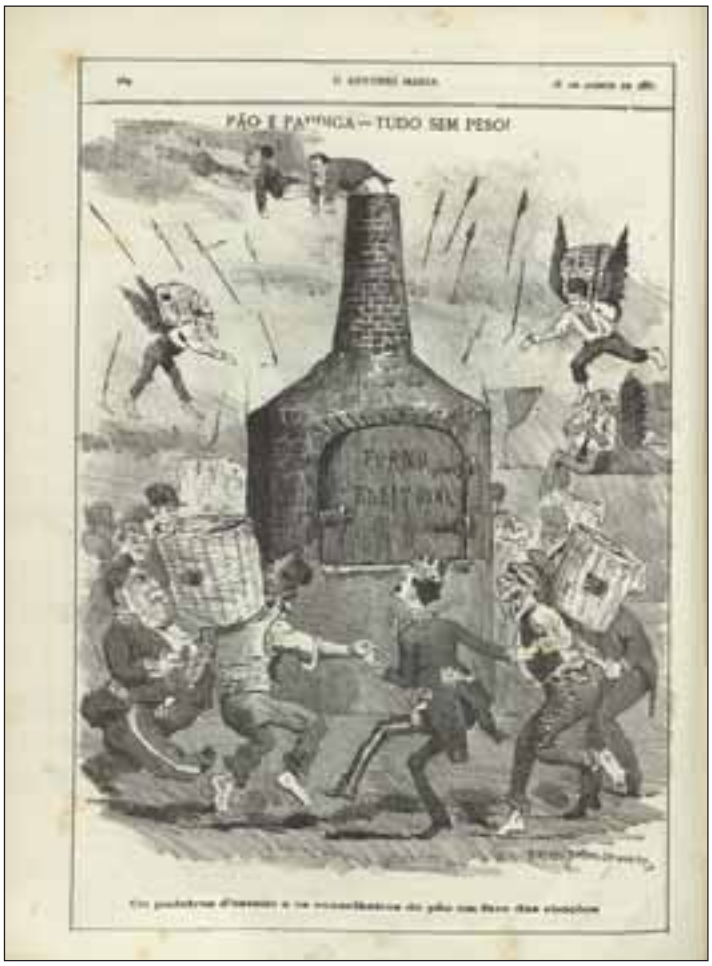
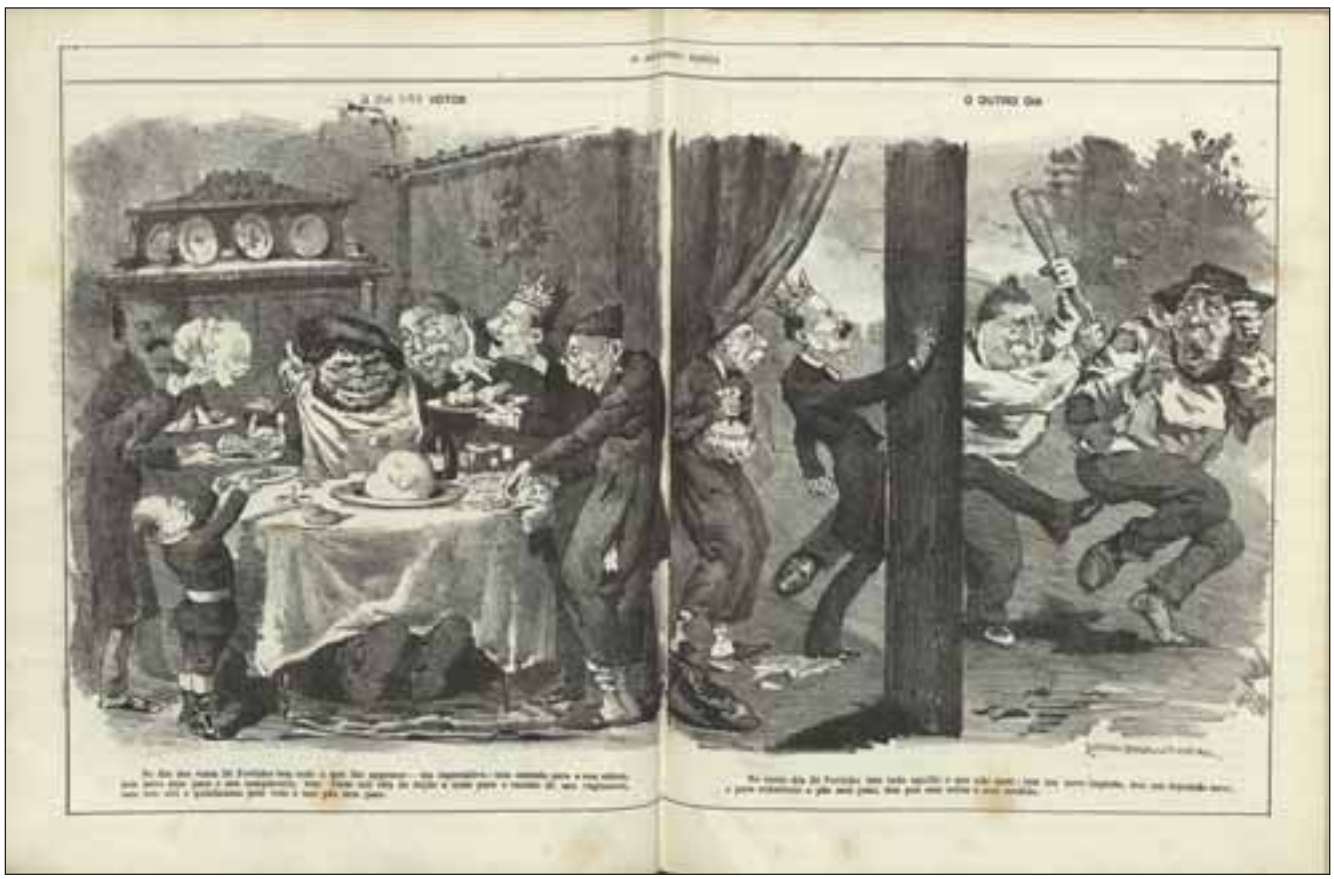


Figura 26

Figura 27



jornalista, na sociedade portuguesa de Oitocentos: e foi o que fez, aquando da morte de Sampaio, a 13 de Setembro de 1882, em Sintra, vítima de pneumonia, pois logo no dia seguinte, nas páginas d'*O António Maria*, Bordalo desenhou um espectro do jornalista e político (figura 30), lembrando novamente o seu jornal clandestino, com o seguinte título e legendas, sem dúvida reconhecedores do valor que dava ao homem: "Dia de luto para o jornalismo português. Morreu António Rodrigues Sampaio. Nós que tanto gracejamos com a sua individualidade política, emudecemos perante a perda de tão ilustre jornalista e lavramos sobre a sua campa o testemunho sincero do nosso grande pesar", com a assinatura de Bordalo.

3.

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA

" *(…) Na reputação política do sr. Sampaio pesou por muito tempo, como um pecado, a responsabilidade da sua melhor obra, da mais viva, da mais palpitante, da mais sanguínea* - O Espectro. *O melhor título que o panfletário de 1846 tem ao reconhecimento da história é não ter jamais renegado este seu filho, da mesma maneira que o mais assinalado título do conselheiro ao beneplácito da velhacaria pátria é ter sabido conciliar os afectos que hoje dá à Coroa com as descomposturas que ontem deu ao Trono.*"

> João Rialto (Guilherme de Azevedo), In Álbum das Glórias, 1881.

Feita esta análise da presença de Sampaio na iconografia bordaliana, que aspectos podemos considerar recorrentes? Ou, dito de outra forma, quais as constantes e linhas de força dos *cartoons* e caricaturas de Sampaio desenhados por Bordalo?

1.º As referências, que são muitas como vimos ao *Espectro* e, menos, à *A Revolução de Setembro*, têm por objectivo evocar o passado jornalístico de Sampaio, por oposição ao seu presente como homem político, domesticado pelo Fontismo, comprometido com o Partido Regenerador e, através deste, com o projecto político da Regeneração. Subtilmente, o que Bordalo quis dizer aos seus contemporâneos, aos homens e mulheres que liam as suas folhas humorísticas, e o que nos quis dizer também, foi que existiram dois Sampaios: o Sampaio do *Espectro* e do jornal *A Revolução de Setembro*, revolucionário, panfletário, opositor tenaz do Cabralismo, crítico feroz da Rainha D. Maria, e que por isso mesmo se tornou lendário; e o Sampaio da Regeneração, acomodado à nova situação política, deputado, par e até presidente do conselho, que renega muitos dos valores pelos quais combateu e foi preso - retrato que o enterro da liberdade de imprensa, na companhia do conselheiro Arrobas, é, sem dúvida, o exemplo mais paradigmático e paradoxal. Ele, o jornalista excelso da primeira metade do século XIX, perseguido mas não dobrado, preso mas não vergado, redactor do jornal clandestino mais importante alguma vez publicado em Portugal, seria afinal, 35 anos depois, responsável - suprema ironia - pelo enterro da liberdade de imprensa e, com ela, da liberdade de pensamento! Esta era a leitura que Bordalo queria que os seus leitores fizessem, desmascarando assim uma *traição* de Sampaio aos princípios da esquerda liberal setembrista, agora apropriados (em parte) pelo republicanismo, leitura que para o caricaturista era evidente;

2.º Daqui decorre um segundo aspecto presente nos desenhos humorísticos de Bordalo, que o próprio não deixa de realçar, até para acentuar, aos olhos dos leitores d'*O António Maria*, a reviravolta política de 180º de Sampaio: é que este não foi apenas mais um regenerador, entre tantos outros. Sampaio aparece-nos como uma espécie de número dois do partido regenerador, sempre ao lado de Fontes Pereira de Melo, o alter-ego deste, apoiando-o na oposição como deputado, ou no governo, como ministro, ou mesmo nas lutas internas que atravessaram a família regeneradora, sempre ao lado do chefe, até para queimar politicamente, como vimos, a oposição interna a Fontes;

3.º À anterior apreciação subjaz, por sua vez, o apoio incondicional de Sampaio ao Fontismo, ao que este projecto político representava para o país e, naturalmente, ao regime político que o sustentava, através do rotativismo político com o Partido Progressista, devidamente enquadrado com a Carta Constitucional. Consequentemente, isto pressupunha a aceitação de coisas, de práticas, meios e expedientes, que Bordalo considerava inaceitáveis e que, por isso mesmo, ridicularizava, genialmente diga-se, com as suas caricaturas e *cartoons* políticos; *coisas* que Sampaio aceitava e de que era importante protagonista, como a compra dos votos nas eleições para as câmaras, as fornadas de políticos, o aumento de impostos, a corrupção política, a censura à imprensa; *coisas* que para Bordalo contrariavam a génese do constitucionalismo e esmagavam o Zé Povinho, a principal vítima da política nacional.

O retrato que Bordalo faz de Sampaio para o *Álbum das Glórias* é, como vimos, a síntese suprema do que foi o percurso do jornalista transformado em mais um político da Regeneração, igual a tantos outros; retrato este completado depois com uma biografia de Guilherme de Azevedo que nos dissipa quaisquer dúvidas quanto à leitura que ambos, Azevedo e Bordalo, faziam de Sampaio. Escreve Azevedo: «Homem particular cheio de afectos e jornalista cheio de feitos, podíamos dizer dele [...] que não é um político inteiramente isento de defeitos. [...] É curioso observar como este vigoroso temperamento de polemista se amesquinha, se contrai, se dilui, nas contendas estéreis de um constitucionalismo linfático, e como o jornalista

13) *Idem*, p. 10.

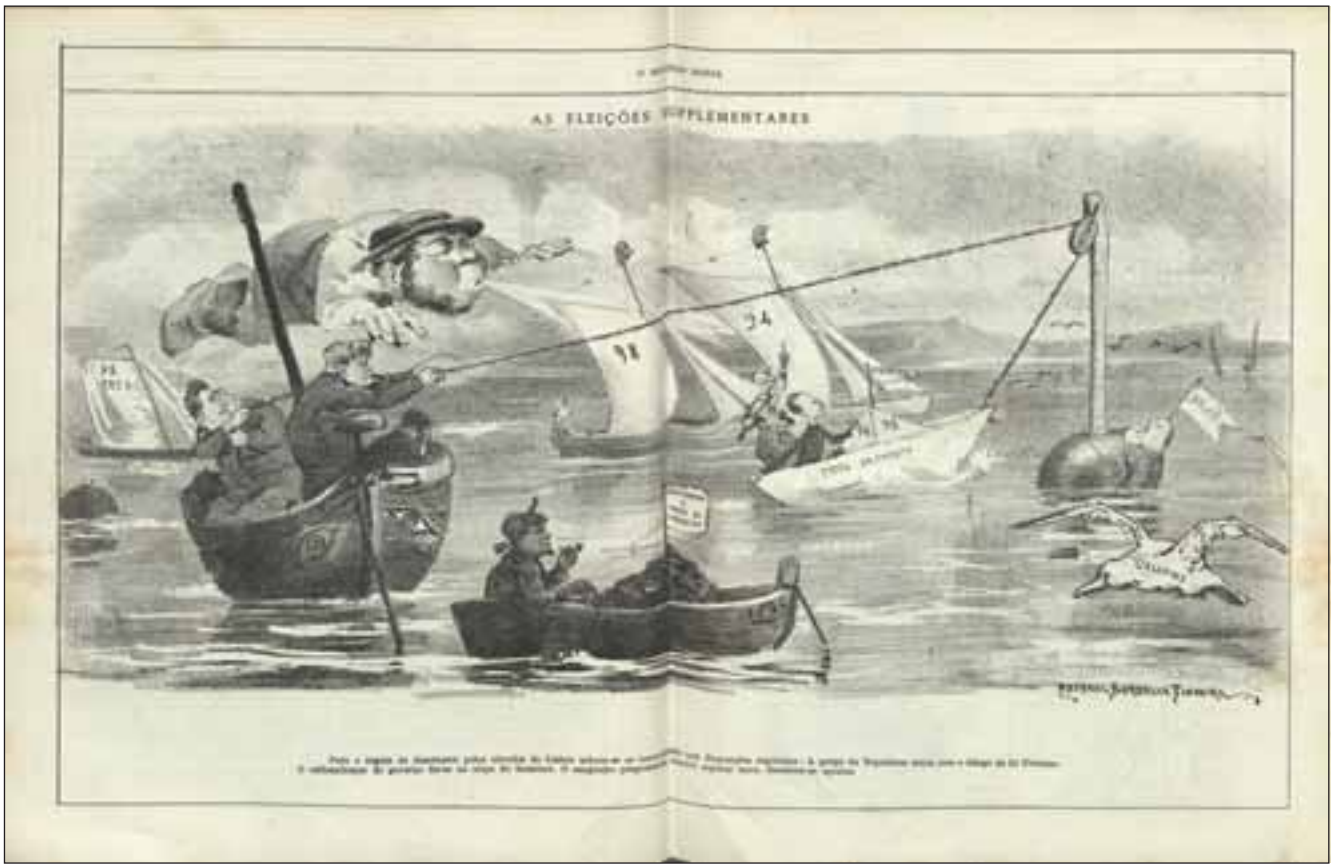


Figura 28

Figura 29

Figura 30

que era uma força da natureza se foi a pouco e pouco deixando absorver pelo que não passa de uma escrófula. [...] Batalhador forte, o sr. Sampaio foi sempre um generoso, exagerando às vezes esta nobre qualidade até ao ponto de a tornar numa espécie de cinismo aplicado às normas da governação. O *tirano* que em 1846 se chamava Costa Cabral tem hoje um diploma de marquês. Este diploma está assinado pelo mesmo nome que assina *O Espectro*. Há poucos anos que o sr. Sampaio foi ministro pela primeira vez. O que no panfletário tinha uma feição violenta manifesta-se desde então no conselheiro da Coroa com uma feição pacífica. Sentimo-lo rugindo nas colunas do seu jornal e ouvimo-lo falando na Secretaria do Reino. O jornalista da *Revolução de Setembro* feito ministro é um leão que despe a pele para se enfiar numa manga de alpaca, passando a usar pasta de carneira em vez de juba de crina. (...)»[14] .

Estas palavras, mas sobretudo as imagens que Bordalo nos deu de Sampaio, condicionaram muitas das leituras que os contemporâneos fizeram do jornalista e do político, contribuindo, a par de outras leituras apressadas ou mesmo maldizentes, para o retrato clássico que ainda hoje temos de Rodrigues Sampaio, que é o de existirem dois Sampaios: o Sampaio de antes da Regeneração de 1851, e o Sampaio de depois da Regeneração de 1851 - os dois muito diferentes. Retrato que quase sempre enaltece o primeiro por oposição ao segundo, isto é, o Sampaio do *Espectro*, revolucionário, radical, *republicano* até por oposição ao Sampaio político, figura de destaque do constitucionalismo, mas domesticado por este, amesquinhado, sem o vigor e a coragem do outro, um Sampaio que abandonara mesmo os seus ideais revolucionários, condicionando o juízo que hoje fazemos dele.

Mas talvez este retrato não corresponda àquilo que foi o percurso jornalístico e político de Rodrigues Sampaio, sobretudo quando confrontamos o retrato de Bordalo com o resultado da sua obra como político da Regeneração e com o resultado da sua obra como figura pública. Basta, para o efeito, lembrar os resultados da sua reforma administrativa; da sua reforma do ensino primário; ou do apoio que, através do Centro Promotor para o Melhoramento das Classes Laboriosas, deu aos operários. Tudo isto aponta para um só Sampaio, não para dois. Tudo isto aponta para um itinerário e um perfil onde são mais as linhas de continuidade do que as rupturas. Sampaio quando adere à Regeneração não renega os seus ideais, o seu democratismo; repensa-os à luz das circunstâncias do país, o que é muito diferente. O seu objectivo último sempre foi a criação de uma sociedade mais justa, democrática, livre, o que mudou foram as circunstâncias históricas e os meios para atingir estes fins: antes da Regeneração, os meios eram *O Espectro*, a revolução, a luta partidária constante; depois da Regeneração, os meios passaram a ser a ordem, o Fontismo e, com este, o desenvolvimento material do país. Mas os fins sempre foram os mesmos.

Uma coisa é a *leitura republicana* dos acontecimentos feita por Bordalo através do seu lápis, neste caso sobre a acção de Sampaio como político, leitura naturalmente destrutiva, crítica, cáustica quanto baste; outra coisa, bem diferente, é a leitura que o historiador deve fazer desses mesmos acontecimentos, que será sempre uma aproximação àquilo que efectivamente aconteceu. Foi isso que procurámos fazer com este estudo. Espero que o tenhamos conseguido. JJ

Lisboa, Dezembro de 2013.

* Coordenador da Hemeroteca Municipal. Historiador e Investigador do Centro de Investigação Media e Jornalismo, e do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA SUMÁRIA

CARRASCO, Carlos, CUNHA, Cecília, e PINTASILGO, Joaquim - "O pensamento político de Rodrigues Sampaio", In *História*. Lisboa, N.º 58 (Agosto 1983), pp. 50-66;

MATOS, Álvaro Costa de - "A Rolha... Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro", In *A Rolha. Bordalo*. Lisboa: Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2005, pp. 9-29;

Rodrigues Sampaio. O Jornalista e o Político através da Imprensa. Catálogo da exposição documental na galeria do Diário de Notícias. Lisboa: Edição Diário de Notícias, 2006;

SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) - *António Rodrigues Sampaio: Jornalista (e) Político no Portugal Oitocentista*. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior, 2011.

IDEM - "António Rodrigues Sampaio: o jornalista e o pensador do jornalismo", In Rêgo, Ana Regina (Org.) - *Imprensa: Perfis e Contextos*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012, pp. 133-190.

SOUSA, Jorge Pedro, TUNA, Sandra, LIMA, Maria Érica de Oliveira, e TEIXEIRA, Patrícia - "Jornalista António Rodrigues Sampaio e o "papel civilizador da imprensa", In *Temática*, N.º 12 (2011), pp. 1-12;

SOUSA, Jorge Pedro, LIMA, Maria Érica de Oliveira, TUNA, Sandra, e TEIXEIRA, Patrícia - "António Rodrigues Sampaio e a imprensa clandestina da Patuleia (1846/1847)", In R*evista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Vol. 34, n.º 2, Julho/Dezembro de 2011, pp. 17-36;

TENGARRINHA, José Manuel - "António Rodrigues Sampaio, desconhecido", In *Diário de Lisboa*, de 15, 22 e 29 de Novembro de 1962;

IDEM - "SAMPAIO, António RODRIGUES", In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, pp. 432-434;

IDEM - "A Imprensa Romântica ou de Opinião", In *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª Edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, pp. 123-212;

IDEM - "O Jornalismo Romântico" e "A Imprensa Clandestina durante a Guerra Civil de 1846-1847", In *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006, pp. 135-140, e 141-156.

14) *Álbum das Glórias*. Lisboa: Frenesi, 2003, pp. 91-92.

Uma empresa do grupo

alves & albuquerque
ARTES GRÁFICAS

Todo o tipo de soluções gráficas

Design Gráfico • Arte Final • Pré-Impressão
Impressão Digital • Impressão Offset

Contacte-nos!

Lugar da Charneca de Baixo, Armazém L - 2710-449 RAL Sintra
Tel.: 21 961 34 75/6 • Fax: 21 961 30 71 • E-mail: geral@pre-e-press.com

CRÓNICA

Ai que saudades, ai, ai...

Martins Morim

Se há expressão que Carlos Pinhão nos deixou e que entrou no nosso linguarejar, sempre que recordamos alguma coisa, é esta: "Ai que saudades, ai, ai...", título de uma das suas rubricas, nas páginas de A BOLA antiga, naquele tamanho enorme, que, como ele dizia, agradava às donas de casa, porque dava para embrulhar a panela do arroz e permitia mantê-lo quente... Era na última página, com título plagiado de um poema de Vinicius de Moraes: "Porque hoje é sábado".

Dele guardei, contudo, outras frases. Para a vida e para a profissão. "Eles vão e nós ficamos, não te esqueças disso", disse-me um dia, não sei já em que contexto. "Eles? Quem são eles?", inquiri. "Eles são os dirigentes, os treinadores, jogadores... Nós ficamos e, ou temos credibilidade, ou não temos. Esse é o nosso cartão de visita, o único que terão sempre de respeitar. Sem isso, não somos nada neste meio", respondeu.

E, depois, aquelas que guardámos, porque ditas num tom amigo e bem-humorado e que sempre nos ajudaram a melhorar na escrita, sobretudo a pensar sempre no que estávamos a escrever, a evitar cairmos na facilidade e na banalidade do lugar comum. Passava por nós no corredor e, se estávamos sozinhos, tirava um papelinho do bolso, e dizia coisas do género: "Maior enchente? O estádio enche ou não enche. Portanto, não pode ser nem maior nem menor. Olha só para as fotos das bancadas do estádio do Portimonense, que mais parecem de uma sala de bingo. Maior assistência, sim. Maior enchente, não!", sentenciava.

Era o tempo em que os clubes ainda não tinham sido obrigados a pôr cadeiras nos estádios, mas já eram obrigados a numerar os lugares, por motivos de segurança, é certo, mas sobretudo para que fosse possível evitar ou combater a multiplicação fraudulenta de bilhetes.

Carlos Pinhão embirrava com cacofonias. "Ter de e não ter que. Já viste que terá que... pode cheirar mal. Nós ainda podemos corrigir, escrevendo. Os camaradas da rádio é que às vezes têm a tarefa deles mais complicada, quando têm de apresentar a constituição da equipa e se deparam com nomes seguidos, como a dupla de centrais do Portimonense: Oscar, Olhaninho... Já viste o cuidado que têm de pôr no falar?". Era uma forma de corrigir, gracejando.

Aliás, se há marcas que ficaram da conduta e dos textos do Carlos Pinhão o humor é uma delas, mas não é única. Tanto que ele nunca se cansou de acompanhar uma belíssima exposição - o Humor e a A BOLA - que percorreu o país, com os bonecos do Pragana, do Zambujal, do Martins e, mais recetemente, do Luis Afonso, e os comentários dele sempre bem dispostos. O Ricardo Galvão chegou mais tarde. Mas se ela um um dia for reavivada, ele terá também um lugar de destaque.

FOTO: ASF

O que sinto hoje, ao escrever esta crónica, é uma enorme saudade deste homem, falecido há 20 anos, que cativava pela simplicidade, companheiro de trabalho culto e sabedor, solidário e fraterno.

INATEL TURISMO

FUNDAÇÃO **INATEL** | TURISMO | DESPORTO | CULTURA

VIAGENS NACIONAIS

PASSEIOS DE 1 DIA

ALMOÇO REGIONAL DE LAMPREIA
INATEL ENTRE-OS-RIOS
05 abril . Partidas: Viana | Braga | Porto
12 abril . Partidas: Setúbal | Lisboa | Coimbra
Desde: **€52**

DIA MUNDIAL DO TEATRO
BOEING BOEING NO T. DA TRINDADE
27 março Partidas: Leiria | Santarém | Lisboa
Preço: **a indicar oportunamente**

CIRCUITOS DE PRIMAVERA

ENCONTRO LUSO BRASILEIRO 2014
SÃO MIGUEL . AÇORES
23 a 27 abril
Partidas: Lisboa | Porto
Desde: **€590**

TURISMO PARA TODOS . PORTUGAL

CASTELO DE VIDE
30 março a 04 abril
Partidas
Espinho | Avanca | Figueira da Foz | Vila Nova da Barquinha
Desde: **€267**

BRAGA
06 a 11 abril
Partidas: Beja | Évora
Desde: **€267**

OEIRAS
21 a 26 abril
Partidas:
Miranda do Douro | Alfândega da Fé | Vila Flor
Desde: **€267**

PÁSCOA

PÁSCOA EM ALBUFEIRA
17 a 21 abril
Partidas: Aveiro | Leiria | Santarém | Lisboa | Almada
Desde: **€279**

PÁSCOA EM VILAMOURA
17 a 21 abril
Partidas: Vila Real | Coimbra | Setúbal
Desde: **€346**

PÁSCOA EM VILA RUIVA
17 a 21 abril
Partidas: Faro | Beja | Évora | Portalegre
Desde: **€286**

PÁSCOA NA SERRA DA ESTRELA
17 a 21 abril
Partidas: Viana | Braga | Porto | Aveiro
Desde: **€274**

PÁSCOA EM CERVEIRA
17 a 21 abril
Partidas: Castelo Branco | Covilhã | Guarda | Viseu
Desde: **€304**

"INATEL TURISMO", RNAVT nº 2954

visite-nos em **www.inatel.pt**

* Preços por pessoa em quarto duplo. Não inclui taxa de serviço de €10 por reserva. | Informações gerais: t. 210 072 384

VIAGENS INTERNACIONAIS

CIRCUITOS . EUROPA

SEMANA SANTA EM LÉON E ASTORGA
16 a 20 abril
Partidas: SETÚBAL | ALMADA | LISBOA | SANTARÉM | COIMBRA
Desde: **€625**

CANONIZAÇÃO DO PAPA JOÃO PAULO II E PAPA JOÃO XXIII
25 abril a 01 maio
Partidas: LISBOA | PORTO
Desde: **€1265**

HOLANDA FLORIDA, BÉLGICA E PARIS
02 a 07 maio
Partida: Lisboa
Preço: **a indicar oportunamente**

BÉLGICA, NORMANDIA, BRETANHA E PARIS
07 a 14 julho
Partida: Lisboa
Desde: **€1595**

CAPITAIS BÁLTICAS E VARSÓVIA
21 a 28 junho
Partida: Lisboa
Desde: **€1555**

JÓIAS DA POLÓNIA
09 a 15 agosto
Partida: Lisboa
Desde: **€1345**

ÁSIA

TURQUIA ESPECIAL
26 a 02 junho
Partida: Lisboa
Desde: **€745**

ÁFRICA

CIRCUITO COSTA ATLÂNTICA MARROQUINA
E FORTALEZAS PORTUGUESAS
24 a 29 abril
Partida: Lisboa
Desde: **€790**

À DESCOBERTA DO QUÉNIA
19 a 25 junho
Partida: Lisboa
Desde: **€1995**

TURISMO PARA TODOS . ESPANHA

HUELVA | FUENGIROLA | MOGARRAZ | LAUJAR ANDARAX (ANDALUZIA) | TORROX (MÁLAGA)
Datas: março a junho
Partidas de vários locais
Desde: **€295**

SOLUÇÕES DE POUPANÇA AUTOMÁTICA

POUPE AUTOMATICAMENTE. ATÉ QUANDO ESTÁ A BRINCAR.

A Caixa sabe que, nos dias de hoje, muitos Portugueses acham que não conseguem poupar. Mas com as Soluções de Poupança Automática, poupar não só é possível como automático. Por exemplo, pode recorrer ao agendamento de transferências periódicas de um montante à sua escolha, da sua conta à ordem para uma conta a prazo ou Poupança Automática de Mesada. Ou simplesmente usar a App Caixadirecta e aumentar as suas poupanças com um simples toque no botão de Poupança Imediata.

Conheça mais Soluções de Poupança Automática numa agência ou em www.cgd.pt e saiba como desfrutar dos melhores momentos da sua vida.

HÁ UM BANCO QUE ESTÁ A AJUDAR OS PORTUGUESES
A DAR A VOLTA. A CAIXA. COM CERTEZA

Caixa Geral de Depositos

www.cgd.pt | 707 24 24 24 | 24 horas por dia / [illegible] dias do ano

Informe-se na Caixa